



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARIA MARIANNE DA SILVA FREITAS

***CLIO (RE)CONTADA: LITERATURA E ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA, A PARTIR DA OBRA UM MENINO CHAMADO
VLADO***

TERESINA-PI

2025

MARIA MARIANNE DA SILVA FREITAS

***CLIO (RE)CONTADA: LITERATURA E ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA, A PARTIR DA OBRA *UM MENINO CHAMADO
VLADO****

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Clóvis Moura (CCM), como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em História, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho.

TERESINA-PI

2025

F862c Freitas, Maria Marianne da Silva.

Clio (re)contada: literatura e ensino da história da ditadura civil-militar brasileira, a partir da obra um menino chamado Vlado / Maria Marianne da Silva Freitas. - 2025.

100f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura Plena em História, Campus Clóvis Moura, Teresina-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho".

1. História. 2. Literatura. 3. Ensino. 4. Memória. 5. Ditadura Civil-Militar. I. Filho, Pedro Pio Fontineles. II. Título.

CDD 909

ATA DE APRESENTAÇÃO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de janeiro de 2025, às 15 horas, no curso de Licenciatura em História do campus Clóvis Moura/Teresina na presença da banca examinadora, presidida pelo *Professor Dr. Pedro Pio Fontineles Filho* e composta pelos seguintes membros: 1) *Profa. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho* e 2) *Professora Mestra/Doutoranda Ana Karoline de Freitas Nery*, a aluna **Maria Marianne da Silva Freitas** apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História como elemento curricular indispensável à Colação de Grau, tendo como título: **Clio (Re)Contada: Literatura e Ensino de História da Ditadura Civil-Militar brasileira, a partir da obra *Um menino chamado Vlado*.** A Banca Examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado **Aprovado**, com nota **9,0 (nove)**, formalmente divulgado à aluna e aos demais participantes, e eu, Professor Dr. Pedro Pio Fontineles Filho, na qualidade de orientador do trabalho de TCC, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora, pela aluna autoa do trabalho.

Observações: A Banca recomendou a inclusão de algumas referências teórico-historiográficas, maior análise das imagens e uma nova revisão de ortografia e de ABNT.

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente

 **PEDRO PIO FONTINELES FILHO**
Data: 10/01/2025 17:18:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO**
Data: 10/01/2025 17:45:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho
Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **ANA KAROLINE DE FREITAS NERY**
Data: 10/01/2025 18:01:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Karoline de Freitas Nery
Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **MARIA MARIANNE DA SILVA FREITAS**
Data: 10/01/2025 18:06:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Marianne da Silva Freitas Aluna

*O Senhor, pois, é aquele que vai adiante de ti;
ele será contigo, não te deixará, nem te
desampará; não temas, nem te espantes.*

(Deuteronômio 31:8)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que foi minha força e minha inspiração em todos os momentos desta jornada. Sua presença constante em minha vida me proporcionou sabedoria para tomar decisões, fé para acreditar nos meus sonhos e perseverança para seguir em frente, mesmo nos momentos de dificuldade. Em cada passo dado, Sua luz me guiou, e foi através dessa conexão divina que encontrei forças para superar os desafios que surgiram. Agradeço por me dar a coragem e o equilíbrio necessários para concluir este trabalho com dedicação e amor, sabendo que sem Sua orientação, nada disso seria possível.

Reconheço aqui, o apoio incondicional da família da qual eu nasci, que desde sempre me ofereceu carinho e compreensão em cada etapa do meu percurso e, mesmo com as adversidades, nunca deixaram de acreditar em meu potencial, orgulho esse, que muitas vezes me deu forças. Eu serei eternamente grata por tudo o que fazem por mim, especialmente aos meus pais, Estefanne e Adão. Agradeço também à minha avó, Maria de Jesus (ou Miriam, como a chamo), sempre presente na minha vida. À minha madrinha, Ana Célia, a sua alegria me inspira. Eu não poderia deixar de agradecer, aqui, aos meus irmãos, Francisco Adham, que me ensinou o máximo significado de amar e cuidar, permanecendo ao meu lado até o último momento da escrita desse trabalho e, ao José Antônio, que há pouco mais de três anos, irradia a minha vida com a sua inocência e curiosidades.

À família que constituí, representada pelo meu marido Mayson Lira e nossos companheiros felino e canino, Garu e Mel, respectivamente; expresso meu sincero agradecimento pelo apoio constante e pela compreensão nos momentos de dificuldade. Vocês estiveram ao meu lado, oferecendo amor, paciência e incentivo, sempre me fortalecendo nos momentos de desânimo. Suas presenças em minha vida são essenciais, e é graças a vocês que consigo seguir em frente com determinação. Vocês são a minha base sólida, a minha motivação diária e a razão pela qual busco sempre ser uma pessoa melhor, tanto pessoal quanto profissionalmente. Sem o apoio incondicional de cada um, essa conquista não teria sido possível, obrigada.

Agradeço aos meus primos e amigos, especialmente aos meus primos-irmãos Caio Ribeiro, Jefferson Barreira, Lorranny Ferreira e Louara Ferreira, pela parceria de vida e pelo apoio desde a nossa infância e que ainda permanece. A amizade e o carinho de vocês foram fundamentais em muitos momentos, trazendo alegria e força para seguir em frente. A convivência e o apoio mútuo sempre fizeram a diferença, e sou imensamente grato por ter cada um de vocês ao meu lado nessa jornada. Adiciono a esse agradecimento, além da amizade, o

apoio da minha cunhada Eduarda Farias, que também me ajudou com o seu apoio no caminho dessa escrita, sem você eu não teria continuado.

Gratulo ao meu orientador, Professor Dr. Pedro Pio Fontineles Filho, pela orientação sábia ao longo de todo o processo. Em especial, destaco as experiências vividas durante minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), onde pude aprender diretamente com a expertise do Professor Dr. Pedro Pio Fontineles Filho. Essas vivências não só enriqueceram meus projetos de pesquisa, como também fortaleceram minha formação profissional. Agradeço também ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelas bolsas concedidas, que viabilizaram esses trabalhos e forneceram os recursos necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica, sendo essenciais para meu aprimoramento acadêmico e para o sucesso dos projetos.

Além disso, sou grata às professoras da banca avaliadora do meu trabalho de conclusão de curso, Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho e Doutoranda Ana Karoline de Freitas Nery, pela disponibilidade, dedicação e contribuições. Seus comentários, sugestões e observações foram fundamentais para aprimorar a qualidade do meu trabalho. Sou grata pelo tempo e esforço que dedicaram à análise do meu projeto.

Expresso o meu agradecimento também à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e a todo o corpo docente do curso de Licenciatura em História e Pedagogia do Campus Clóvis Moura (que por alguns anos foi a minha segunda casa), que contribuíram de maneira significativa para a minha formação, proporcionando uma base sólida e uma visão crítica do mundo. Em especial, sou grata às professoras Ma. Aldaires Pereira e Dra. Rosângela Assunção, que com muito carinho e dedicação, compartilharam seus conhecimentos e orientações valiosas, sendo grandes influências em minha trajetória acadêmica.

Para finalizar, agradeço também pelas oportunidades de participar tanto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) quanto do Programa Residência Pedagógica, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Ambos os programas me proporcionaram vivências práticas no contexto escolar, permitindo que eu aplicasse os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, refletisse sobre as realidades do ensino e aprimorasse minhas habilidades pedagógicas. Essas experiências enriqueceram minha formação, ampliaram minha visão sobre os desafios da educação e foram essenciais para me preparar como futuro profissional da área.

RESUMO

A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) foi um dos capítulos mais sombrios da história do país, marcado pela repressão severa, censura e violações dos direitos fundamentais. Ao longo de duas décadas, o país foi marcado por torturas, desaparecimentos forçados e a supressão de liberdades individuais. Esse período histórico exige uma reflexão crítica para que seus efeitos não sejam esquecidos. Dessa forma, o presente trabalho de conclusão de curso tem como tema O Ensino de História da Ditadura Civil-Militar brasileira, a partir da obra *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, com o recorte temporal de 1964 a 1978, anos de início da Ditadura Civil-Militar brasileira e ano que a Justiça Federal declarou a União responsável pela morte de Vladimir Herzog, respectivamente, embora seja válido afirmar que foram feitos recuos e avanços temporais para compreender os processos históricos. Objetivando, primordialmente, analisar a importância do ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira, destacando como a literatura pode promover um entendimento histórico mais complexo e estimular a consciência crítica dos alunos. A obra foi investigada por sua contribuição à educação escolar, incentivando o debate sobre o regime e suas repercussões no Brasil atual. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos uma análise literária, com ênfase na abordagem crítica e interpretativa dos textos. A análise seguiu uma perspectiva que levou em conta as dimensões histórica, política e social presentes na obra, observando como a autora utilizou elementos literários para contar a história de Vladimir Herzog e os impactos da Ditadura Civil-Militar brasileira. Como fontes documentais foram utilizados o livro *Um Menino Chamado Vlado*, entrevistas da plataforma *YouTube*, jornais da época, relatórios da Comissão da Verdade e a legislação educacional. Além disso, utilizamos uma bibliografia auxiliar, podendo destacar os escritos acerca dos usos da literatura, recorremos a autores como Bourdieu (2010), Pesavento (2004), Veyne (1988), Febvre (1989) e Certeau (2014); já no que tange à memória, recorremos aos ensinamentos de autores como Ricoeur (2007), Le Goff (1994) e Halbwachs (1990); já no que concerne ao ensino de História, recomendamos aos apontamentos de Bittencourt (2010), Morgado (2001) e Vieira (2022); em relação à representação, recorremos ao Martins Filho (2002); por fim, acerca da historiografia brasileira da Ditadura Civil-Militar brasileira, buscamos apontamentos de Delgado (2007), Gaspari (2014), Habert (1992) e Napolitano (2015). Para finalizar, a análise da obra *Um Menino Chamado Vlado* demonstra a relevância da literatura no ensino da Ditadura Civil-Militar, proporcionando uma reflexão crítica sobre o passado e suas repercussões. A obra contribui para a construção de um conhecimento histórico mais plural e instiga o debate sobre os direitos humanos e a memória coletiva. Assim, ela se revela uma ferramenta importante no processo educativo.

Palavras-chave: História; Literatura; Ensino; Memória; Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

The Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) was one of the darkest chapters in the country's history, marked by severe repression, censorship, and violations of fundamental rights. For two decades, the country was marked by torture, forced disappearances and the suppression of individual freedoms. This historical period requires critical reflection so that its effects are not forgotten. In this way, the theme of this final coursework is Teaching the History of the Brazilian Civil-Military Dictatorship, based on the work *Um Menino Chamado Vlado*, by Márcia Camargos, with the time frame from 1964 to 1978, the years in which the Brazilian Civil-Military Dictatorship began and the year in which the Federal Court declared the Federal Government responsible for the death of Vladimir Herzog, respectively, although it is valid to say that we have gone backwards and forwards in time in order to understand the historical processes. The main aim was to analyse the importance of teaching about the Brazilian Civil-Military Dictatorship, highlighting how literature can promote a more complex historical understanding and stimulate students' critical awareness. The work was investigated for its contribution to school education, encouraging debate about the regime and its repercussions in present-day Brazil. To conduct the research, we used a literary analysis, emphasising a critical and interpretative approach to the texts. The analysis followed a perspective that took into account the historical, political, and social dimensions present in the work, observing how the author used literary elements to tell the story of Vladimir Herzog and the impacts of the Brazilian Civil-Military Dictatorship. Documentary sources included the book *Um Menino Chamado Vlado* interviews from the YouTube platform, newspapers from the time, reports from the Truth Commission and educational legislation. We also used an auxiliary bibliography, including writings on the uses of literature, such as Bordieu (2010), Pesavento (2004), Veyne (1988), Febvre (1989) and Certeau (2014); as for memory, we used the teachings of authors such as Ricoeur (2007), Le Goff (1994) and Halbwachs (1990); with regard to the teaching of history, we recommend Bittencourt (2010), Morgado (2001) and Vieira (2022); with regard to representation, we turn to Martins Filho (2002); finally, with regard to the Brazilian historiography of the Brazilian Civil-Military Dictatorship, we look to Delgado (2007), Gaspari (2014), Habert (1992) and Napolitano (2015). In conclusion, the analysis of *Um Menino Chamado Vlado* demonstrates the relevance of literature in teaching about the Civil-Military Dictatorship, providing a critical reflection on the past and its repercussions. The work contributes to the construction of a more plural historical knowledge and instigates debate on human rights and collective memory. It thus proves to be an important tool in the educational process.

Keywords: History; Literature; Teaching; Memory; Civil-Military Dictatorship.

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Reunião do MDB que decidiu pela abstenção nas eleições indiretas para presidente e governadores.....	25
Imagen 2: Capa de uma das edições do Lampião da Esquina em 1981.....	34
Imagen 3: Ilustração de Mirella Spinelli da família Herzog. Fonte/Reprodução: Instituto Vladimir Herzog.....	76
Imagen 4: Capa do livro <i>Um Menino Chamado Vlado</i>	77
Imagen 5: Ilustração de Mirella Spinelli na qual a família Herzog se reúne após o retorno do casal ao Brasil.	81
Imagen 6: Ilustração de Mirella Spinelli sobre o conflito entre o estudante Edson Luís e a Polícia Militar que resultou na morte do estudante.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

- UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)
- PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais)
- BNCC (Base Nacional Comum Curricular)
- VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)
- ALN (Ação Libertadora Nacional)
- MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro)
- AI (Ato Institucional)
- CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana)
- OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)
- ARENA (Aliança Renovadora Nacional)
- MDB (Movimento Democrático Brasileira)
- CSN (Conselho de Segurança Nacional)
- DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)
- SNI (Serviço Nacional de Informações)
- JB (Jornal do Brasil)
- LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais)
- CIS (Comissão de Investigação Sumária)
- MCV (Movimento do Custo de Vida)
- PDS (Partido Democrático Social)
- CNV (Comissão Nacional da Verdade)
- IVH (Instituto Vladimir Herzog)
- Art. (Artigo)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CAPÍTULO I: A DITADURA (RE)VISITADA: DO GOLPE AO SUJEITO NA ESCRITA.....	22
2.1	Breve histórico do regime Civil-Militar brasileiro.....	23
2.2	O sujeito e a escrita: traços biográficos de Márcia Camargos e a sua obra.....	46
3	CAPÍTULO II: ENSINO DE HISTÓRIA EM <i>UM MENINO CHAMADO VLADO</i>..	54
3.1	Reflexões sobre o Ensino de História e os usos da literatura.....	55
3.2	Entre o ficcional e o Histórico: a Ditadura em <i>Um Menino Chamado Vlado</i>	72
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
5	REFERÊNCIAS E FONTES.....	97
5.1	Referências bibliográficas.....	97
5.2	Fontes.....	99

1 - INTRODUÇÃO

O ensino obrigatório de História é de uma importância muito grande para a formação do cidadão. O cidadão que só conhece o presente e a sua vida vivida, que não conhece de onde socialmente e coletivamente ele veio, não é um cidadão por inteiro. É um cidadão pela metade.

Boris Fausto¹

O ensino de História no Brasil tem se constituído, ao longo das últimas décadas, como um campo de intensa reflexão e transformação, especialmente no que tange ao tratamento de temas sensíveis e controversos. Entre esses temas, a Ditadura Civil-Militar brasileira², que perdurou de 1964 a 1985, ocupa uma posição de destaque, sendo um período histórico marcado por profundas violações dos direitos humanos, censura, repressão política e perda de liberdades civis. O reconhecimento dessa fase como parte integrante da formação cidadã do aluno exige um olhar crítico e uma abordagem pedagógica que busque não apenas narrar os eventos, mas também promover a reflexão sobre os impactos desse período na sociedade brasileira contemporânea.

A abordagem do período da Ditadura Civil-Militar brasileira nas escolas brasileiras tem sido alvo de debates, como foi noticiado pela jornalista Fernanda Fernandes, em entrevistas³ concedidas pelas professores-historiadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Paula Nascimento Araújo, Alessandra Carvalho e Francisco Carlos Teixeira da Silva, pois envolve questões de memória, verdade e justiça, além de exigir uma reflexão constante sobre o papel da educação no processo de construção da democracia. Nesse contexto, a literatura, com sua capacidade de trazer à tona as experiências humanas, apresenta-se como uma importante ferramenta no ensino de História, permitindo que o estudante se aproxime de

¹ FAUSTO, Boris. A História nos ensina a viver, **fHist**, Terceiro Festival de História, Braga, 2015. Disponível em: https://www.festivaldehistoria.com.br/fhist_ptl/html/mat_6/. Acesso em: 03 dez.2024.

² O termo "ditadura civil-militar" é mais adequado do que "ditadura militar" para caracterizar o regime implantado no Brasil em 1964, pois destaca a participação ativa da elite civil (empresários, políticos e intelectuais) na formação e sustentação do golpe, ao lado dos militares. Embora os militares tenham sido os principais responsáveis pela execução do golpe, a colaboração civil foi fundamental para a legitimização e a continuidade do regime, configurando um sistema de poder conjunto.

³ FERNANDES, Fernanda. O ensino da Ditadura Civil-Militar nas escolas. **MultiRio**, Rio de Janeiro, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14688-o-ensino-da-ditadura-civil-militar-nas-escolas>. Acesso em: 02 dez. 2024.

realidades passadas e compreenda as complexidades da repressão política e seus desdobramentos sociais, como encontramos em romances literários da “geração da repressão”.

O objetivo da ditadura, em larga medida, era também o de calar a voz da sociedade e o de comprometer a qualidade da formação política, afetiva ou intelectual dos cidadãos. Movidos pela ânsia documental e pelo desejo de narrar a história recente que ainda, por força da opressão, não havia sido relatada, surgiram romances que hoje podemos chamar de “geração da repressão”. Esse estilo de romance documental, empolgado em denunciar as truculências e brutalidades da repressão política, foi adotado por muitos escritores e possibilitou o acesso a muitos acontecimentos que eram omitidos em outros meios de comunicação. O melhor exemplo disso, no universo literário piauiense, é o livro *Os que bebem como os cães*, de Assis Brasil.⁴

A obra *Um Menino Chamado Vlado*⁵, da autora Márcia Camargos, constitui-se como uma produção literária⁶ relevante para o ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira. Publicado em 2015, o livro narra a história de Vladimir Herzog⁷, um jornalista e militante político torturado e morto durante o regime militar, a partir de uma abordagem sensível e humanizada. O trabalho da autora apresenta a figura de Vlado Herzog não apenas como uma vítima do regime militar, mas também como um símbolo da resistência e da luta por justiça e direitos humanos. Dessa maneira, a obra se configura como um importante recurso pedagógico para os professores de História, especialmente ao tratar de temas como a violência política, a censura e a luta pela democracia no Brasil.

Ao se depararem com a obra de Camargos, os estudantes não apenas acessam a biografia de uma vítima da Ditadura Civil-Militar brasileira, mas também são desafiados a refletir sobre o contexto histórico em que essa violência se deu e as repercussões que ela teve na construção da sociedade brasileira. A leitura de *Um Menino Chamado Vlado* no contexto escolar propicia uma abordagem multidisciplinar, na qual é possível trabalhar, ao mesmo tempo, conteúdos históricos, éticos e de cidadania – Ditadura Civil-Militar brasileira, resistência política e social,

⁴ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 45-67, jan./abr. 2020. p. 51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dXGnwFGKwWv6QgVgV5tmjqJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁵ CAMARGOS, Márcia. *Um Menino Chamado Vlado*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

⁶ Outras produções literárias, que podemos enxergar como símbolos desse período são: **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil, de Pedro Henrique Pedreira Campos, vencedor do prêmio Jabuti 2015; **1964** dos historiadores Angela de Castro Goes e Jorge Ferreira; **Batismo de sangue**: guerrilhas e morte de Carlos Mariguella, de autoria do Frei Betto; e **A Ditadura Militar e os golpes dentro do golpe**: 1964-1969, de autoria do jornalista Carlos Chagas, no qual ele relata a história contada por jornais e jornalistas.

⁷ Vladimir Herzog (1937-1975) foi um jornalista, professor e cineasta brasileiro, conhecido por sua atuação em defesa da democracia e dos direitos humanos. Diretor de jornalismo da TV Cultura, foi preso e torturado até a morte pelo regime militar em São Paulo, em 1975, sob falsas acusações de subversão. Sua morte tornou-se símbolo da luta contra a repressão e pela redemocratização do Brasil.

Direitos Humanos, justiça e impunidade, liberdade de expressão e responsabilidade cívica - promovendo uma compreensão crítica do passado e de seus reflexos no presente.

Este estudo tem como objetivo central analisar a importância do ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira a partir da obra *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, destacando como a literatura pode contribuir para a construção de um conhecimento histórico mais plural e complexo, que não se limite à mera transmissão de fatos, mas que busque o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos. A obra foi analisada sob a ótica de sua contribuição para a educação escolar, observando como suas abordagens podem estimular o debate sobre o período ditatorial e suas implicações para o Brasil atual. Além disso, foi investigado como a obra pode ser utilizada como um recurso didático no ensino de História, considerando as especificidades da obra literária e suas potencialidades para a formação de jovens cidadãos. A análise proposta busca, ainda, refletir sobre os desafios e as possibilidades do ensino de um tema tão delicado e complexo como a Ditadura Civil-Militar brasileira, a partir de uma perspectiva pedagógica que respeite a diversidade de visões e a pluralidade de experiências presentes no campo da educação.

A escolha do tema de Ensino de História da Ditadura Civil-Militar brasileira a partir da obra *Um Menino Chamado lado*, de Márcia Camargos, ocorreu com a orientação do Professor-Doutor Pedro Pio Fontineles Filho, ao observamos que a obra oferece uma abordagem sensível e acessível ao público infantojuvenil. Ao narrar a história de Vladimir Herzog, um jornalista torturado e morto durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, a autora humaniza um episódio trágico, permitindo que os leitores compreendam a complexidade do período de forma mais empática. No que concerne ao recorte temporal, selecionamos os anos entre 1964 (início da Ditadura Civil-Militar brasileira) e 1978 (ano no qual, após muita luta, a Justiça Federal declarou a União responsável pela morte de Vladimir Herzog), embora seja válido afirmar que foram feitos recuos e avanços temporais para compreender os processos históricos.

Em 27 de outubro de 1978, a Justiça Federal declarava a União responsável pela morte de Vladimir Herzog. Com isso, abriu-se uma enorme brecha nos muros de chumbo da ditadura. A coragem de Clarice inspirou outras famílias a entrarem com processos semelhantes e pedirem indenização pelos abusos sofridos. Alguns torturados ficaram deficientes ou cegos, sem condições de trabalhar. O AI-5 e todos os demais atos complementares foram extintos com a Emenda Constitucional de 13 de outubro de 1978. Dali a dois meses, em dezembro, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o projeto de Lei 207/78, que dava o nome de Vladimir Herzog a uma pequena rua na Vila Chalot, subdistrito da Lapa, próxima à sede da TV Cultura, onde ele trabalhou. Os militares chiaram, Olavo Setúbal, o prefeito da época, vetou, mas depois derrubaram o veto dele. Estudantes de várias universidades, e principalmente o sindicato dos jornalistas, marcavam cada aniversário da morte com atos em sua memória. E, dessa maneira, de homenagem em homenagem, que se

espalhavam pelo país inteiro e até no exterior, o nome de Herzog foi se firmando como símbolo de resistência à opressão.⁸

A obra, ao focar na vida de Vlado, convida a uma reflexão sobre os direitos humanos, a resistência e o impacto da repressão na sociedade brasileira. Além disso, ela proporciona um ponto de partida para discussões sobre o papel da memória histórica e a importância de não esquecer os horrores vividos durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. A literatura, nesse contexto, torna-se uma ferramenta poderosa para conscientizar e formar cidadãos críticos, que reconheçam os erros do passado e trabalhem para que não se repitam. A escolha de Vlado como protagonista é simbólica, pois representa não só uma vítima, mas um reflexo de todas as vítimas do regime.

No que tange às perguntas norteadoras, podemos apontar os seguintes questionamentos: Como a obra de Márcia Camargos representa a Ditadura Civil-Militar brasileira, friccionando narrativa histórica e narrativa ficcional? Como o regime militar se consolidou (1964-1985) e quais suas principais características em relação à repressão política e à liberdade de expressão? Quais formas de resistência surgiram e qual seu impacto na sociedade? Como a trajetória de Márcia Camargos influenciou sua obra *Um Menino Chamado Vlado* e quais objetivos ela buscou ao abordar a violência política da Ditadura Civil-Militar brasileira? Qual a importância da literatura como recurso pedagógico no ensino de História sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira? Quais os desafios e vantagens dessa abordagem? Como a literatura pode ajudar a promover empatia e formar uma consciência crítica nos estudantes sobre os impactos da Ditadura Civil-Militar brasileira? Quais são os limites e as possibilidades de representar a Ditadura Civil-Militar brasileira pela ficção, mantendo a fidelidade histórica e a complexidade do período? Como a obra de Camargos aborda a memória histórica da Ditadura Civil-Militar brasileira de forma literária e emotiva?

Em referência às justificativas acadêmico-científica e social, é importante frisar que a escolha do tema não se deu apenas pela relevância histórica do período abordado, mas também pela necessidade de inserir esse conhecimento na formação integral do estudante, a fim de que este possa entender o papel da História na construção de um país mais justo, democrático e livre de autoritarismos. O ensino da Ditadura Civil-Militar brasileira, quando realizado de forma crítica e reflexiva, contribui não apenas para a compreensão do passado, mas também para o

⁸ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 110.

fortalecimento da cidadania e para a formação de indivíduos mais conscientes de seus direitos e deveres sociais.

Ao longo desta monografia, serão discutidos os principais aspectos relacionados ao uso de *Um Menino Chamado Vlado* como um recurso didático no ensino de História, considerando as especificidades da obra literária e suas potencialidades para a formação de jovens cidadãos, incluindo os desafios enfrentados pelos professores no processo de ensino de História sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, as metodologias adequadas para trabalhar com temas sensíveis em sala de aula e a importância da literatura como ferramenta de sensibilização e conscientização. A partir dessa análise, espera-se oferecer uma contribuição significativa para o campo da educação, no que tange ao ensino da História recente do Brasil, e refletir sobre o papel da escola na formação de uma memória coletiva que conte com as diversas perspectivas sobre o passado autoritário do país, considerando uma perspectiva pedagógica que respeite a diversidade de visões e a pluralidade de experiências presentes no campo da educação.

Esta pesquisa aborda diversas linhas de estudo: a relação entre História e Literatura, pois a obra representa eventos históricos, humanizando e contextualizando a Ditadura Civil-Militar brasileira; a História e Ensino de História, utilizando o livro como recurso pedagógico para facilitar o entendimento de um período complexo; História e Representação, ao analisar como a literatura constrói representações do passado e reflete sobre a memória coletiva; História, Política e Memória, refletindo sobre como as narrativas da Ditadura Civil-Militar brasileira são moldadas e preservadas; e, por fim, a Historiografia brasileira da Ditadura Civil-Militar brasileira, ampliando o entendimento sobre como o regime e suas consequências foram abordados pelos historiadores.

Para o desenvolvimento satisfatório da pesquisa, comprehende-se que não se faz pesquisa sem um tripé harmônico entre *empiria, metodologia e teoria*, acompanham as discussões da pesquisa, as seguintes leituras teórico-metodológicas: Para a linha de estudo História e Literatura, recorremos a autores como Pierre Bourdieu⁹, Sandra Pesavento¹⁰, Cláudia Fontineles

⁹ BORDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

e Pedro Pio Fontineles Filho¹¹, Pedro Pio Fontineles Filho¹², José Reis¹³, Paul Veyne¹⁴, Jacques Le Goff¹⁵, Edward Carr¹⁶, François Hartog¹⁷, Lucien Febvre¹⁸ e Michel de Certeau¹⁹; Como linha de estudo entre História e Memória, recorremos aos ensinamentos de autores como Daize Cunha²⁰, Paul Ricoeur²¹, Jacques Le Goff²² e Maurice Halbwachs²³.

Já no que concerne à História e Ensino de História, recomendamos aos apontamentos de Cice Bittencourt²⁴, Helen Brandão e Guaraciaba Micheletti²⁵, José Morgado²⁶, Leandro Karnal²⁷ e Martha Vieira²⁸; em relação à linha de estudo História e Representação, recorremos às discussões de João Martins Filho²⁹; por fim, acerca das linhas de pesquisa História, Política e Memória; e Historiografia brasileira da Ditadura Civil-Militar brasileira, buscamos apontamentos de pensadores como João Abreu³⁰, Ricardo Barone e Pedro Bastos³¹, Luis

¹¹ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 45-67, jan./abr. 2020. p. 51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dXGnwFGKwWv6QgVgV5tmjqJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2024.

¹² FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **A letra e o tempo:** a escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura. Teresina: EDUFPI, 2017.

¹³ REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales:** A Inovação na História. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

¹⁴ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Brasília: UnB, 1988.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a história. Lisboa:** Edições 70. Entrevista de Francesco Maniello, 1986.

¹⁶ CARR, Edward Hallett. **O que é a História?** Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹⁷ HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História**, [s.l.], n. 148, p. 9-34, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952>. Acesso em: 03 dez. 2024.

¹⁸ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** 2. ed. Lisboa: Editora Presença, Lda. 1989.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** as artes de fazer. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

²⁰ CUNHA, Deize da Silva. **Filhos desta raça não devem nascer:** história e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As crianças e a Tortura”. 2018.

²¹ RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento.** Tradução de Alain François Etchegoyen, Bernardo Rego e Carlos José Figueiredo. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

²² LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

²³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

²⁴ BITTENCOURT, Cice Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010.

²⁵ BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Lígia (Coord.). **Aprender e ensinar com textos.** São Paulo: Cortez, 1997.

²⁶ MORGADO, José. **A Relação Pedagógica:** diferenciação e inclusão. 2. ed. Lisboa: Presença, 2001.

²⁷ KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

²⁸ VIEIRA, Martha Victor. Ensino de História e Interdisciplinaridade. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 32, n. 2, p. 309-321, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12171>. Acesso em: 10 dez. 2024.

²⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

³⁰ ABREU, João Batista de. **As manobras da informação:** análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: EdUFF, 2000.

³¹ BARONE, Ricardo Stazzacappa.; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.; MATTOS, Fernando Augusto Mansor. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão**, IE/Unicamp, n. 251, 2015.

Barroso³², Caroline Bauer³³, Julio Bentivoglio³⁴, Vladimir Brega Filho³⁵, Sebastião Cruz e Carlos Martins³⁶, Lucília Delgado³⁷, Rodrigo Dias³⁸, Elio Gaspari³⁹, Nadine Habert⁴⁰, Luiz Lima⁴¹, Fábio Lopes⁴², Demian Melo⁴³, Marcos Napolitano⁴⁴, Luciano Oliveira⁴⁵ e Dmitri Sobreira⁴⁶.

A metodologia adotada para a análise da obra *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, foi a análise literária, com foco na abordagem crítica e interpretativa dos textos. A análise foi guiada por uma perspectiva que considerou as dimensões histórica, política e social presentes na obra, observando como a autora utilizou recursos literários para narrar a trajetória de Vladimir Herzog e os efeitos da Ditadura Civil-Militar brasileira. Foi dada especial atenção à construção do personagem principal, à representação da violência política, ao contexto histórico da repressão e à forma como esses elementos foram interligados com o processo de memória e justiça. A partir de uma leitura detalhada, foram identificados os elementos que

³² BARROSO, Luis Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista de direito administrativo**, v. 235, p. 1-36, 2004.

³³ BAUER, Caroline Silveira. **Como será o Passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

³⁴ BENTIVOGLIO, Julio. Enredamentos narrativos da ditadura militar no Brasil: Do esquecimento e trauma individualizado ao passado cristalizado. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima. **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 161-182.

³⁵ BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**: Conteúdo Jurídico das Expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

³⁶ CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de.; SORJ, Bernardo. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90.

³⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: São Leopoldo, **XXIV Simposio Nacional de História**. 2007. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7140?locale-attribute=en>. Acesso em: 03 dez. 2024.

³⁸ DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades**, v. 7, n. 3, p. 249-274, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5654>. Acesso em: 03 dez. 2024.

³⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

⁴⁰ HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992.

⁴¹ LIMA, Luiz Octavio de. **Os anos de chumbo**: A militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

⁴² LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira. Apontamentos de uma pesquisa. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 23, n. 35, p. 145-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145>. Acesso em: 04 dez. 2024.

⁴³ MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, 2012.

⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2015.

⁴⁵ OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E "Nego Sete"? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 203-225, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3fxpsNGxQBy6PgNm6qfWpnc/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

⁴⁶ SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor"**: A aliança renovadora nacional (arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/te/8373>. Acesso em: 03 dez. 2024.

facilitam a compreensão do impacto do regime militar na sociedade brasileira, especialmente naqueles que, como Vlado, foram diretamente atingidos pela repressão, com ênfase na humanização das vítimas e na crítica ao autoritarismo.

As revisões de literatura são processos de busca, análise e descrição de determinado assunto ou campo do conhecimento em busca de maior delimitação sobre um campo de pesquisa. O termo “literatura” engloba os diversos materiais que são descritos sobre a temática, podendo ser artigos científicos, livros, trabalhos completos publicados em eventos acadêmicos, artigos de jornais, registro histórico, monografias, teses, dissertações, relatórios governamentais entre outros.⁴⁷

Além disso, a análise literária foi complementada por uma reflexão sobre as potencialidades pedagógicas da obra no ensino de História, considerando como a narrativa pode ser utilizada para fomentar discussões críticas em sala de aula. Foi explorado como a autora, ao escrever sobre um evento histórico sensível, ofereceu uma abordagem acessível e emocionalmente impactante, permitindo que os estudantes se conectem com o tema de forma mais profunda e reflexiva. O foco foi entender de que maneira a literatura pode ser uma ferramenta eficaz para o ensino de temas históricos complexos, como a Ditadura Civil-Militar brasileira, ao proporcionar um espaço de empatia e reflexão sobre a luta pela liberdade e pelos direitos humanos.

A principal fonte documental desta monografia é o livro *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, que foi analisado de forma detalhada. Além dessa obra, foram pesquisadas entrevistas fornecidas pela autora, que ofereceram perspectivas sobre sua motivação ao escrever o livro e sua visão sobre os eventos históricos tratados. A pesquisa também considerou críticas literárias e historiográficas relacionadas à obra, visando compreender as diversas interpretações sobre seu conteúdo. Jornais da época, especialmente sobre a morte de Vladimir Herzog, ajudaram a situar o impacto do evento na sociedade brasileira. Além disso, relatórios da Comissão da Verdade forneceram dados sobre o regime militar, enquanto a legislação educacional, como a LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), também foram investigadas em relação ao ensino de História e ao uso de literatura nas aulas.

O primeiro capítulo, intitulado *A Ditadura (Re)visitada* busca apresentar um panorama histórico sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, abordando os principais eventos e as implicações políticas e sociais desse período. Foram analisados os impactos da repressão, da

⁴⁷BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de Revisão de Literatura.** Botucatu: Faculdade de Ciências Agronômicas, UNESP, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

censura e das violações dos direitos humanos, com foco na memória coletiva desse momento crucial da história do Brasil. Além disso, o capítulo explora a relação entre o sujeito e a escrita, destacando os traços biográficos de Márcia Camargos, autora de *Um Menino Chamado Vlado*. Através de sua obra, a autora busca abordar a Ditadura Civil-Militar brasileira, unindo sua experiência pessoal e profissional com o contexto histórico. A pesquisa investigou como sua trajetória de vida e suas escolhas narrativas contribuem para a construção de uma obra que, ao mesmo tempo, documenta e emociona, proporcionando uma visão única e humanizada dos eventos históricos que marcaram o país.

Já o segundo capítulo, intitulado *Ensino de História em Um Menino Chamado Vlado*, dedica-se a refletir sobre as abordagens do ensino de História a partir da obra de Márcia Camargos, enfocando os usos da literatura como ferramenta pedagógica. Neste capítulo, buscou-se analisar a interseção entre o ficcional e o histórico, explorando como a autora, ao misturar elementos de ficção e realidade, proporciona uma narrativa que não apenas retrata a Ditadura Civil-Militar brasileira, mas também desperta reflexões profundas sobre o passado e seus impactos no presente. A obra foi examinada não apenas como um relato histórico, mas como um recurso literário que pode enriquecer o ensino de História, permitindo aos estudantes uma compreensão mais empática e crítica dos eventos passados. A análise se concentrou, ainda, em como o livro pode ser utilizado no contexto educacional para estimular o debate sobre a memória histórica, a censura e as violações dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que provoca questões sobre a relação entre a verdade histórica e a ficção literária.

Dessa forma, esta monografia propõe-se a explorar não apenas os aspectos históricos da Ditadura Civil-Militar brasileira, mas também a maneira como a literatura pode atuar como uma poderosa ferramenta pedagógica no ensino de História. Ao analisar o livro *Um Menino Chamado Vlado* de Márcia Camargos, buscamos compreender como a narrativa literária pode iluminar as complexidades do passado, contribuindo para a formação de uma memória crítica e reflexiva. Convidado o leitor a adentrar na leitura deste trabalho, que visa não somente (re)visitar os eventos históricos que marcaram o Brasil, mas também destacar o papel da literatura na construção do conhecimento e na promoção da empatia e da reflexão histórica. Que esta análise possa proporcionar uma compreensão mais profunda da importância de se contar histórias e de se manter viva a memória de momentos tão significativos, para que possamos, a partir deles, continuar a refletir sobre o presente e o futuro da nossa sociedade.

2 - A DITADURA (RE)VISITADA: DO GOLPE AO SUJEITO NA ESCRITA

*Apesar de você
 Amanhã há de ser outro dia
 Eu pergunto a você onde vai se esconder
 Da enorme euforia
 Como vai proibir
 Quando o galo insistir
 Em cantar
 Água nova brotando
 E a gente se amando sem parar*

Chico Buarque⁴⁸

Instaurada em 1964 e encerrada formalmente em 1985, a Ditadura Civil-Militar brasileira marcou um dos períodos mais controversos da história do país. Tal regime autoritário foi estabelecido após o Golpe de 31 de março de 1964 – que depôs o presidente João Goulart, com a justificativa de combater uma suposta ameaça comunista e restaurar a ordem política e econômica. Contando com apoio de setores empresariais, militares e da elite conservadora, o regime consolidou-se com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁹ em 1968, que intensificou a repressão, restringiu liberdades civis e instituiu uma censura severa. O período foi também caracterizado por avanços econômicos, como o "milagre econômico", mas às custas de desigualdade social e endividamento externo.

Neste primeiro capítulo, faremos uma análise do contexto histórico que moldou a sociedade brasileira entre os anos de 1964 e 1985, período em que o país esteve sob o regime de uma Ditadura Civil-Militar brasileira. Durante esse tempo, o Brasil adotou um sistema político de República federativa presidencialista, mas com uma estrutura bipartidária imposta pelos militares, que restringiu as liberdades políticas e civis. A repressão e os abusos de poder

⁴⁸ BUARQUE, Chico. *Apesar de você*. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Philips, 1970.

⁴⁹ Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 03 dez. 2024. Junto ao AI-5, houveram outros Atos Institucionais, como: Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964; Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965; Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; Ato Institucional nº 4, de 12 de dezembro de 1966; Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969; Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969; Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969; Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969; Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969; Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969; Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969; Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969; Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969; Ato Institucional nº 15, de 11 de setembro de 1969; Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969; e Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969.

marcaram profundamente a vida dos cidadãos, com perseguições, censura e violação dos direitos humanos, o que moldou a sociedade brasileira de maneira irreversível. Essa era de intensa polarização política e social foi um marco na história do país, refletindo diretamente nas obras culturais produzidas nesse período.

Além disso, o capítulo também explorará a relação entre o sujeito e a escrita, através da biografia da autora Márcia Camargos, que tem sua obra entrelaçada com o contexto político da Ditadura Civil-Militar brasileira. A autora, ao escrever *Um Menino Chamado Vlado*, traz à tona a memória do jovem Vlado, vítima da violência do regime militar, e reflete sobre o impacto de tais tragédias pessoais e coletivas na construção da identidade do sujeito. Através da literatura, Camargos contribui para a preservação da memória histórica e nos convida a refletir sobre o legado da Ditadura Civil-Militar brasileira, especialmente no que tange à relação entre o indivíduo, a política e a memória. A obra de Márcia, portanto, além de ser uma homenagem, se configura como um testemunho do período, proporcionando uma visão íntima e sensível da experiência vivida por aqueles que sofreram sob o regime.

2.1 Breve histórico do regime Civil-Militar brasileiro

Deize da Silva Cunha⁵⁰ define a década de 1960 como um dos períodos de mais intensa turbulência na história da humanidade. O golpe de 1964 no Brasil, que depôs o presidente João Goulart e instaurou o regime militar, foi uma resposta à crescente polarização política e social no país, alimentada pelas tensões da Guerra Fria. Goulart, com suas reformas progressistas, como a reforma agrária e a ampliação dos direitos trabalhistas, enfrentava forte oposição dos setores conservadores, militares e dos Estados Unidos, que temiam a "cubanização" do Brasil e o avanço do socialismo na América Latina. A ameaça de um regime de esquerda, ainda que não concretizada, e o apoio dos militares e da mídia ao golpe, culminaram em uma intervenção que alinhou o Brasil ao bloco ocidental, sob a orientação dos Estados Unidos, dando início a uma ditadura militar que perdurou até 1985.

Demian Bezerra de Melo⁵¹ explica que o termo "Civil-Militar" foi criado pela historiografia para fazer referência a uma denominação mais apropriada que possa caracterizar tanto o golpe de 1964 quanto o regime que lhe sucedeu. Ao contrário de um golpe concebido

⁵⁰ CUNHA, Deize da Silva. **Filhos desta raça não devem nascer:** história e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As crianças e a Tortura”. 2018.

⁵¹ MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, 2012.

apenas pelas Forças Armadas, esse adjetivo encontra-se presente aqui para realçar que uma fração dos civis apoiou o golpe e participou da metade do processo político realizada desde o mês de abril de 1964 até o ano de 1985, sendo este o ano em que a maior parte dos estudiosos infere que a Ditadura Civil-Militar brasileira se findou.

Estando na presidência desde 1961, Jango (como era conhecido João Goulart)⁵² enfrentava crises políticas desde sua tumultuada posse. Apesar de defender reformas para reduzir a desigualdade e ampliar a democracia, João Goulart foi visto pela direita como aliado do comunismo, um administrador incapaz e politicamente irresponsável, acusado de populismo e de fazer promessas impossíveis para as classes populares. A Ditadura Civil-Militar brasileira, ao contrário de outros regimes militares latino-americanos, se sustentou e se legitimou por meio do sistema jurídico, mantendo o Congresso Nacional em funcionamento, mas na prática, os militares legislavam por meio de Atos Institucionais e Complementares, caracterizando o chamado Regime dos Atos Institucionais.

Elio Gaspari⁵³ afirma que, entre 1964 e 1977, o regime militar criou 17 atos principais e 104 complementares para consolidar seu poder. O Ato Institucional N° 1 (AI-1), de 1964, permitiu a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e demissão de servidores públicos considerados "subversivos". Esse ato foi crucial para a repressão política, estabelecendo a base para outras medidas autoritárias, como o controle das eleições e o fortalecimento do poder militar, iniciando um período de forte censura e perseguição política no Brasil. Posteriormente, em outubro de 1965, o Ato Institucional N° 2 (AI-2) dissolveu todos os partidos políticos existentes e instaurou o bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁵⁴, que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁵⁵, que fazia a oposição controlada.

⁵² João Belchior Marques Goulart, conhecido também pelo apelido de Jango, foi presidente do Brasil entre os anos de 1961 e 1964, quando foi deposto pelo Golpe Militar de 1964. João Goulart nasceu na cidade gaúcha de São Borja, em 1º de março de 1919, e faleceu na cidade argentina de Mercedes, em 6 de dezembro de 1976. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/joao-goulart/>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

⁵³ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada:** as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

⁵⁴ A Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político criado pela ditadura militar implantada por meio de um golpe de Estado conservador que congregou forças militares e parte da sociedade civil na deposição do Presidente da República em 1964. Através do Ato Institucional nº2, decretado em 1965, os militares elaboraram uma arquitetura política na qual foram extintas as antigas legendas e implantado um sistema bipartidista, composto pela Arena, partido de situação, e pelo MDB, que desempenharia o papel de uma oposição controlada. SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor":** A aliança renovadora nacional (arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/te/8373>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁵⁵ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) é fundado como partido de oposição após a edição do Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos políticos no país e estabeleceu o bipartidarismo. Nasceu como uma legenda moderada, de oposição consentida pela ditadura. O MDB recebeu principalmente políticos do PTB que não haviam sido cassados e figuras do antigo PSD que participaram dos governos de Getúlio Vargas e João Goulart.

O Ato Institucional n.º 1 suspendeu as garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e estabilidade dos juízes; e permitiu a cassação dos mandatos legislativos e a suspensão dos direitos políticos. O Ato Institucional n.º 2 extinguiu os partidos políticos e deu poderes ao Presidente da República para decretar o recesso do Congresso Nacional. O Ato n.º 4 convocou o Congresso Nacional para discutir e votar um novo texto Constitucional.⁵⁶

Essa medida visava enfraquecer qualquer resistência significativa, ao limitar as opções políticas e transformar a oposição em uma forma controlada e sem real poder de contestação. A exemplo disso, o MDB organizou uma reunião na qual decidiu pela abstenção nas eleições indiretas de 1966, como um gesto de protesto contra o sistema político controlado pelo regime militar. Diante da manipulação eleitoral e da repressão, o MDB optou por não participar ativamente das eleições, recusando-se a legitimar um processo sem liberdade de escolha. Essa decisão refletiu a posição difícil da oposição naquele período, entre a resistência passiva e a necessidade de preservar a integridade política do partido, embora sem alterar o domínio militar no país.

Imagen 1: Reunião do MDB que decidiu pela abstenção nas eleições indiretas para presidente e governadores.



Fonte/Reprodução: Brás Bezerra/CPDoc JB.⁵⁷

Entre eles, estavam o ex-primeiro-ministro Tancredo Neves e o ex-ministro Ulysses Guimarães – que havia apoiado o golpe, mas decepcionou-se depois com o regime militar. MEMORIAL DA DEMOCRACIA. MDB é criado para ser frágil oposição. Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/card/mdb-e-criado-para-ser-uma-fragil-oposicao>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁵⁶ BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988:** Conteúdo Jurídico das Expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 38.

⁵⁷ Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/card/mdb-e-criado-para-ser-uma-fragil-oposicao>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Em 1967, o governo de Castelo Branco avançou na consolidação da Ditadura Civil-Militar brasileira ao adotar medidas que intensificaram o autoritarismo e restringiram ainda mais as liberdades no Brasil. A criação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), com amplos poderes para influenciar decisões políticas e garantir a continuidade do regime, foi um dos passos decisivos para o fortalecimento do controle militar sobre o país. Além disso, a nova Lei de Segurança Nacional, que substituiu a legislação de 1953, ampliou significativamente o alcance dos crimes políticos, permitindo que qualquer oposição ao regime fosse interpretada como subversão.

A lei transformou a sociedade em um espaço de vigilância constante, pois qualquer ação ou comportamento considerado contrário ao regime poderia ser punido. Dessa forma, todos os cidadãos passaram a ser potenciais denunciantes ou suspeitos, o que criou um ambiente de medo e insegurança. A repressão se intensificou, e a liberdade de expressão foi severamente cerceada, com prisões arbitrárias, censura e tortura sendo utilizadas como métodos comuns para silenciar opositores. Esse clima de controle social e de vigilância generalizada tornou-se uma característica central da Ditadura Civil-Militar brasileira, que perduraria por duas décadas, deixando marcas profundas na sociedade brasileira.

Maria Cláudia Maia⁵⁸ afirma que, em janeiro, o governo implementou uma nova Constituição, aprovada de forma apressada pelo Congresso. Essa Constituição alterou o modelo eleitoral, tornando-o indireto, e concedeu ao presidente da República o poder de propor emendas constitucionais. A revogação da Carta de 1946 - em nome da qual o golpe havia sido realizado - deixou claras as ambições estratégicas do governo Castelo Branco, que iam além de um simples mandato de transição até novas eleições, como defendiam alguns dos golpistas. No mês seguinte, em fevereiro, foi promulgada a Lei de Imprensa, que consolidou o arcabouço jurídico autoritário do primeiro presidente militar. Apesar de ser lembrado por alguns como um líder "liberal", Castelo Branco foi responsável por cassar o maior número de direitos políticos e mandatos parlamentares, além de estabelecer as bases legais do regime autoritário, visando uma ação política institucional e de longo prazo.

Luis Roberto Barroso⁵⁹ observa que, antes mesmo da promulgação do Ato AI-5, em 1968, a censura já era uma prática marcante durante o regime militar brasileiro. Desde o golpe

⁵⁸ MAIA, Maria Cláudia. História do Direito no Brasil -os direitos humanos fundamentais nas constituições brasileiras. **Revista JURISFIB**, v.3, n. 3, (2012): Reflexões sobre o Direito, p. 267-283, 2012.

⁵⁹ BARROSO, Luis Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista de direito administrativo**, v. 235, p. 1-36, 2004.

de 1964, o governo utilizava várias táticas para controlar a mídia, as manifestações culturais e a liberdade de expressão. A criação da Lei de Imprensa em 1967 fortaleceu ainda mais o controle estatal, impondo restrições rigorosas à divulgação de informações que pudessem ser vistas como contrárias aos interesses do regime. Sob o argumento de preservar a segurança nacional, jornalistas, escritores e artistas enfrentavam limitações contínuas e ameaças ao exercício de suas funções, mesmo na ausência de um aparato legal tão severo quanto o AI-5.

As instituições governamentais, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁶⁰ e o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁶¹, tiveram um papel crucial no controle e na repressão, vigiando não apenas a produção de mídia, mas também manifestações culturais como peças teatrais, filmes e músicas. As censuras eram frequentemente aplicadas de forma seletiva, atingindo conteúdos vistos como subversivos ou que de alguma forma criticavam o regime. Além disso, algumas publicações eram diretamente proibidas, enquanto outras eram instruídas a evitar certos temas, gerando um clima de autocensura entre jornalistas e editores.

Embora a censura fosse um instrumento já amplamente utilizado, a repressão ainda não havia atingido o nível institucionalizado e abrangente que o AI-5 traria posteriormente. Até 1968, havia espaços limitados para resistência e contestação, como publicações alternativas e movimentos culturais que encontravam formas criativas de burlar o controle. No entanto, o endurecimento gradual do regime, visível nas ações contra intelectuais e políticos opositores, já prenunciava uma amplificação da repressão, consolidada com o AI-5, que institucionalizou a censura de maneira ainda mais severa e sistemática.

Sexta-feira 13, para os supersticiosos, uma data perigosa, para o Brasil, um ponto de virada na Ditadura Civil-Militar brasileira. Foi em 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, que foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), representando o auge da repressão política e da institucionalização do autoritarismo. Com ele, o governo assumiu poderes extraordinários, incluindo a possibilidade de fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares,

⁶⁰ Polícia política mais antiga do país, criada em 1924, no governo Artur Bernardes. Depois do Golpe Militar serviu como equipamento de repressão e tortura. Foi o epicentro das atrocidades cometidas pela ditadura. VILARDAGA, Vicente. A sinistra memória do Dops. **Folha de São Paulo**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/andancas-na-metropole/2024/03/a-sinistra-memoria-do-dops.shtml>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁶¹ Órgão de espionagem da ditadura militar brasileira que foi instituído em lei de 13 de junho de 1964. O general foi seu principal idealizador — e primeiro chefe, ocupando o posto até março de 1967.

Semanas após o golpe de 1964, o SNI foi criado em um "momento de grande paranoia anticomunista", conforme contextualiza à BBC News Brasil o historiador Paulo Henrique Martinez, professor na Universidade Estadual Paulista (Unesp). VEIGA, Edson. Como funcionava o SNI, o 'monstro' da repressão criado pela ditadura militar há 60 anos. **BBC News Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz77xg4z1rpo#:~:text=Ele%20se%20referia%20ao%20Servi%C3%A7o,posto%20at%C3%A9%20mar%C3%A7o%20de%201967..> Acesso em: 03 dez. 2024.

suspender direitos políticos e civis, além de decretar intervenção em estados e municípios sem necessidade de justificativa. A censura à mídia, que anteriormente era mais restrita e menos organizada, passou a ser uma política oficial, alcançando todos os veículos de comunicação, manifestações culturais e até mesmo correspondências privadas.

Sob o AI-5, a censura tornou-se generalizada e sistemática, com instituições como o DOPS e o SNI atuando de maneira enfática na repressão de qualquer conteúdo considerado subversivo ao regime. Os jornais passaram a funcionar sob monitoramento contínuo, com censores instalados nas redações, prontos para bloquear matérias e reportagens. No campo cultural, músicas, filmes, peças teatrais e livros eram frequentemente vetados ou proibidos, enquanto artistas e intelectuais eram alvos de perseguição, prisão ou exílio forçado. Esse controle severo eliminava praticamente qualquer espaço para oposição ou discussões públicas, estabelecendo um clima de medo e silenciamento.

Aparentemente, a fúria repressiva da ditadura insinuava querer estancar e suprimir – imediata e definitivamente – qualquer manifestação cultural que apresentasse o mais leve indício de significado crítico e político ou, ainda, uma natureza ideológica radicalizada. Censurou indistintamente obras diversas, provocando súbitas dilacerações ou doloridos silêncios em seus frágeis corpos; criou dificuldades objetivas para a circulação e a distribuição da maior parte delas, atacou a vida universitária e afetou gravemente o destino imediato de vários segmentos da produção cultural. Não bastasse isso, exerceu também árdua censura diária à imprensa. Todas essas ações influenciaram as maneiras de pensar e de agir da sociedade brasileira pelos desdobramentos que geraram no cotidiano nacional.⁶²

Um exemplo marcante da repressão a artistas durante o regime militar no Brasil foi o caso de Gilberto Gil e Caetano Veloso, dois ícones do movimento tropicalista, que desafiava as normas culturais e políticas da época. Em dezembro de 1968, logo após a promulgação do AI-5, ambos foram detidos pelo governo sob acusações vagas e amplamente nebulosas, como insubordinação à ordem pública e subversão. Essas alegações, frequentemente utilizadas para justificar a prisão de opositores, não foram respaldadas por provas concretas, mas, sim, por um ambiente de censura e intolerância política. Durante o tempo em que permaneceram sob custódia, cerca de três meses, os dois músicos passaram por intensos interrogatórios, sendo submetidos a condições desumanas e a pressões psicológicas.

Em 1968, o disco com a canção *Che*, de Caetano Veloso, foi apreendido pela Polícia Federal por fazer propaganda subversiva socialista, homenageando o guerrilheiro da Revolução Cubana. Na época, Caetano era integrante do

⁶² FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 45-67, jan./abr. 2020. p. 51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dXGnwFGKwWv6QgVgV5tmjqJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2024.

“Grupo Baiano” e de outras organizações constituídas “de cantores e compositores de orientação filocomunista”. Em show na boate Sucata, Caetano e Gilberto Gil cantaram uma paródia do Hino Nacional em “ritmo de Tropicália”. Nada disso é verdade. Não houve disco ou canção *Che*. Não houve um “Grupo Baiano”—essa era tão-somente a forma como a imprensa se referia ao grupo de cantores e compositores recém-chegados da Bahia. Não houve paródia do hino nacional (nunca existiu, tampouco, um “ritmo de Tropicália”). Essas alegações, no entanto, estão presentes num documento oficial de 330 páginas, referentes ao processo que o Estado brasileiro abriu contra Caetano, preso no dia 27 de dezembro de 1968, 14 dias depois da promulgação do AI-5, que marcou o endurecimento da ditadura civil-militar instaurada em 1964.⁶³

Nada do que é apresentado nas páginas seguintes, no entanto, sugere aderência a princípios lógicos ou objetivos. O que se revela no documento é uma investigação inconsistente e arbitrária, sustentada por falhas elementares de apuração (ou simplesmente por mentiras deliberadas) — características típicas dos processos judiciais durante uma Ditadura Civil-Militar brasileira. “O documento é muito didático no sentido de revelar a lógica do regime ditatorial. Ou seja, pegar alguém que já considera culpado e juntar elementos para embasar essa suspeita, sem muito critério”, analisa o historiador Lucas Pedretti, que encontrou os documentos no Arquivo Nacional em 2018, segundo o historiador, a Ditadura Civil-Militar brasileira tinha uma preocupação evidente em fazer parecer que seus atos eram legítimos. Esse caso revela uma característica do regime militar brasileiro, ou seja, abrir um processo legal para realizar uma prisão arbitrária. Foi essa característica, aliás, esse desejo pela aparência de legalidade, que permitiu que documentos como esse chegassem até nós.”

Além disso, enfrentaram restrições severas, como a proibição de comunicação com o exterior e a vigilância constante, o que evidenciava a natureza arbitrária e punitiva do regime. Esse episódio não só ilustra o cerceamento da liberdade de expressão no período, mas também representa a tentativa do governo de sufocar qualquer movimento artístico ou cultural que fosse visto como uma ameaça à sua autoridade. A prisão de Gil e Caetano se tornou, assim, um símbolo da luta pela liberdade de criação e pelo direito à crítica, elementos essenciais para a resistência contra a Ditadura Civil-Militar brasileira.

Em julho de 1969, após serem liberados, Gil e Caetano foram obrigados a deixar o país, exilando-se em Londres, onde permaneceram até 1972. Essa perseguição exemplifica a forma como o regime via com desconfiança qualquer forma de expressão cultural que pudesse ser

⁶³ LICHOTE, Leonardo. A ditadura brasileira contra Caetano Veloso: os arquivos completos da repressão. *El País*. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-09-14/a-ditadura-brasileira-contra-caetano-veloso-os-arquivos-completos-da-repressao.html>. Acesso em: 06 dez. 2024.

interpretada como crítica ao governo ou como incentivo à liberdade de pensamento. Suas músicas, marcadas pela inovação estética e pelas críticas implícitas ao autoritarismo, eram consideradas perigosas pelo governo, que via a arte como um espaço de resistência e potencial mobilização social.

Mais do que um simples mecanismo de repressão, o AI-5 tornou-se um símbolo do projeto autoritário do regime militar, evidenciando sua intenção de perpetuar-se no poder a qualquer custo. Ao suprimir as instituições democráticas, como o Congresso Nacional, e calar vozes contrárias, o governo consolidou uma era marcada pelo cerceamento das liberdades individuais e pelo uso sistemático da violência estatal. Esse período, conhecido por Luiz Octavio de Lima como "anos de chumbo"⁶⁴, foi caracterizado por práticas brutais como torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos de opositores, configurando uma política de terror destinada a eliminar qualquer ameaça ao regime. Paralelamente, a censura rigorosa controlava os meios de comunicação e a produção cultural, moldando uma narrativa oficial que apresentava o governo como defensor da ordem e da segurança pública.

Embora o endurecimento imposto pelo AI-5 tenha criado um clima de temor, também estimulou o fortalecimento da resistência. Movimentos sociais e políticos, mesmo diante da repressão severa, encontraram maneiras criativas e ousadas de desafiar o regime, formando redes de apoio, promovendo denúncias internacionais e organizando manifestações clandestinas. A oposição se expressava não só nos âmbitos político e acadêmico, mas também na produção cultural, que resistia por meio de metáforas e símbolos que driblavam a censura oficial. Dessa forma, o período foi marcado por uma constante tensão entre o autoritarismo do regime e a persistência de vozes dissidentes que lutavam pela redemocratização e pela restauração dos direitos humanos no Brasil.

Durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, apesar da repressão, diversos movimentos de resistência emergiram, refletindo a luta por democracia e direitos civis. Grupos

⁶⁴ Para Luiz Octavio de Lima, os "anos de chumbo" foram o período mais repressivo da Ditadura Militar no Brasil (1968-1974), marcado pela violência política, tortura, prisões arbitrárias e censura. Esse tempo de intensa repressão suspendeu liberdades civis, mas também gerou formas de resistência, tanto na cultura quanto em ações clandestinas contra o regime. LIMA, Luiz Octavio de. **Os anos de chumbo:** A militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁶⁵, a Ação Libertadora Nacional (ALN)⁶⁶ e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)⁶⁷ realizaram ações armadas contra o regime, embora fossem duramente reprimidos. Ao mesmo tempo, o movimento sindical ganhou força, com greves como as de São Bernardo do Campo (1978-1979), que reuniram milhares de trabalhadores, especialmente liderados por Luiz Inácio Lula da Silva⁶⁸, que mais tarde se tornaria presidente. Essas greves foram fundamentais para enfraquecer o regime militar e pressionar por mudanças políticas.

Estudantes também desempenharam um papel importante nas manifestações contra a repressão, como no contexto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que gerou protestos e confrontos violentos. Organizações como o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e o Movimento Estudantil⁶⁹ foram protagonistas dessa resistência. Dentro do contexto de forte repressão, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passou a pressionar pela criação do

⁶⁵ Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi uma organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), composta principalmente por estudantes e ex-militares. Seu objetivo era lutar contra o regime militar instaurado em 1964, após o golpe que depôs João Goulart. Seu principal líder foi o capitão Carlos Lamarca. A VPR surgiu após o desmantelamento da Guerrilha de Caparaó e a atuação junto aos sindicatos durante a greve dos metalúrgicos de Osasco. A organização se destacou por ações militares, como a ação de Lamarca em 1969, quando fugiu com armas e munição do quartel do 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo. Estruturalmente, a VPR se organizava em células de três pessoas, com cada célula ascendendo para escalões superiores, mantendo sigilo e dificultando a ação da polícia, realizando reuniões em áreas de classe alta e média. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6424>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁶⁶ Organização revolucionária criada em 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Defendendo a necessidade da luta armada para derrubar o regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964 e para instalar um governo popular revolucionário. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5708>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁶⁷ O MR-8 nasceu de uma dissidência do PCB no meio universitário do Estado da Guanabara em 1964. A dissidência, DI-GB, se separou do PCB em 1966 quando das eleições legislativas daquele ano quando o PCB pregava a participação e a DI-GB o voto nulo. Disponível em: <https://vozhumana.com.br/organizacoes/movimento-revolucionario-8-de-outubro-mr-8/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁶⁸ Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, Pernambuco, como o sétimo dos oito filhos de Aristides e Eurídice Ferreira de Mello, a dona Lindu. Em 1952, a família migrou para São Paulo em busca de melhores condições, enfrentando uma longa viagem. Lula se alfabetizou em Garanhuns e, aos 12 anos, trabalhou em uma tinturaria. Aos 14, começou no curso de torneiro mecânico, formou-se metalúrgico e ingressou no Sindicato dos Metalúrgicos. Na década de 1970, tornou-se líder sindical e fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980. Após várias tentativas, foi eleito presidente do Brasil em 2002, com uma plataforma de inclusão social, que resultou em avanços no crescimento econômico e redução da pobreza, com programas como o Bolsa Família. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 02 dez. 2024.

⁶⁹ Os estudantes organizados tiveram um papel político de luta fundamental contra a Ditadura Civil-Militar brasileira. Foram às ruas protestar, participar de passeatas, integraram movimentos de luta armada, distribuíram panfletos, lutaram, enfim, contra o sistema repressivo vigente naquele momento. A participação dos estudantes foi expressiva, sendo que eles constituem uma grande parte dos mortos ou desaparecidos políticos brasileiros. Segundo estudo feito pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” das 436 pessoas que constam no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 125 eram estudantes. Desde o primeiro momento com a implantação da Ditadura Civil-Militar militar, o movimento estudantil foi perseguido. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap6.html>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana como uma resposta à violência policial e às graves violações de direitos humanos no Brasil. A reivindicação da OAB ganhou apoio na imprensa e entre políticos oposicionistas, embora seja improvável que o conselho tenha sido instalado apenas por essas pressões.

A instalação do CDDPH, em outubro de 1968, deve ser compreendida dentro da estratégia da Ditadura Civil-Militar brasileira de criar uma aparência de normalidade institucional e respeito à Constituição. Durante a cerimônia de instalação, o ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva, tentou apresentar o ato como uma demonstração de compromisso com o Estado de direito, ainda que o regime militar estivesse em pleno vigor. O CDDPH foi criado dentro da lógica da Ditadura Civil-Militar brasileira para dar a impressão de normalidade institucional e respeito à Constituição. Durante sua instalação, o ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva⁷⁰, tentou apresentar o ato como uma demonstração do Estado de direito vigente, apesar da repressão do regime militar.

É evidente que, em 1968, não havia finalidade na defesa e promoção dos Direitos Humanos por parte da ditadura. A intenção por trás do ato de instalação do órgão foi a construção de uma aparência de legalidade constitucional, sendo apenas um dos mecanismos utilizados pelos militares nesse sentido. O conselho, antes de tudo, foi utilizado pela ditadura como um instrumento precário para absorver as denúncias realizadas por setores sociais e da oposição, mas sem promover nenhuma investigação que poderia lhe causar problemas ou constrangimentos, especialmente os casos que envolviam os crimes cometidos pelo aparato repressivo ditatorial.⁷¹

⁷⁰ Advogado, redator político e professor de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (SP). Entre 1963 e 1966, foi reitor da USP. No dia 4 de abril de 1964 foi nomeado Ministro da Justiça e, cumulativamente, em 6 de abril, Ministro da Educação e Cultura. Deixou a frente dos dois Ministérios no dia 15 de abril e voltou a assumir a reitoria da USP. No governo de 1967, Gama e Silva assumiu novamente o Ministério da Justiça, anunciando à nação, no dia 13 de dezembro de 1968, a edição do AI-5. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/ministro-luis-antonio-da-gama-e-silva>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁷¹ SILVA, Leonardo Fetter da. Um conselho de Direitos Humanos em plena Ditadura? **História da Ditadura**, 2021. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/umconselhodedireitoshumanosemplenaditadura>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Além disso, a imprensa alternativa, com jornais como *O Bondinho* e *Ex*⁷²; *Opinião*⁷³; *Pasquim*⁷⁴ e *Movimento*⁷⁵; *O São Paulo*⁷⁶; *Em Tempo*, *Amanhã*, *Hora do Povo*⁷⁷; *Politika* e *Os Nacionalistas*⁷⁸; *Versus* e *Cadernos do Terceiro Mundo*⁷⁹ teve um papel crucial ao criticar o regime, dando voz a setores da sociedade que lutavam contra a censura e pela liberdade de expressão. Por fim, grupos como a Comissão de Justiça e Paz⁸⁰ e defensores dos direitos humanos se dedicaram a documentar e denunciar as violações cometidas pela Ditadura Civil-Militar brasileira, como torturas e desaparecimentos forçados, defendendo as vítimas da

⁷² Em 1971, surgiu em São Paulo a revista *O Bondinho*, inspirada em *O Pasquim*, feita por ex-integrantes da Realidade, mas sem recursos, fechando logo e dando lugar a *Grilo* e *Jornalivro*, que também foram fechados pela censura. Em 1973, a equipe lançou *Ex*, que ficou marcada pela 16^a edição, em 1975, que denunciou o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Parte da edição foi apreendida, e a equipe recusou a censura imposta pelo governo, encerrando a circulação do jornal. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁷³ No auge da repressão surgiu o jornal *Opinião* no Rio de Janeiro, criado pela aliança entre o empresário Fernando Gasparian e jornalistas liderados por Raimundo Rodrigues Pereira. O jornal teve grande sucesso, com vendas de quase 40 mil exemplares, e contou com a colaboração de intelectuais e artigos do *Le Monde*. A partir da oitava edição, enfrentou censura prévia, o que afetou sua qualidade. Em 1975, após o rompimento da aliança e a demissão de Pereira, o *Opinião* continuou até 1977, quando foi fechado por Gasparian devido à repressão. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁷⁴ Em junho de 1969, no contexto do AI-5, surgiu no Rio de Janeiro o semanário *O Pasquim*, com humor político e crítico ao regime. Criado por ilustradores e jornalistas como Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes e Tarso de Castro, tornou-se um grande sucesso de vendas, chegando a 200 mil exemplares na década de 1970. Apesar da censura e das prisões de seus integrantes, o jornal conseguiu fazer o povo rir da ditadura. *O Pasquim* circulou até 1991, mas perdeu sua essência ao longo do tempo. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03dez. 2024.

⁷⁵ Em 1975, Raimundo Pereira e sua equipe lançaram o semanário *Movimento* em São Paulo, com censura prévia desde a primeira edição. O jornal sofreu grande repressão, com milhares de artigos vetados e prejuízos financeiros. Mesmo após o fim da censura, enfrentou ataques de grupos de direita e queda na circulação. Apesar disso, *Movimento* desempenhou um papel importante na luta pela democracia, denunciando crimes da ditadura e apoiando a anistia e a assembleia constituinte, circulando até 1981 com 334 edições. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03dez. 2024.

⁷⁶ O jornal *O São Paulo*, da Cúria Metropolitana de São Paulo, comandado pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, se destacou na denúncia dos atentados aos direitos humanos no Brasil e em países vizinhos. O veículo tinha grande capilaridade, por ser distribuído nas igrejas e comunidades eclesiás de base (CEBs) da região. Também foi submetido à censura prévia, suspensa em junho de 1978, e contou com edição falsificada pelos censores para circular ideias favoráveis ao regime. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03dez. 2024.

⁷⁷ *O Em Tempo* foi lançado, em 1978, por um grupo de jornalistas e intelectuais que haviam rompido com o semanário *Movimento*. Aglutinou grupos políticos que posteriormente participaram da formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Experiência mais radical de participação da redação nas decisões editoriais, também sofreu com cisões que deram origem a outros jornais: *Amanhã* e *Hora do Povo*. *O Amanhã* teve apenas uma edição. Já *o Hora do Povo*, órgão oficial do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), publica sem interrupção até os dias atuais. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03dez. 2024.

⁷⁸ No Rio de Janeiro, circulou desde 1971 o jornal nacionalista *Politika*. Fechado por falta de recursos, os nacionalistas insistiram lançando *Crítica* e o *Jornal de Debates*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03dez. 2024.

⁷⁹ Em 1976, em São Paulo, surgiu também a revista *Versus*, focada na solidariedade latino-americana. Desde 1973, já circulava a revista *Cadernos do Terceiro Mundo*. Escrita em três idiomas, distribuída em 50 países, que circulou até 2007. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/os-jornais-da-epoca/>. Acesso em: 03dez. 2024.

⁸⁰ Nasce a Comissão Justiça e Paz de São Paulo por iniciativa do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da cidade. Ela tornou-se um símbolo de resistência contra o arbítrio e a violação dos direitos humanos pela ditadura militar, amparando centenas de perseguidos políticos e seus familiares. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/justica-e-paz-nasce-em-tempo-de-terror>. Acesso em: 03dez. 2024.

repressão. Esses movimentos foram essenciais para enfraquecer o regime militar e promover a transição para a democracia no Brasil.

A imprensa alternativa foi um espaço importante de crítica ao regime militar, de divulgação de denúncias e de debate das organizações de esquerda. Por meio do humor, da análise política ou da informação, esses jornais e revistas alternativos cumpriram um papel fundamental de oposição e resistência à ditadura no Brasil.⁸¹

A imprensa alternativa foi essencial para dar voz a grupos marginalizados pelo regime, e o *Jornal Lampião da Esquina*, lançado em 1978, foi um dos principais veículos de resistência. Com 38 edições, incluindo a zero, e uma tiragem de 10 a 15 mil exemplares, o jornal refletia a luta por uma identidade nacional mais inclusiva. Sua circulação foi viabilizada por uma editora homônima e por contribuições de colaboradores. Com formato tabloide, o *Lampião* trazia seções fixas como “Cartas na Mesa” e “Esquina”, além de reportagens, críticas culturais e entrevistas. Inicialmente focado em dar visibilidade aos direitos das minorias, especialmente o movimento LGBTQIAPN+, o jornal se tornou mais audacioso, abordando temas polêmicos e publicando ensaios sensuais em sua fase final. Assim, o *Lampião* foi um símbolo da resistência contra a censura e da defesa da liberdade de expressão.

Imagen 2: Capa de uma das edições do *Lampião da Esquina* em 1981.



Fonte/Reprodução: Memórias da Ditadura.⁸²

⁸¹ MEMÓRIAS DA DITADURA. Imprensa Alternativa. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>. Acesso em: 05 dez. 2024.

⁸² O *Lampião da Esquina* foi publicado entre abril de 1978 e julho de 1981, foi o primeiro jornal de circulação nacional feito "por" e "para" homossexuais. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?view_mode=cards&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetch_only_meta=1. Acesso em: 03 dez. 2024.

Outro evento significativo dos "anos de chumbo" foi o denominado "milagre econômico brasileiro", que se desenrolou entre 1968 e 1973. Esse período foi marcado pela liderança dos presidentes Costa e Silva, que governou até 1969, e Emílio Garrastazu Médici, que assumiu a presidência e permaneceu no poder até o término desse ciclo. Durante esse intervalo, o Brasil experimentou um crescimento econômico acelerado, impulsionado por políticas de industrialização e investimentos externos, embora à custa de sérios custos sociais e políticos.

Os custos sociais e políticos do milagre econômico brasileiro foram elevados, apesar do crescimento econômico acelerado. Durante esse período, a Ditadura Civil-Militar brasileira impôs uma repressão severa a qualquer forma de oposição, incluindo censura à imprensa, perseguições políticas, tortura e assassinatos de militantes, além de desaparecimentos forçados. Para Ana Elisa Paulino⁸³ o crescimento, embora expressivo, não foi acompanhado de uma distribuição equitativa da riqueza, resultando em altos níveis de desigualdade social e pobreza para a maioria da população.

Além disso, o processo de industrialização e expansão urbana levou ao deslocamento de comunidades, que perderam suas terras e meios de subsistência devido à construção de grandes obras de infraestrutura. O governo também incentivou o endividamento externo, criando um grande débito que impactaria negativamente as finanças do país nos anos seguintes. Esse crescimento ocorreu em um contexto de autoritarismo, com a ausência de liberdades democráticas e a repressão à oposição, comprometendo os direitos civis e aprofundando as desigualdades. Segundo Nadine Habert⁸⁴, empresas multinacionais consideravam o país uma área segura e altamente lucrativa para seus investimentos, atraídas por fatores como incentivos fiscais, infraestrutura em expansão e um mercado interno em crescimento. Inicialmente, o setor automobilístico foi o principal atrativo para esses investimentos, consolidando o Brasil como um importante polo de produção de veículos na América Latina.

Ainda sob a perspectiva de Nadine Habert, além das montadoras, outros setores também desempenharam papel fundamental na entrada de capital estrangeiro, como o químico e o farmacêutico, que ampliaram suas operações no país. No entanto, o maior crescimento foi registrado nas indústrias estrangeiras de bens duráveis, especialmente aquelas voltadas para a produção de autopeças, produtos elétricos, veículos e eletrodomésticos, respondendo à crescente demanda interna. Essa expansão industrial não se limitou às empresas multinacionais:

⁸³ PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 03, p. 562-571, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCfj8rLN/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

⁸⁴ HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.

o avanço tecnológico e a maior diversificação produtiva também impulsionaram a indústria nacional, fortalecendo setores estratégicos e consolidando o Brasil como uma economia emergente de destaque durante aquele período.

O Brasil tornou-se, nesse contexto, um país de aparências, onde os indicadores da economia industrial, vistos sob a ótica da elite burguesa, eram os únicos destacados e celebrados. Essa perspectiva privilegiava o crescimento econômico e a modernização industrial, enquanto deixava de lado uma análise crítica sobre as condições de vida e trabalho da maioria da população. Para Sebastião Cruz e Carlos Martins⁸⁵ as reformas fiscais de Castello Branco criaram modelos de financiamento, como a universalização do Imposto de Renda, a criação de um índice oficial de preços e a correção monetária automática, o que contribuiu para controlar a inflação e estabilizar a economia no curto prazo. A narrativa oficial dos veículos jornalísticos, como, por exemplo, o Informe JB (Jornal do Brasil), promovia uma imagem de progresso e desenvolvimento, ocultando a realidade vivida pela verdadeira força produtiva do país: a massa de trabalhadores assalariados. Esses trabalhadores, responsáveis por sustentar a economia, enfrentavam uma grave desigualdade socioeconômica, com mais da metade recebendo menos de um salário-mínimo.

De acordo com Vinicius Müller, professor de história econômica do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), o crescimento durante o "milagre econômico" foi alcançado à custa dos trabalhadores. A compressão dos salários desempenhou um papel crucial nesse processo, pois aliviou as despesas dos empresários e contribuiu para o controle da inflação. A política de arrocho salarial, que resultou em ganhos reais muito baixos para os trabalhadores, foi uma estratégia adotada pelo governo militar para garantir a competitividade das empresas e facilitar o processo de industrialização. Esse endurecimento nas condições de vida dos trabalhadores permitiu que os custos empresariais fossem reduzidos, ajudando a manter a estabilidade econômica no curto prazo, mas também aprofundando as desigualdades e a exploração da classe trabalhadora.

Nadine Habert aponta que além da baixa remuneração, os trabalhadores estavam submetidos a condições sociais e laborais precárias, que expunham a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira. O país figurava entre os primeiros colocados em indicadores alarmantes, como altas taxas de desnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho, refletindo a falta de políticas públicas efetivas para garantir o bem-estar social. Essa disparidade

⁸⁵ CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de.; SORJ, Bernardo. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90.

evidenciava o contraste entre o crescimento econômico alardeado e as condições reais de vida da maioria dos brasileiros, mostrando que o "milagre econômico" não beneficiava de forma equitativa todas as camadas da sociedade.

Dado o contexto político altamente repressivo da época, qualquer forma de protesto trabalhista era respondida com severidade pelas autoridades do Estado. As censuras também desempenhavam um papel crucial no descaso com as condições dos trabalhadores. Com frequência, os veículos de comunicação viam suas publicações proibidas, especialmente quando se tratava de matérias críticas que expunham as condições precárias do sistema trabalhista e davam visibilidade às reivindicações do operariado. Esses fatores combinados dificultavam a conscientização da população sobre as questões políticas e socioeconômicas que o país enfrentava, uma vez que a informação era sistematicamente controlada e manipulada, limitando o debate público e a mobilização social.

O início dos anos 1970, marcado pela vigência do AI-5, foi caracterizado por uma repressão sistemática que atingiu amplos setores da sociedade brasileira. O regime militar intensificou a perseguição a opositores políticos, promovendo censura cultural, tortura institucionalizada e vigilância rigorosa sobre movimentos de resistência. Qualquer forma de contestação social era duramente reprimida, em uma política moralista que buscava sufocar a diversidade de vozes e impor um modelo ideológico homogêneo. Além dos movimentos armados e dos artistas que expressavam críticas ao regime, também foram alvos aqueles que defendiam direitos sociais e trabalhistas, criando um ambiente de medo e silenciamento generalizado.

Segundo Luciano Oliveira⁸⁶ no meio político o caso do deputado Rubens Paiva⁸⁷, cassado em 1969, é um exemplo emblemático da brutalidade do regime. Paiva, que defendia os direitos humanos e as liberdades democráticas, foi preso, torturado e posteriormente desapareceu sob custódia militar. Seu caso simbolizou a violência do regime contra políticos, ativistas e qualquer indivíduo que se opusesse à Ditadura Civil-Militar brasileira, e ele se tornou uma das vítimas mais conhecidas da repressão, representando o sofrimento das milhares de pessoas que foram alvo da violência estatal

⁸⁶ OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 1, p. 203-225, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3fxpsNGxQBy6PgNm6qfWpnc/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

⁸⁷ O caso do ex-parlamentar foi tema de *Ainda Estou Aqui*, filme dirigido por Walter Salles que estreou nos cinemas em 2024, uma adaptação do livro autobiográfico de Marcelo Rubens Paiva sobre o próprio pai, Rubens Paiva, deputado federal que foi preso e morto durante a ditadura militar em 1971, no Rio de Janeiro.

Essa repressão não se limitou a opositores declarados ou figuras públicas; comunidades marginalizadas, como a LGBTQIAPN+, também foram profundamente afetadas. A perseguição a essas pessoas foi intensificada, com práticas que incluíam desde a vigilância e o cerceamento de espaços de convivência até prisões arbitrárias e violência institucionalizada. A moral conservadora do regime militar reforçou estigmas e exclusões, agravando as dificuldades enfrentadas por esses grupos em um período de extrema intolerância. Esse cenário refletia a tentativa do regime de controlar não apenas a política e a cultura, mas também as expressões de identidade e diversidade dentro da sociedade.

Recomenda-se alterar a legislação que contenha referências discriminatórias das homossexualidades, sendo exemplo o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, do qual se deve excluir a referência à homossexualidade no dispositivo que estabelece ser crime “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar”. A menção revela a discriminação a que os homossexuais estão sujeitos no âmbito das Forças Armadas.⁸⁸

Além disso, o relatório secreto da CIS 69 (Comissão de Investigação Sumária), elaborado durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, teve um caráter extremamente repressivo e discriminatório, refletindo as políticas de controle social do regime. Ele recomendou a aposentadoria compulsória de sete diplomatas e seis servidores administrativos com base na alegação de homossexualismo, associando a orientação sexual a comportamentos subversivos ou indesejáveis. Além disso, sugeriu que dez diplomatas e dois servidores fossem submetidos a exames para comprovar suas supostas condutas homossexuais, utilizando a homofobia como uma ferramenta de controle e punição. Essas ações revelam a extensão da perseguição não apenas política, mas também social, que afetava diferentes segmentos da sociedade, especialmente aqueles que eram vistos como "suspeitos" ou não alinhados aos valores do regime.

Fábio Henrique Lopes⁸⁹ enfatiza que a repressão à comunidade LGBTQIAPN+ foi particularmente brutal. Travestis, em especial, foram alvo de constante perseguição policial, sendo considerados pelo regime uma “ameaça moral” à sociedade. Em um contexto em que a heteronormatividade era exaltada como pilar de uma nação “forte e saudável”, qualquer expressão de gênero ou sexualidade fora dos padrões tradicionais era reprimida com violência.

⁸⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 972.

⁸⁹ LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira. Apontamentos de uma pesquisa. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 23, n. 35, p. 145-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145>. Acesso em: 04 dez. 2024.

Travestis eram frequentemente presos em batidas policiais e estigmatizados na mídia como símbolos de desordem. Muitos foram empurrados para a prostituição devido à falta de oportunidades e direitos, mas mesmo nessas condições, enfrentavam a repressão nas ruas e nos próprios espaços onde tentavam sobreviver.

A censura imposta pela Ditadura Civil-Militar brasileira também restringiu a liberdade de expressão dos artistas, mas isso não impediu que a música se tornasse uma poderosa ferramenta de resistência. Compositores como Chico Buarque⁹⁰ e Geraldo Vandré⁹¹ criaram canções que desafiavam o regime de maneira disfarçada, conseguindo driblar a censura. "Apesar de Você", de Chico Buarque, é um exemplo marcante: embora aparentemente uma canção romântica, ela se transformou em um hino de protesto, com letras que denunciavam a repressão e faziam alusão à expectativa de um futuro de liberdade. Por outro lado, "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores", de Geraldo Vandré, tornou-se um manifesto de resistência direta, resultando em seu banimento e na repressão ao autor, especialmente por seu conteúdo de protesto e crítica velada ao regime. Lançada em 1968, no auge do autoritarismo, a música foi rapidamente associada aos movimentos de oposição e ao clima de repressão. Sua letra, que falava sobre a luta pela liberdade e a resistência aos abusos de poder, se transformou em um verdadeiro manifesto de resistência, ganhando grande popularidade entre os que se opunham ao regime militar.

Devido ao seu conteúdo subversivo, a canção foi censurada pelas autoridades militares, e Vandré foi perseguido, sendo forçado a se exilar. No entanto, a música continuou a ser cantada nas ruas e em manifestações, tornando-se um símbolo da luta pela democracia e dos direitos humanos. Nos livros didáticos de História, especialmente nas seções que abordam o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores" é frequentemente utilizada para ilustrar o impacto da censura e da repressão cultural, além de demonstrar a forma

⁹⁰ Francisco Buarque de Hollanda, nasceu no Rio de Janeiro, em 1944. Compositor, cantor e ficcionista, é autor das peças Roda viva (1968), Calabar, escrita em parceria com Ruy Guerra (1973), Gota d'água, com Paulo Pontes (1975), e Ópera do malandro (1979); da novela Fazenda modelo (1974) e do livro infantil Chapeuzinho amarelo (1979). Ao publicar Estorvo (1991), seu primeiro romance, Chico se consagrou como um dos grandes prosadores brasileiros. Dele, a Companhia das Letras lançou Benjamim (1995), Budapeste (2003), Leite derramado (2009), O irmão alemão (2014), Essa gente (2019), Anos de chumbo e outros contos (2021) e Bambino a Roma (2024). Em 2019, venceu o prêmio Camões pelo conjunto da obra. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/00065/chico-buarque?srsltid=AfmBOoonWcF2C56ijJcQSnmhO-Td138c35viIuxgI8wM2pbyJXtTKdY4>. Acesso em: 03 dez. 2024.

⁹¹ Nascido na Paraíba e radicado no Rio, Geraldo Vandré foi um dos mais enigmáticos personagens da música brasileira. De herói a bandido — ou vice-versa, conforme o ponto de vista — foi amado e odiado pela esquerda num intervalo de uma década. Colaborador do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC) desde 1961, conheceu ali o também compositor Carlos Lyra, que se afastava da bossa nova em direção a uma música mais engajada. Logo fizeram juntos as primeiras canções, como "Aruanda". Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/cultura/geraldo-vandre/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

como a música e a arte se tornaram formas de resistência ao autoritarismo. A canção é apresentada como um exemplo da relação entre a música popular e o contexto político, evidenciando como a arte pode refletir e, ao mesmo tempo, desafiar os momentos históricos. Ao incluir essa música no ensino de História, os livros didáticos ajudam os estudantes a compreenderem o papel fundamental da música na resistência ao regime militar e a importância da liberdade de expressão durante períodos de repressão política.

No âmbito político, grupos guerrilheiros como a ALN, liderada por Carlos Marighella⁹², e o MR-8, procuravam enfrentar o regime militar por meio de ações violentas. Essas organizações atuavam tanto em áreas urbanas quanto no campo, realizando sequestros de diplomatas e assaltos a instituições financeiras para financiar suas operações. A resposta do regime foi brutal: prisões arbitrárias, torturas e execuções tornaram-se práticas habituais, com figuras como Marighella sendo mortas em emboscadas planejadas pelo Estado. A resistência também se manifestou em movimentos sociais que, mesmo sem recorrer à violência, desafiam o regime por meio de protestos e ações comunitárias. Estudantes, trabalhadores e movimentos feministas começaram a se organizar, apesar do constante perigo de prisão. O Movimento do Custo de Vida (MCV)⁹³, por exemplo, liderado por donas de casa, denunciava o aumento dos preços e a crescente desigualdade, tornando-se uma força relevante na contestação das políticas econômicas do regime.

Enquanto isso, a censura tentava sufocar qualquer narrativa que contradisse a ideologia oficial. Jornalistas foram presos ou exilados, e publicações alternativas, como o jornal *O Pasquim*, enfrentaram ataques constantes, mas seguiram desafiando o regime com ironia e crítica. Apesar da repressão, essas vozes criaram um legado de resistência cultural que se tornou essencial na luta pela memória e pela verdade nos anos seguintes. A repressão extrema do regime militar resultou em violações de direitos humanos e reforçou a necessidade de resistência cultural, política e social. A violência do regime gerou uma geração de ativistas e artistas que, apesar das ameaças, mantiveram a luta pela liberdade e democracia. Entre 1974 e

⁹² Político, guerrilheiro e poeta, Carlos Marighella vivenciou a repressão de dois regimes autoritários: o Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas, e a ditadura militar iniciada em 1964. Foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar e chegou a ser considerado o inimigo número um da ditadura. Teve ao todo quatro passagens pela prisão, onde sofreu espancamentos e torturas, sendo a primeira delas aos vinte anos de idade. Militou durante 33 anos no Partido Comunista e depois fundou o movimento armado Ação Libertadora Nacional (ALN). Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/carlos-marighella/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

⁹³ O Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC), pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980, tendo sido capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno de reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pelo regime militar. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/historia-do-movimento-do-custo-de-vida-e-resgatada-em-novo-livro/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

1979, a abertura política proposta por Ernesto Geisel iniciou uma transição gradual e controlada, mas não significou o fim da repressão, sendo uma resposta às pressões internas e externas por democratização.

Ricardo Barone, Pedro Bastos e Fernando Mattos⁹⁴ destacam que um dos fatores que contribuíram para o desgaste do regime foi o fim do chamado “milagre econômico brasileiro”. A crise do petróleo, em 1973, e o aumento da dívida externa geraram inflação e desaceleração econômica. Com isso, a insatisfação popular cresceu, impulsionada pela desigualdade social e pelo custo de vida elevado, que atingiram especialmente as camadas mais pobres da população. O desgaste econômico abalou a legitimidade do regime e aumentou o espaço para críticas e mobilizações.

O ano de 1979 foi especialmente significativo com a aprovação da Lei da Anistia⁹⁵, um marco no processo de abertura política. Essa legislação permitiu o retorno de exilados políticos e a libertação de presos que haviam sido condenados por atividades contra o regime. A medida foi resultado de intensa mobilização da sociedade civil, incluindo movimentos de familiares de desaparecidos políticos e ativistas que lutavam pela redemocratização. Contudo, a Lei da Anistia também foi amplamente criticada por incluir no perdão os agentes do Estado responsáveis por torturas e execuções, perpetuando a impunidade para crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar brasileira.

Nos anos 1980, o regime começou a dar sinais de desgaste, diante da pressão popular e da crise econômica que assolava o país. O movimento Diretas Já⁹⁶, símbolo da

⁹⁴ BARONE, Ricardo Stazzacappa.; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.; MATTOS, Fernando Augusto Mansor. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão**, IE/Unicamp, n. 251, 2015.

⁹⁵ A Lei da Anistia, promulgada em plena ditadura militar, em 1979, teve como objetivo principal conceder perdão aos perseguidos políticos durante o regime autoritário. Com sua aprovação, foram libertados mais de 100 presos políticos, e cerca de 2 mil exilados puderam voltar para o Brasil. Entre os beneficiados estavam personalidades de grande relevância para a história e a cultura brasileira, como o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho; o jornalista Fernando Gabeira, os intelectuais Darcy Ribeiro e Paulo Freire, os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes, o ex-vereador Antônio Losada. Entretanto, a Lei da Anistia também provocou controvérsias ao conceder perdão a todos os envolvidos em “crimes políticos ou conexos”, incluindo agentes da repressão que cometeram torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos até 1979. AGÊNCIA SENADO, Lei da Anistia, 45 anos: debatedores cobram apuração de crimes da ditadura. **Senado Notícias**. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/27/lei-da-anistia-45-anos-debatedores-cobram-apuracao-de-crimes-na-ditadura>. Acesso em: 06 dez. 2024.

⁹⁶ O doutor em Ciência Política Alberto Tosi Rodrigues, autor do livro **Diretas Já - O Grito Preso na Garganta** analisa o movimento Diretas Já, que lutava por eleições diretas para presidente no Brasil. O autor destaca a mobilização popular como um grito pela democracia, com setores como trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas e políticos de oposição unidos pela redemocratização. Apesar da derrota da emenda, o movimento foi crucial para a transição política do país, que culminou na eleição indireta de Tancredo Neves e na promulgação da Constituição de 1988. RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já – O Grito Preso na Garganta**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

redemocratização, culminou na eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, marcando a transição para um governo civil. O impacto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ainda é presente nas discussões sobre direitos humanos, com muitos familiares de desaparecidos políticos e ex-presos políticos lutando por reconhecimento e reparação. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, desempenhou um papel importante ao investigar abusos, mas a impunidade de alguns agentes do regime ainda gera tensões. A sociedade brasileira segue dividida, com alguns setores negando ou minimizando os abusos cometidos, enquanto outros buscam um processo mais profundo de justiça e reconciliação.

O período histórico a que se refere o mandato conferido à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o período da ditadura militar instalada em 1964, esteve associado a um quadro de violações massivas e sistemáticas de direitos humanos, em que os opositores políticos do regime – e todos aqueles que de alguma forma eram percebidos por este como seus inimigos – foram perseguidos de diferentes maneiras. Os exemplos são muitos: cassação de mandatos eletivos e de cargos públicos, censura e outras restrições à liberdade de comunicação e expressão, punições relativas ao exercício da atividade profissional (transferências, perda de comissões, afastamento, demissões) e exclusão de instituições de ensino. A Lei Federal no 12.528/2011 define de maneira mais reduzida a competência da CNV, ao estipulá-la para o esclarecimento de fatos, circunstâncias e autoria de *graves* violações de direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro no período de 1946 a 1988. O legislador apresenta, no artigo 3º, II da lei, uma lista de quatro condutas, às quais deve ser concedido tratamento especial em razão de sua *gravidade*: tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Não se trata de um rol exaustivo, que limite o mandato da CNV à análise das condutas mencionadas.⁹⁷

Além da anistia, o período viu o fortalecimento de movimentos sociais e sindicais, como o Movimento do Custo de Vida e as greves operárias em São Bernardo do Campo, lideradas por figuras como Luiz Inácio Lula da Silva. Esses movimentos começaram a desafiar a ordem estabelecida, ganhando apoio popular e mostrando que o controle absoluto do regime militar estava enfraquecido. Esse fortalecimento da resistência civil foi fundamental para a continuidade do processo de abertura nos anos seguintes. Um dos maiores símbolos dessa resistência foi o Movimento Diretas Já, que ganhou força em 1984. O movimento surgiu como uma resposta à crescente mobilização popular e à demanda por eleições diretas para a presidência, algo que havia sido suspenso desde o golpe militar de 1964. Organizado por uma coalizão de partidos políticos, sindicatos, intelectuais, artistas e movimentos sociais, o Diretas

⁹⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 278.

Já conseguiu mobilizar milhões de brasileiros nas ruas, exigindo a volta da democracia e a possibilidade de escolher seus governantes através do voto direto.

Em 25 de abril de 1984, a Câmara dos Deputados analisou a Emenda Dante de Oliveira⁹⁸, que propunha a realização de eleições diretas para a presidência da República, ainda sob o regime militar. A expectativa popular era imensa, com a atenção de todo o país voltada para Brasília. No entanto, o desfecho foi frustrante: a emenda foi rejeitada, decepcionando milhões de brasileiros. Faltaram apenas 22 votos para atingir a aprovação necessária. O placar final foi de 298 votos favoráveis, 65 contrários e 3 abstenções, quando o mínimo exigido era de 320 votos. A base aliada ao governo, composta pelo PDS (Partido Democrático Social), boicotou a sessão, e 113 deputados, a maioria do partido, não compareceram para votar. O resultado foi recebido com gritos de protesto pelas centenas de pessoas que acompanhavam a votação nas galerias da Câmara.

De acordo com Lucília Delgado⁹⁹, a rejeição da Emenda Dante de Oliveira foi um duro golpe para o movimento Diretas Já e para os milhões de brasileiros que ansiavam pelo fim da Ditadura Civil-Militar brasileira militar. Apesar da derrota, o movimento deixou claro que a demanda por democracia era irreversível. As manifestações populares não cessaram e continuaram a pressionar o governo militar, ampliando o desgaste político do regime. A derrota da emenda não foi um ponto final, mas sim um estímulo para fortalecer a mobilização em torno da redemocratização.

No mesmo ano, a falta de unidade dentro do regime militar começou a minar sua base de apoio. O general João Figueiredo, último presidente do ciclo militar, enfrentava desafios cada vez maiores para preservar a estabilidade política. Greves, protestos e a formação de movimentos sociais se intensificaram, enquanto parte da elite política começou a perceber que o regime já não tinha mais forças para se manter. Nesse contexto, começou a se formar uma

⁹⁸ Em 25 de abril de 1984 o Congresso Nacional votava a Emenda Dante de Oliveira para reestabelecer a eleição direta ao cargo de presidente da república. A última havia ocorrido em 1960, quatro anos antes do início da ditadura militar no país. Mas a Proposta de Emenda à Constituição foi rejeitada na votação que avançou a madrugada do dia seguinte, e os brasileiros tiveram que esperar mais cinco anos para decidir no voto quem iria ocupar a cadeira da presidência. Mesmo com a mobilização popular da campanha das Diretas Já, iniciada em 1983, o governo militar conseguiu esvaziar a sessão de votação na Câmara, e a Emenda Dante de Oliveira não atingiu os 320 votos necessários naquela época para ser enviada ao senado. Foram 298 votos a favor – 22 a menos que o exigido –, 65 contra três abstenções e 113 deputados ausentes. FARIA, Adriano; MEDEIROS, Tiago. Dedo de Prosa: 40 anos da votação da Emenda Dante de Oliveira. **Conexão Senado, Rádio Senado.** 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2024/04/25/dedo-de-prosa-40-anos-da-votacao-da-emenda-dante-de-oliveira>. Acesso em: 07 dez. 2024.

⁹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: São Leopoldo, **XXIV Simposio Nacional de História.** 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7140?locale-attribute=en>. Acesso em: 03 dez. 2024.

articulação para uma transição acordada, que culminaria na eleição indireta de um novo presidente pelo Colégio Eleitoral.

Rodrigo Dias¹⁰⁰ relembra que o que deveria ser um momento de celebração para o país foi ofuscado por um acontecimento inesperado e trágico: Tancredo Neves adoeceu gravemente na véspera de sua posse, em março de 1985, e faleceu semanas depois, sem assumir a presidência. Seu vice, José Sarney, assumiu o cargo, tornando-se o primeiro presidente civil após mais de 20 anos de Ditadura Civil-Militar brasileira. Apesar das circunstâncias adversas, a posse de Sarney foi um marco na transição democrática, consolidando o fim do regime militar.

Nos anos que se seguiram, o Brasil passou por profundas transformações políticas e sociais. Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal¹⁰¹, que restabeleceu direitos fundamentais e garantias democráticas, consagrando o país como um Estado de Direito. A Constituição também assegurou a realização de eleições diretas para todos os cargos do Executivo, incluindo a presidência, que ocorreria novamente em 1989, após 29 anos. O processo de redemocratização não foi isento de desafios, mas representou uma vitória significativa para aqueles que lutaram pela liberdade durante os anos de repressão.

A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) continua sendo objeto de intensos debates e reflexões no Brasil contemporâneo, em especial pelo impacto duradouro de suas práticas e decisões na sociedade. (Re)visitar esse período é fundamental para compreender as raízes de desafios políticos e sociais atuais, como a violência institucional, as desigualdades estruturais e a fragilidade das instituições democráticas. Os 21 anos de regime autoritário foram marcados por censura, perseguições, tortura e desaparecimentos forçados, mas também por manifestações de resistência que, ao longo do tempo, moldaram importantes movimentos sociais e culturais. Esse cenário deixa como legado uma memória fragmentada e, muitas vezes, polarizada sobre o período.

¹⁰⁰ DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades**, v. 7, n. 3, p. 249-274, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5654>. Acesso em: 03 dez. 2024.

¹⁰¹ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro hoje. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima constituição que nosso país tem – e a sexta desde que somos uma República. A CF/88 é um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, por garantir liberdades civis e os deveres do Estado. Em 05 de outubro de 1988, sua promulgação foi marcada pelo discurso do então deputado federal e participante da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães: *"A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Muda para vencer! Muda, Brasil!"*. destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

Segundo Maurice Halbwachs¹⁰² a memória coletiva não é a soma das lembranças individuais, mas sim uma construção social que resulta da interação de indivíduos em grupos. Ela não se limita à simples rememoração de acontecimentos passados, mas envolve a forma como o grupo seleciona e transmite essas lembranças, as quais são constantemente revisadas e reconfiguradas ao longo do tempo. Em contextos de repressão, como a Ditadura Civil-Militar brasileira, a memória coletiva torna-se um instrumento crucial, pois as narrativas oficiais impõem uma versão dos acontecimentos, enquanto grupos marginalizados e opositores lutam para reconstruir suas próprias versões da história, mantendo vivas as lembranças de sua resistência e sofrimento.

Ao analisar a relação da ficção e da realidade na escrita do livro *Um Menino Chamado Vlado*, da historiadora brasileira Márcia Camargos, faz-se necessário dialogar com o histórico do período da Ditadura Civil-Militar brasileira, período esse que serviu de cenário para os acontecimentos relatados no livro, permitindo-nos observar as nuances entre o sujeito e a escrita, ou seja, as motivações da autora que culminaram na publicação do livro. Como uma biografia do jornalista, professor e dramaturgo brasileiro Vladimir Herzog, a obra é voltada para o público infanto-juvenil. O objetivo da autora, ao publicar o livro, é explicar aos jovens o que foi o regime civil-militar, que teve início em 1964, mostrando, também, os movimentos de oposição e resistência ao regime que ocorreram, tendo como fio condutor a história de Herzog, utilizando uma linguagem compreensível para o público jovem.

O fim da Ditadura Civil-Militar brasileira em 1985 não apagou as marcas deixadas pelo regime, mas abriu espaço para um período de reconstrução democrática, marcado pela resistência da sociedade civil e pelo movimento Diretas Já. Nesse cenário, a biografia de Márcia Camargos e sua obra *Um Menino Chamado Vlado* demonstram como a escrita pode ser uma ferramenta vital na preservação da memória histórica e na reconstrução da identidade coletiva. Ao narrar a história de Vlado Herzog, vítima da tortura e assassinato durante o regime, Camargos não só aborda a memória de um mártir, mas também enfatiza a importância de dar voz aos que sofreram sob a repressão, lembrando os erros do passado e a necessidade de resistir. A escrita, nesse contexto, atua como um vínculo entre o sujeito e a história, promovendo uma reflexão crítica sobre os horrores da repressão e a urgência de evitar que tais atrocidades se repitam.

¹⁰² HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990. p. 32.

2.2 O sujeito e a escrita: traços biográficos de Márcia Camargos e a sua obra

A relação entre o sujeito e a escrita é intrinsecamente interdependente, pois ambos se constroem mutuamente em um processo contínuo de expressão e reflexão. O sujeito, ao escrever, projeta sua identidade, suas experiências e sua visão de mundo no texto, tornando-o uma extensão de si mesmo. A escrita, por sua vez, organiza os pensamentos, dá forma às emoções e permite que ideias sejam comunicadas e perpetuadas. Dessa maneira, o ato de escrever não é apenas técnico, mas profundamente existencial, um exercício que conecta o indivíduo ao seu interior e ao mundo ao seu redor.

Nesse sentido, as diferentes formas de dizer e escrever produzem sentidos e significações que (re)criam as trajetórias de uma pessoa em suas múltiplas relações com os espaços nos quais se insere e com os quais dialoga e conflitua. Tal espaço social é o que constitui os pontos dos nós na rede e os textos são indícios dessa conexão.¹⁰³

Ao mesmo tempo, a escrita molda o sujeito, pois exige dele um posicionamento diante do que deseja comunicar e do modo como escolhe fazê-lo. Nesse processo, o autor não apenas revela sua perspectiva, mas também questiona, revisa e ressignifica suas ideias. O diálogo interno proporcionado pela escrita é uma oportunidade de autoconhecimento e crescimento pessoal, permitindo ao sujeito compreender melhor suas próprias vivências. Assim, o ato de escrever não só reflete o que o sujeito é, mas também o transforma, ampliando suas possibilidades de interpretação e criação.

Além disso, a escrita é uma ponte entre o sujeito e a coletividade, pois ao registrar suas ideias, o autor as compartilha com outros e insere-se em um diálogo mais amplo. Todo texto, de certa forma, é um reflexo do tempo e do espaço em que foi produzido, carregando traços de uma cultura, de valores e de referências sociais. Ao escrever, o sujeito interage com essas influências e, ao mesmo tempo, contribui para moldá-las, criando uma troca constante entre o individual e o coletivo. Essa troca enriquece não apenas a escrita, mas também a visão de mundo do sujeito, que passa a compreender seu papel em uma narrativa maior.

Refletir sobre a trajetória de um escritor, conforme Pierre Bourdieu¹⁰⁴, implica considerar as múltiplas relações que permeiam esse percurso, levando em conta o conjunto de agentes que formam o campo intelectual no qual o autor está inserido. A constituição de um

¹⁰³ FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **A letra e o tempo:** a escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 36.

¹⁰⁴ BORDIEU, Pierre. **As Regras da Arte:** gênese e estrutura do campo literário. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

autor não é um processo isolado, mas resulta de interações complexas entre a escrita, a publicação, a circulação, o consumo e, principalmente, as leituras dos leitores. Esses elementos, que envolvem editores, críticos, leitores e instituições culturais, moldam a recepção da obra e determinam o reconhecimento e prestígio do autor dentro do campo literário. As leituras, por sua vez, desempenham um papel fundamental, pois influenciam diretamente a continuidade e a relevância da obra no mercado literário, reconfigurando seu sentido ao longo do tempo. Assim, a trajetória de um escritor é um processo dinâmico, em que a literatura se constrói por meio de relações sociais, culturais e históricas que envolvem tanto a produção quanto a recepção de suas obras.

Portanto, o sujeito e a escrita não podem ser separados, pois cada um é indispensável para a existência do outro. A escrita dá voz ao sujeito, permite que ele transcendente seus limites temporais e espaciais e registre sua singularidade. Em contrapartida, o sujeito, ao se engajar no processo de escrita, reinventa a si mesmo, tornando-se um agente de sua própria história e das histórias que deseja contar. Essa relação de interdependência evidencia o poder transformador da escrita, tanto para quem escreve quanto para quem lê, tornando-a uma ferramenta essencial para a expressão e a compreensão humana.

A relação entre o sujeito e a escrita também se manifesta em sua capacidade de dar voz a experiências que, muitas vezes, não podem ser expressas de outra forma. O texto escrito, ao permitir uma representação simbólica da experiência, possibilita que o sujeito explore camadas mais profundas de sua própria história e emoção. Esse aspecto da escrita é particularmente importante, pois oferece ao sujeito uma maneira de compreender traumas, angústias ou dilemas que, de outra maneira, poderiam permanecer inconscientes ou não articulados. Ao externalizar seus pensamentos e sentimentos, o sujeito ganha não apenas uma forma de comunicação, mas também uma ferramenta de cura e entendimento. A escrita, então, se torna um espelho do subjetivo, capaz de revelar aquilo que, por vezes, está oculto nas profundezas da psique.

A escrita tem o poder de eternizar o sujeito e suas experiências, permitindo que o indivíduo ultrapasse as barreiras do tempo e do espaço. Ao registrar suas ideias e vivências, o autor cria um legado que pode ser compartilhado por gerações futuras. Esse processo de perpetuação da experiência humana é uma das mais profundas interações entre o sujeito e a escrita, pois garante que suas reflexões, dilemas e conquistas não se percam no esquecimento. Ao mesmo tempo, a leitura do outro também ressignifica a escrita, pois o texto se reinventa a cada novo leitor, ampliando o alcance do sujeito além de sua própria existência. Nesse aspecto, a escrita transcende o indivíduo, permitindo-lhe deixar uma marca no mundo, ao mesmo tempo em que continua a se transformar no processo de leitura e interpretação.

Conforme Pedro Pio Fontineles Filho¹⁰⁵, o qual parte da premissa de que para compreender a obra de um autor se faz necessário adentrar em certos aspectos de sua vida, falaremos, então, a respeito dos traços biográficos da autora de *Um Menino Chamado Vlado*. Márcia Mascarenhas de Rezende Camargos é uma historiadora, jornalista e escritora brasileira, reconhecida por sua atuação na área de pesquisa e produção cultural, especialmente no estudo de figuras marcantes da história política e social do Brasil e nos debates sobre memória e democracia, além de discutir as relações entre literatura e história. Sua obra é marcada por uma linguagem acessível, mas sustentada por um rigor acadêmico, que reflete sua formação sólida e engajamento intelectual.¹⁰⁶

Márcia Camargos já recebeu prêmios¹⁰⁷ por sua produção literária e jornalística. Sua dedicação ao resgate da memória e à educação histórica a posiciona como uma voz relevante no debate cultural brasileiro. Ela também é frequentemente convidada para palestras e eventos acadêmicos, nos quais compartilha sua visão sobre a importância da história na formação da cidadania. A sua trajetória reflete uma preocupação constante com a relação entre passado e presente, especialmente em contextos de autoritarismo e resistência. Sua obra contribui para a ampliação do acesso ao conhecimento histórico, promovendo o diálogo entre diferentes gerações e reafirmando o papel da memória na construção de um futuro mais democrático.

Algumas das obras mais notáveis de Márcia Camargos incluem: *Um menino chamado Vlado*: voltado ao público infantojuvenil, o livro aborda a vida do jornalista Vladimir Herzog, morto pela Ditadura Civil-Militar brasileira em 1975. A obra visa educar sobre direitos humanos e memória histórica; *Monteiro Lobato*: Furacão na Botocundia: biografia detalhada de Monteiro Lobato, um dos maiores escritores e intelectuais brasileiros. Camargos explora não apenas o legado literário de Lobato, mas também sua atuação política e cultural; e *Semana de 22*: Entre Vaias e Aplausos, uma análise aprofundada do evento que marcou a cultura brasileira no século XX, enfatizando suas consequências para a construção da modernidade no país.

Camargos tem uma produção literária diversificada, incluindo biografias, livros históricos e trabalhos voltados para a cultura brasileira. Suas obras frequentemente exploram temas como direitos humanos, memória histórica e figuras de resistência à opressão. Esse pano de fundo a conecta diretamente à narrativa desenvolvida em *Um menino chamado Vlado*, livro

¹⁰⁵ FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **A letra e o tempo:** a escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 37.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1005373634294056>. Acesso em: 02 dez. 2024.

¹⁰⁷ Recebeu o Título de Cidadã Paulistana. Além disso, também foi ganhadora dos prêmios Jabuti e Livro do Ano de 1998. Obteve também o prêmio Clio da Academia Paulistana de História, uma menção honrosa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o prêmio da Academia Paulista de Letras para o melhor ensaio historiográfico de 2003, por seu livro A Semana de 22: entre vaias e aplausos (Boitempo, 2002).

que se dedica à vida e à morte do jornalista Vlado Herzog, conhecido como Vladimir, foi assassinado sob tortura em 1975, durante o regime militar brasileiro, ele é uma figura simbólica na luta por democracia e justiça no Brasil. A obra da historiadora Márcia Camargos reflete não apenas a importância de recuperar a memória de personagens históricos, mas também a necessidade de revisitar eventos traumáticos para lançar luz sobre as violações de direitos humanos e contribuir para a formação de uma consciência cidadã. Para Michel de Certeau¹⁰⁸ o historiador é ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua própria história. Ele projeta no texto sua própria visão de mundo, suas escolhas, suas interpretações. A escrita, portanto, é sempre marcada pela subjetividade do autor, que não é um simples transmissor de informações, mas um ser engajado no processo de construção da memória e da narrativa histórica.

Jacques Le Goff¹⁰⁹ caracteriza "história" como uma narrativa, que pode ser real ou fictícia, fundamentada em eventos históricos ou completamente inventada, o que gera uma discussão sobre a confiabilidade das fontes orais e o papel da narrativa no trabalho do historiador. Paul Veyne¹¹⁰ considera a história um "conto de acontecimentos verdadeiros", comparando-a a um romance, ambos estruturados por tramas. Le Goff, ao retomar essa ideia, adverte sobre o risco de se conceder ao historiador a mesma liberdade do ficcionista, o que prejudicaria a História enquanto ciência. Embora discordando de Veyne, Le Goff também refuta a visão dos positivistas, que eliminam o uso da imaginação no trabalho histórico. Para ele, o historiador pode recorrer a dois tipos de imaginação: "[...] a que consiste em reviver o que está morto nos documentos e faz parte do trabalho histórico e a imaginação científica, que se revela pelo poder de abstração".

Camargos, como historiadora e autora engajada, adota uma abordagem que transcende o simples registro factual. Em *Um menino chamado Vlado*, ela constrói uma narrativa que combina o rigor histórico com a sensibilidade literária, aproximando o leitor de aspectos mais humanos de Vlado Herzog, ao criar os personagens que acompanham a narrativa do início ao final, Mário e Felipe, pai e filho, respectivamente. A formação de Camargos em história e jornalismo fornece uma base teórica para que ela explore a relação entre memória individual e coletiva, uma discussão amplamente trabalhada por autores como Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur. De acordo com Maurice Halbwachs, a memória coletiva é mediada pelas estruturas sociais que moldam os indivíduos e suas vivências.

Ao pensar no assunto, Mário não pôde evitar uma pontada de tristeza. Quanta gente sofreu por causa do regime que teve início em 1º de abril de 1964! Tudo

¹⁰⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** as artes de fazer. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

¹⁰⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

¹¹⁰ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Brasília: UnB, 1988.

começou com o golpe que derrubou o governo do presidente João Goulart, democraticamente eleito. Apesar das promessas iniciais dos militares, de que fariam uma intervenção breve, devolvendo logo o poder aos civis por meio da convocação de eleições, a ditadura militar durou 21 anos. Tudo em nome do combate ao comunismo! Por causa disso, colocaram em prática vários Atos Institucionais, substituíram a Constituição, prenderam, torturaram, mataram e exilaram quem se opunha ao comando dos generais que iam assumindo o poder, um atrás do outro.¹¹¹

A ideia de memória coletiva, proposta por Maurice Halbwachs, revela como os grupos sociais constroem e transmitem narrativas históricas, sendo fundamental para entender como as identidades individuais e coletivas são formadas. Em contextos de repressão extrema e trauma, como em regimes autoritários ou genocídios, esses eventos fragmentam a identidade, pois o sofrimento e a violência desafiam a capacidade de representar o passado, gerando lacunas e silêncios na memória coletiva. Esses silêncios não são apenas falhas de memória, mas espaços onde a dor não pode ser facilmente expressa, e a falta de uma linguagem adequada para narrar o trauma dificulta a construção de uma narrativa unificada, exigindo processos de ressignificação e recuperação da história para enfrentar o vazio gerado pela repressão.

Podemos dizer, assim, que o que está afetado é a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos deque se compõe a sociedade. Então separam-nos de um ou de alguns dentre eles, e deles unicamente. Todo o conjunto de lembranças que temos em comum com eles bruscamente desaparecem. Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam.¹¹²

Para Caroline Silveira Bauer¹¹³ durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, o Estado e seus agentes implementaram uma repressão sistemática para silenciar as vítimas, criando barreiras à expressão das memórias de tortura e violência. O regime usou censura, intimidação e destruição de documentos para apagar os crimes cometidos, e fomentou um clima de medo que internalizou o silêncio nas vítimas, criando um "sarcófago" simbólico de memórias. Esse processo visava tanto manter o poder sem resistência quanto garantir o esquecimento do passado, manipulando a memória coletiva e dificultando a externalização dos traumas.

Antes disso, no dia 9, era editado o Ato Institucional nº 1, suspendendo por dez anos os direitos políticos de centenas de pessoas entre as quais vários governantes, parlamentares, líderes sindicais e estudantes, intelectuais e funcionários públicos. Em 13 de maio, o Brasil, cujo governo havia condecorado Che Guevara, rompia relações com Cuba e criava o Serviço

¹¹¹ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 16.

¹¹² HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990. p. 32.

¹¹³ BAUER, Caroline Silveira. **Como será o Passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco, 2017.

Nacional de Informações (SNI), idealizado e dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva. Em 27 de outubro, a UNE e as uniões estaduais de estudantes seriam extintas. O triste ano de 1964 terminava com a intervenção federal em Goiás, em 26 de novembro.¹¹⁴

Durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), a memória traumática dos torturados, desaparecidos e sobreviventes foi marcada pela dificuldade de verbalizar o sofrimento e pelo medo de retaliações. O regime usou o controle sobre a memória como ferramenta de poder, silenciando narrativas dissidentes e impondo versões oficiais da história para ocultar os abusos cometidos. Esse processo criou silêncios profundos que perduraram por gerações, dificultando a reconstrução das histórias e perpetuando o trauma. Esses silêncios, muitas vezes internalizados pelas vítimas, só começaram a ser rompidos com os movimentos de memória e justiça nas décadas seguintes.

A ditadura militar, por causa dos enredamentos que vou, brevemente, discutir, acabou por individualizar o trauma, localizando-o quase que somente nas vítimas, de maneira que a violência que a envolveu permaneceu irresoluta e em silêncio, pois não houve investigação ou punição de seus perpetradores. O abafamento dos crimes não causou comoção coletiva, não despertou sentimento de revolta coletivo ou acusações mais contundentes e sistemáticas, fazendo com que o trauma da ditadura não tivesse alcançado a dimensão que deveria ter junto à sociedade brasileira. Pelo menos esse é o diagnóstico que se tem, afinal, desencadearam-se inúmeros dispositivos para abafar e minimizar os protestos e as manifestações populares contra a ditadura, durante e depois do regime.¹¹⁵

Reconstruir a memória é essencial para superar o trauma coletivo, permitindo que as narrativas silenciadas, muitas vezes geradas por regimes opressores, sejam resgatadas. No Brasil, as Comissões da Verdade desempenharam um papel importante ao revelar as violações cometidas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), dando voz às vítimas e buscando restaurar a verdade histórica. No entanto, desafios permanecem devido às disputas narrativas, refletindo tensões entre memória, história e esquecimento, especialmente quando diferentes versões sobre o passado competem por reconhecimento e legitimação, dificultando a construção de uma narrativa coletiva e reconciliatória.

Ontem eu custei um pouco pra reconhecer o prédio. Foi necessário que a gente localizasse uma coluna, que está meio disfarçada, no meio de paredes. Só que quando nós achamos essa coluna, que ficava junto às salas de tortura, eu reconheci o prédio. Junto a essa coluna ficava um banco encostado. Como eram duas as salas de tortura, e nós éramos três, eles colocavam um em cada

¹¹⁴ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 55-56.

¹¹⁵ BENTIVOGLIO, Julio. Enredamentos narrativos da ditadura militar no Brasil: Do esquecimento e trauma individualizado ao passado cristalizado. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima. **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 161-182.

sala, pra tomar sessões de choque; uma das salas tinha o pau de arara, pra pendurar no pau de arara, e o outro ficava sentado, era bem do lado, quem se sentasse nessa cadeira ouvia os que estavam sendo torturados. Era uma maneira que eles utilizavam para que aquele que estivesse esperando se auto torturasse, ficasse imaginando, ficasse configurando na sua cabeça o que aconteceria com ele. No momento em que eu fui colocado nesse banco, sempre algemado para trás, pensei: “Como é que eu posso me livrar dessa situação? Como é que eu posso amenizar isso?”. Decidi: “Só tem uma forma de fazer isso: dormir”. Então encostei nessa coluna e disse: “Bom, é sua obrigação revolucionária, obrigação moral de dormir”. Aí eu dormi. Depois disso, isso me ajudou enormemente, porque eu aprendi a dormir, nunca depois disso tive um problema de insônia, os poucos momentos que eu ficava na cela dormia desbragadamente. Quando vinham, jogavam a comida por baixo e eu empurrava com o pé de volta, e continuava dormindo. Porque, enquanto eu dormia, podia sonhar. Eu estava na praia, eu estava continuando a fazer as coisas, estava entrando em quartéis, tomando os quartéis, levando as armas que deveriam estar em poder do povo. Aprendi a dormir.¹¹⁶

Podemos estabelecer uma relação entre a análise sobre memória traumática e o livro *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, uma vez que ambos exploram as marcas deixadas pela violência de regimes opressivos na memória individual e coletiva. O livro retrata a vida e morte de Vladimir Herzog, jornalista assassinado pela Ditadura Civil-Militar brasileira em 1975, e mostra como esse evento gerou não apenas um trauma profundo para sua família, mas também uma ferida na consciência coletiva da sociedade brasileira. “Cada preso é especial e tem uma história para contar. Mas no caso dele, mais ainda. Isso porque, depois da sua morte, em 1975, as coisas começaram a mudar”¹¹⁷, afirma Mário, sobre Vlado Herzog, em diálogo com o seu filho Felipe, na narrativa literária criada por Márcia Camargos.

A memória traumática é frequentemente marcada por silêncios, tanto pelo medo imposto pelos regimes autoritários quanto pela dificuldade de lidar com o sofrimento. Esse aspecto está presente no livro de Camargos, que revela como a versão oficial da morte de Herzog foi manipulada pelo governo, configurando um caso emblemático de controle sobre a narrativa histórica. No entanto, a resistência das pessoas próximas a Herzog, que se recusaram a aceitar o silêncio imposto, exemplifica o esforço de reconstrução da memória como forma de enfrentamento ao trauma e à repressão.

Mas, por outro lado, a liberdade de proporcionar interpretações alternativas parece subversiva, pois é vista negativamente por aqueles que detêm suficiente poder para estabelecer os limites da “história como se deve”, ainda teimosamente definida com referência a uma suposta objetividade; para eles, aquela liberdade parece uma contestação. Por conseguinte, o que emgeral

¹¹⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014. p. 278.

¹¹⁷ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 11.

ocorre é que as práticas de discursodominantes procuram encerrar (isolar e/ou findar) as leituras/interpretações que consideram indesejáveis.¹¹⁸

Partindo da afirmação da qual a superação do trauma passa pelo resgate de narrativas silenciadas, Camargos, em sua obra, contribui para dar voz a uma memória reprimida, reconstituindo a trajetória de Vlado e denunciando as atrocidades da Ditadura Civil-Militar brasileira. O livro, ao trazer à tona a humanidade e os ideais de Herzog, desafia o esquecimento imposto pelo regime e reforça a importância de preservar a memória coletiva para evitar a repetição de injustiças históricas. Para Ricoeur¹¹⁹, o problema da memória coletiva é sempre o de sua instrumentalização, desvendar os silêncios da memória, desenterrar os acontecimentos marginalizados e confrontar o discurso oficial com as evidências do passado, muitas vezes ocultadas por regimes autoritários, quando, por exemplo, tentaram manipular a causa da morte de Vlado Herzog, ao determinarem como suicídio, quando, na realidade, após diversas pesquisas e como afirma a autora na obra por meio da fala do personagem Mário: “Vlado foi morto sob tortura. Queriam informações sobre os aparelhos, os codinomes, os apelidos, os nomes de guerra dos companheiros dele”¹²⁰.

Um Menino Chamado Vlado, de Márcia Camargos, aborda a história de Vladimir Herzog, jornalista torturado e morto pela Ditadura Civil-Militar brasileira. Através dessa narrativa, a autora humaniza a memória das vítimas do regime, explorando a violência e as atrocidades cometidas pelo Estado, como tortura, mortes e desaparecimentos forçados. Esse enfoque se relaciona com o trabalho da CNV, que investiga as violações de direitos humanos entre 1946 e 1988. Ao investigar torturas, mortes e desaparecimentos forçados, a CNV ajuda a reconhecer as vítimas, promover a justiça e preservar a memória histórica, fortalecendo o compromisso com os direitos humanos e a democracia no Brasil, objetivos esses que também estão presentes na publicação do livro, daí a possibilidade de uso como uma ferramenta para o ensino de História da Ditadura Civil-Militar brasileira.

¹¹⁸ JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001. p. 103.

¹¹⁹ RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento**. Tradução de Alain François Etchegoyen, Bernardo Rego e Carlos José Figueiredo. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹²⁰ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 12.

3 - ENSINO DE HISTÓRIA EM *UM MENINO CHAMADO VLADO*

Esta é uma história que não pode ser esquecida, deve ser contada e recontada – em prosa, verso ou quadrinhos – para que os Vlados do mundo possam viver em paz e sem medo na terra em que nasceram.

Alberto Dines¹²¹

Nesse segundo capítulo, discutiremos como a obra *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, oferece uma perspectiva única sobre o ensino de História e o papel da literatura na compreensão de períodos traumáticos da história, como a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A autora utiliza a ficção para trazer à tona um tema sensível, mas crucial para a formação da memória coletiva, especialmente sobre a repressão política e os abusos cometidos pelo regime militar. Através dessa narrativa, propomos uma reflexão sobre o ensino de História, sugerindo que a literatura, ao mesmo tempo que entrelaça o real e o imaginário, pode ser um poderoso instrumento pedagógico para abordar temas históricos de forma mais acessível e impactante para os estudantes.

No contexto do ensino de História, a obra de Camargos pode ser vista como uma ferramenta pedagógica que ultrapassa os limites das aulas tradicionais de História, onde frequentemente os estudantes se deparam com dados e informações sem a devida reflexão crítica. *Um Menino Chamado Vlado* oferece uma forma de introdução ao debate sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, permitindo que os alunos sintam as experiências de vida sob o regime de uma maneira emocional e pessoal. A literatura, ao narrar histórias individuais, cria uma ponte entre o passado e o presente, e pode gerar uma conexão mais forte com os estudantes, estimulando-os a refletir sobre os impactos da história em suas próprias vidas.

A literatura é um discurso carregado de vivência íntima e profunda que suscita no leitor o desejo de prolongar ou renovar as experiências que veicula. Constitui um elo privilegiado entre o homem e o mundo, pois supre as fantasias, desencadeia novas, ativa o nosso intelecto, trazendo e produzindo conhecimento. Ela é criação, uma espécie de irrealidade que adensa a realidade, tornando-nos observadores de nós mesmos. Ler um texto literário significa entrar em novas relações, sofrer um processo de transformação.¹²²

¹²¹ Foi um jornalista com trajetória abrangente e inovadora, biógrafo atento às contradições e lacunas na história de seus personagens, analista e crítico da imprensa e inspirador de cursos especializados em universidades, Alberto Dines influenciou o jornalismo brasileiro, de uma forma ou de outra, desde a década de 1960. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-trajetoria-abrangente-e-a-influencia-de-alberto-dines/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

¹²² BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Lígia (Coord.). **Aprender e ensinar com textos**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 22-23.

Porém, é importante destacar que, ao se utilizar da ficção para abordar temas históricos, a autora também enfrenta o desafio de manter um equilíbrio entre o factual e o imaginário. A ficção oferece liberdade para explorar a subjetividade, mas ao mesmo tempo, exige que o autor faça escolhas cuidadosas para garantir que a veracidade histórica não seja comprometida. Em *Um Menino Chamado Vlado*, Camargos consegue equilibrar essas duas dimensões, ao mesmo tempo em que cria uma história ficcionalmente rica e, ao mesmo tempo, fiel aos eventos históricos da Ditadura Civil-Militar brasileira, oferecendo um relato verdadeiro das experiências do período, ainda que através de personagens fictícios.

Ao mesclar o ficcional com o histórico, a obra de Camargos também permite que se faça uma reflexão sobre o papel da memória na construção da História. Muitas vezes, as narrativas oficiais e os livros de História podem omitir ou suavizar os horrores cometidos durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, e a literatura surge como um meio de resistir a essa forma de apagamento. *Um Menino Chamado Vlado* não só resgata a memória de uma vítima do regime militar, mas também questiona como as histórias das vítimas podem ser apropriadas pela História oficial, muitas vezes silenciadas ou distorcidas por regimes autoritários.

3.1 Reflexões sobre o Ensino de História e os usos da literatura

A História é uma disciplina fundamental para a formação de uma cidadania consciente e crítica, oferecendo aos estudantes a oportunidade de compreender como o passado molda o presente. Ao analisar eventos históricos, os alunos podem perceber que as realidades atuais não são fenômenos isolados, mas o resultado de processos históricos que continuam a influenciar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Compreender o passado é essencial para desvendar as complexidades do mundo contemporâneo e as raízes dos desafios sociais e políticos atuais.

Além disso, a História contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as estruturas de poder e as relações sociais que sustentam a sociedade. Ao estudar diferentes períodos e contextos, os estudantes são incentivados a questionar as narrativas dominantes e refletir sobre as desigualdades históricas, como as baseadas em classe, raça, gênero e etnia. Esse exercício crítico permite uma compreensão mais profunda dos processos que geram e perpetuam as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

O estudo da História também proporciona uma reflexão sobre valores éticos e morais. Ao abordar eventos como guerras, ditaduras ou movimentos de resistência, os estudantes são levados a ponderar sobre os perigos do autoritarismo, da intolerância e da falta de solidariedade.

Esses momentos históricos são, portanto, oportunidades para discutir questões fundamentais sobre justiça, direitos humanos e responsabilidade social, ampliando a compreensão dos estudantes sobre as implicações de suas ações no mundo.

A História, em sua abordagem mais plural, também permite dar voz a diferentes grupos e experiências muitas vezes negligenciados, ampliando o olhar dos alunos para as múltiplas perspectivas que compõem as narrativas históricas. A inclusão dessas vozes oferece uma visão mais completa e rica do passado, contribuindo para a construção de uma compreensão mais democrática e diversa dos processos históricos. A História deixa de ser, assim, uma única narrativa hegemônica e se torna um campo de debate e análise crítica, no qual todas as experiências têm um espaço de reconhecimento.

Isso porque tal história, considerada não em seu aspecto tradicional de disciplina à procura de conhecimento real, mas sim no que ela é (uma prática discursiva que possibilita a mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada às suas necessidades), pode muito bem, como argumentou o crítico cultural Tony Bennett, ter uma contundência radical que consiga dar visibilidade a aspectos do passado antes ocultos ou dissimulados ou que foram desconsiderados e postos de lado. Assim, ela produziria percepções novas que poderiam realmente fazer uma diferença substancial e emancipatória no presente – que é onde toda história começa e para onde toda história retorna.¹²³

Ao se integrar com outras áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia e as Ciências Políticas, a História proporciona uma visão interdisciplinar dos fenômenos sociais. Essa abordagem ajuda os estudantes a perceberem a complexidade das relações humanas, em que múltiplos fatores – culturais, econômicos, políticos e ambientais – se interrelacionam e influenciam os eventos históricos. A História, portanto, não é um campo isolado, mas se conecta a outras áreas do saber, enriquecendo a formação dos alunos e estimulando um olhar mais amplo e multifacetado sobre o mundo.

Apesar de os sentidos que são atribuídos ao termo interdisciplinaridade oscilarem, entendemos que há em comum nessa reflexão a ideia de que quanto mais se consegue associar os conhecimentos de diferentes disciplinas, maior é a capacidade do sujeito não somente raciocinar teoricamente, mas igualmente agir na vida prática.¹²⁴

¹²³ JENKINS, Keith. **A História repensada.** Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001. p. 104.

¹²⁴ VIEIRA, Martha Victor. Ensino de História e Interdisciplinaridade. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 32, n. 2, p. 309–321, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12171>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Para Carr¹²⁵, o ensino da História deve ser sempre uma busca de respostas para as questões que inquietam o homem, ou seja, não é simplesmente aprender o que aconteceu, mas refletir sobre o que acontece no presente e como podemos construir o futuro. O estudo histórico também desenvolve habilidades cognitivas essenciais, como análise crítica, interpretação de fontes e construção de argumentos. Essas competências são fundamentais não apenas para a compreensão do passado, mas também para a formação de indivíduos capazes de pensar de maneira independente e argumentar com base em evidências. Tais habilidades são transferíveis para diversas outras áreas do conhecimento e para a participação ativa na sociedade, tornando os alunos mais preparados para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Particularmente, considerando a trajetória da disciplina, observamos que os estudos históricos, comumente, tendem a ser interdisciplinares e, às vezes, até multidisciplinares. Isso se deve, em parte, porque a História se respalda em muitos conceitos e teorias de outras disciplinas. No período medieval, historiar demandava um diálogo com a Teologia, na idade moderna com a Filologia, e na contemporaneidade os historiadores aproximaram-se da Sociologia, da Economia e da Antropologia.¹²⁶

A História oferece uma oportunidade para os estudantes refletirem sobre sua própria identidade e o papel que desempenham na sociedade. Ao se engajarem com os processos históricos, os alunos podem compreender melhor sua inserção no mundo, sua herança cultural e as responsabilidades que possuem enquanto cidadãos. Esse processo de autoconhecimento e reflexão sobre o coletivo é crucial para a construção de uma sociedade mais crítica, inclusiva e consciente de sua história e das transformações que ainda precisam ocorrer.

O Ensino de História e os usos da literatura têm uma relação profunda, pois ambos buscam compreender e interpretar a experiência humana ao longo do tempo. Enquanto a História se baseia em fatos e fontes documentais, a literatura oferece uma abordagem mais subjetiva e emocional dos eventos, podendo humanizar a narrativa histórica. Ao incluir obras literárias no ensino de História, o professor possibilita aos alunos não apenas o conhecimento sobre os fatos, mas uma imersão nas atmosferas, nas dores e nas alegrias dos personagens que vivenciaram esses momentos. A literatura, nesse contexto, não só ilumina a história com outras perspectivas, mas também torna o ensino mais envolvente e dinâmico.

Assim como a história da educação não pode ficar a cargo somente de pedagogos, a História da Literatura, com seus conceitos e usos, também não pode ficar sob a responsabilidade unicamente dos professores de Literatura ou

¹²⁵ CARR, Edward Hallett. **O que é a História?** Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹²⁶ LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a história.** Lisboa: Edições 70. Entrevista de Francesco Maniello, 1986. p. 45-51.

de críticos literários. Os historiadores-professores devem se posicionar, no intuito de promover o desenvolvimento e o aprimoramento mútuos de ambas as disciplinas e saberes.¹²⁷

A História desempenha um papel crucial na construção da identidade de uma sociedade. Ela permite que diferentes grupos sociais se reconheçam e compreendam suas trajetórias, suas conquistas e desafios ao longo do tempo. A partir do estudo histórico, é possível entender como as ações de diversos povos, suas lutas e culturas se entrelaçam e formam o tecido social atual. Compreender a História, portanto, não é apenas reconstituir eventos passados, mas também analisar as relações que se estabelecem entre os diferentes grupos e como esses laços contribuem para a construção da identidade coletiva.

Sob a perspectiva de Leandro Karnal¹²⁸, a História é, acima de tudo, um convite ao pensamento crítico. Ela não serve apenas para decorar datas ou nomes, mas para entender os processos e os sentidos das ações humanas, ajudando a formar cidadãos conscientes do seu papel no mundo. O ensino de História deve, então, questionar as narrativas dominantes que moldam a visão de mundo das sociedades. Muitas vezes, a História é contada sob uma perspectiva única, que privilegia as vozes de grupos hegemônicos e marginaliza as experiências de outros, como os povos indígenas, negros, mulheres e minorias sociais. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre quais narrativas são ensinadas nas escolas, quem as constrói e quem tem a palavra para contar a História. O processo de construção da identidade histórica, ao ser refletido, permite uma reinterpretação das narrativas e a inclusão de vozes silenciadas ao longo do tempo.

A História não é um relato neutro, mas uma construção social marcada por disputas. As versões históricas dominantes frequentemente refletem os interesses das elites, ajudando a legitimar estruturas de poder e exclusão. Ao destacar certos eventos e minimizar ou omitir outros, essas versões moldam a identidade coletiva de uma sociedade. Narrativas dissidentes, que questionam o status quo, são frequentemente silenciadas ou distorcidas. Assim, a escolha do que é lembrado e esquecido influencia a manutenção das desigualdades sociais e a perpetuação de relações de poder. A História, portanto, não só interpreta o passado, mas também reforça ou desafia as dinâmicas do presente.

¹²⁷ FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Nos saberes de Clio e de Arconte: História, Literatura e Ensino. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, [S. l.], v. 18, n. 35, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/7801>. Acesso em: 03 dez. 2024. p.136.

¹²⁸ KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

O ensino da História não deve ser entendido apenas como a transmissão de fatos passados, mas como um processo de construção do conhecimento, que exige a participação ativa dos alunos na construção de interpretações sobre o passado. O trabalho do historiador, ao buscar entender o contexto de um acontecimento, deve ser igualmente uma prática pedagógica, incentivando os estudantes a refletirem sobre os múltiplos significados do que ocorreu e suas implicações no presente. Através do ensino crítico da História, os estudantes podem aprender a identificar essas construções e a questionar as versões oficiais da História, buscando ampliar o espectro de vozes e interpretações que compõem o nosso passado.

Por outro lado, é importante destacar que a construção da identidade histórica não é um processo estático, mas dinâmico e sujeito a revisões contínuas. A identidade de um grupo ou nação não é algo fixo, mas se reconfigura ao longo do tempo à medida que novas gerações reinterpretam o passado e dão novos significados aos eventos históricos. A História, nesse sentido, funciona como uma lente através da qual a sociedade examina suas origens e reinterpreta os valores que orientam suas práticas. A identidade histórica está, assim, em constante transformação, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais.

A diversidade de perspectivas e vivências de diferentes grupos sociais é outro aspecto essencial no ensino de História. A História de uma sociedade não pode ser reduzida a uma única narrativa, pois ela é composta por múltiplas histórias que se entrelaçam e se interagem. As experiências de mulheres, negros, indígenas, imigrantes e outros grupos, muitas vezes invisibilizados, precisam ser incorporadas na construção da identidade histórica. O ensino de História deve, portanto, valorizar essa pluralidade de histórias, permitindo aos estudantes reconhecerem que a identidade de uma sociedade é feita de inúmeras vozes que, juntas, formam um todo mais complexo e diversificado.

Além disso, a História ajuda a desenvolver a empatia e a compreensão mútua entre os diferentes grupos sociais, promovendo o respeito pelas diferenças e a convivência pacífica. Ao estudar as experiências de grupos marginalizados e entender como suas histórias foram sistematicamente silenciadas, os alunos podem ampliar seu entendimento sobre as desigualdades que ainda persistem na sociedade. Esse processo de empatia histórica é fundamental para a construção de uma identidade coletiva mais inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade como um elemento constitutivo da nação.

Outro aspecto importante é o papel da História na construção da memória coletiva. A memória de uma sociedade não se limita a um conjunto de eventos históricos, mas inclui as formas como esses acontecimentos são lembrados, reinterpretados e transmitidos às gerações seguintes. O ensino de História, ao explorar como as memórias sociais se constroem, possibilita

que os estudantes reflitam sobre os processos de lembrança e esquecimento que moldam a identidade coletiva. Isso envolve analisar as decisões tomadas sobre quais eventos são celebrados ou preservados, e quais são omitidos ou distorcidos.

É necessário destacar que a História e a identidade não estão apenas vinculadas à análise do passado, mas também ao futuro. A forma como entendemos nossa História influencia diretamente a maneira como nós projetamos en quanto sociedade. As narrativas históricas, ao refletirem as lutas e superações de grupos sociais, ajudam a construir um sentimento de pertencimento e de continuidade, ao mesmo tempo que podem inspirar ações para um futuro mais justo. Assim, ao ensinar História, também se ensina a olhar para o futuro, baseando-se em uma compreensão crítica do passado para construir uma identidade coletiva que abrace as diferenças e busque a justiça social.

Conforme Lucien Febvre¹²⁹, os Annales apresentam como principal objetivo a história-problema – que buscava contestar os modelos historiográficos que se restringiam à simples narração ou apresentação de fatos e dados, sem uma reflexão crítica sobre eles. A Nova História, que surgiu no início do século XX com o movimento da escola dos Annales, representou uma ruptura com as abordagens tradicionais do estudo histórico. Tradicionalmente, a História era vista como a narração dos grandes eventos e figuras políticas, com foco na história política e diplomática. A escola dos Annales, fundada por historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, introduziu uma nova perspectiva, que ampliava os objetos de estudo da História, abrangendo aspectos mais amplos da sociedade, como a economia, a cultura, a mentalidade das populações e as estruturas sociais. Essa abordagem propôs uma História mais integrada e multifacetada, permitindo que novas fontes e metodologias fossem utilizadas.

Com relação a Bloch e a Febvre, suas relações em vida foram permeadas por ambiguidades: eles passaram à história da historiografia com a imagem de dois espíritos unidos por um inabalável objetivo comum, mas as relações pessoais entre os dois nem sempre foram tão fraternas como as que aparecem em algumas sínteses sobre o movimento, particularmente as que assumem o ponto de vista do ‘mito fundador’ construído por alguns dos próprios historiadores dos Annales e da Nouvelle Histoire. De todo modo, Marc Bloch e Lucien Febvre foram companheiros no grande projeto que encaminharam juntos: a consolidação de um novo grupo historiográfico, e de uma nova contribuição para a historiografia europeia. Após a morte prematura de Marc Bloch nas mãos de nazistas, em 1944, Lucien Febvre publicou um generoso memorial sobre o companheiro de projetos historiográficos.¹³⁰

¹²⁹ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Lisboa: Editora Presença, Lda. 1989.

¹³⁰ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Lisboa: Editora Presença, Lda. 1989. p. 391.

Sob a perspectiva de Sandra Pesavento¹³¹, a concepção de História como uma disciplina que busca apresentar uma verdade incontestável, fundamentada por um discurso de uma suposta verdade histórica e factual, já foi amplamente superada. Isso abriu espaço para a expansão dos limites da *Clio*, promovendo mudanças significativas no entendimento do saber histórico e possibilitando a análise e o estudo de novas questões e objetos. Esse movimento tem favorecido o surgimento de novas perspectivas dentro do campo historiográfico.

Por isso, o ensino está em processo de mudanças substantivas nos objetivos, conteúdos e métodos. Parte dessas mudanças é decorrente da ansiedade em diminuir distâncias entre o que é ensinado na escola fundamental e a produção universitária, isto é, entre o saber histórico escolar e as pesquisas e reflexões que acontecem no plano do conhecimento acadêmico. A tentativa de aproximação entre estas duas realidades, nas quais o saber histórico está presente, faz com que a escola se envolva a seu modo no debate historiográfico atual, incorporando parte de suas tensões e contradições.¹³²

Para José Carlos Reis¹³³, ao desafiar os métodos tradicionais, a Escola dos Annales abriu o caminho para uma historiografia mais complexa, rica e interdisciplinar. Reis, ainda, sublinha a importância dessa renovação teórica e metodológica, que permitiu uma análise mais profunda das dinâmicas históricas, incluindo a vida cotidiana, as mentalidades e as estruturas sociais que moldaram o passado. O uso de novas fontes foi um dos maiores legados da escola dos Annales.

Ao contrário dos historiadores tradicionais, que privilegiavam documentos oficiais e textos políticos, os historiadores da nova corrente começaram a utilizar fontes mais variadas, como registros econômicos, demográficos, e até mesmo fontes literárias, para compreender as dinâmicas sociais e culturais de uma época. Isso permitiu uma visão mais ampla e rica da História, abordando a vida cotidiana, as práticas culturais e as mentalidades das populações que, muitas vezes, não estavam representadas nos textos oficiais. Com isso, as fontes literárias passaram a ser vistas como uma ferramenta valiosa para a análise histórica.

A introdução da literatura como fonte histórica gerou uma reflexão importante sobre a relação entre História e Literatura. Até então, a literatura era frequentemente considerada uma forma de arte, separada do rigor científico da História. Contudo, os historiadores da escola dos Annales passaram a ver na literatura uma janela para o entendimento das mentalidades e valores de uma sociedade. Textos literários, como romances, poesias e crônicas, passaram a ser analisados não apenas por seu valor estético, mas também como reflexos das preocupações, dos conflitos e das visões de mundo dos indivíduos e grupos sociais de um dado período histórico.

¹³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

¹³² BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 28.

¹³³ REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales**: A Inovação na História. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Ao considerar a literatura como fonte histórica, os historiadores começaram a se afastar de uma visão mais convencional e passaram a compreender que a produção literária não apenas reflete a sociedade, mas também a influencia. A literatura, enquanto expressão das emoções, das tensões sociais e das ideologias de uma época, tornou-se uma forma de entender as mentalidades coletivas e as estruturas de poder que predominavam em determinado período. As obras literárias oferecem, assim, uma visão subjetiva e muitas vezes mais rica do que documentos oficiais ou crônicas de eventos, pois elas capturam o clima social, os sentimentos e as preocupações dos indivíduos.

A relação entre História e Literatura na Nova História também levou a novas metodologias de pesquisa. Os historiadores começaram a trabalhar com a ideia de "história das mentalidades", que busca entender como as ideias e valores moldam a experiência histórica das pessoas. A partir dessa perspectiva, a literatura se tornou um campo de análise essencial, pois ela reflete e transmite as visões de mundo de diferentes grupos sociais. Essa abordagem também permitiu que os historiadores se distanciassem de uma história voltada apenas para os fatos, em direção a uma história que valorizasse as representações, as emoções e as percepções das pessoas.

Além disso, a Nova História impulsionou o uso de fontes não tradicionais para entender a História. Arquivos pessoais, diários, cartas, músicas, artes visuais e, claro, a literatura passaram a ser explorados para compreender melhor a vida cotidiana, as práticas sociais e as dinâmicas culturais. A literatura, nesse contexto, não apenas ilustra o passado, mas também revela as tensões sociais, os desejos, os conflitos e as aspirações das pessoas. Assim, a literatura se torna uma fonte poderosa para entender não só os eventos históricos, mas a subjetividade dos indivíduos dentro desses eventos.

Outro aspecto relevante da Nova História foi a crítica ao determinismo histórico e a ênfase na análise das ações cotidianas e das escolhas individuais. A utilização da literatura como fonte de pesquisa permitiu aos historiadores explorarem aspectos da História que antes eram negligenciados, como a vida privada, os costumes e as práticas culturais de camadas populares e outros grupos excluídos das narrativas oficiais. Ao encarar a literatura e outras manifestações culturais como fontes históricas legítimas, os historiadores começaram a elaborar uma História mais diversificada e complexa, que considerava as distintas maneiras de ser e viver das pessoas.

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Por que se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? Para além das

disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a Literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.¹³⁴

A Nova História e a escola dos *Annales* proporcionaram uma nova maneira de pensar e fazer História, ao integrar novas fontes e metodologias no processo de análise. A literatura, antes vista como uma forma de arte separada da História, foi integrada como uma ferramenta valiosa para a compreensão das mentalidades e das realidades sociais do passado. Essa perspectiva inovadora não só expandiu o campo de estudo histórico, mas também demonstrou como as narrativas literárias são fundamentais para a construção de uma História mais profunda, variada e representativa das vivências humanas ao longo do tempo.

No decorrer do relato, insistimos na ideia de que a literatura pode servir à história muito mais do que como mera fonte ou referencial para citações pomposas. Insistimos na ideia de que há uma convergência das ações históricas e da narrativa literária. Não que a literatura seja mera repetição da realidade. Mas que a história pode ser percebida por um discurso literário ficcional e não apenas pelo discurso literário realista. O construir da ficção permite-nos uma aproximação da esfera mental de uma época até com mais precisão do que o documento rígido que fale sobre o mesmo período.¹³⁵

A literatura tem uma função essencial como ponte para o passado, pois permite que os leitores se conectem emocionalmente com eventos históricos e suas implicações. Diferente dos relatos históricos tradicionais, que frequentemente se concentram em uma análise objetiva e factual, a literatura oferece uma visão subjetiva e humana dos períodos históricos, tornando o estudo de eventos passados mais acessível e envolvente. Ao explorar personagens, conflitos e atmosferas criadas pelos autores, os leitores podem mergulhar nas experiências vividas pelas pessoas em contextos de guerra, opressão ou transformação social, o que amplia a compreensão das complexidades de tais períodos.

Quando abordamos períodos de repressão, como a Ditadura Civil-Militar brasileira, a literatura se revela uma ferramenta essencial para expressar as experiências de indivíduos e grupos sociais que vivenciaram diretamente a violência do regime. As obras literárias desse período proporcionam uma visão mais pessoal das marcas deixadas pela repressão, ao narrar os medos, sofrimentos, batalhas e formas de resistência enfrentadas pela população. Autores como

¹³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 82-83.

¹³⁵ REINATO, Eduardo José. Primeiros apontamentos no entendimento da relação entre história e literatura. **Estudos**, Goiânia, v. 5, n. 1-2, p. 43-60, jan./jun. 1998. p. 59.

Clarice Lispector¹³⁶, Érico Veríssimo¹³⁷ e até mesmo a poesia de Adélia Prado¹³⁸ exploram, de maneira direta ou indireta, o clima de censura, vigilância e temor que dominava a sociedade brasileira durante os anos de Ditadura Civil-Militar brasileira.

Ao estudar esses textos literários, os estudantes têm a oportunidade de compreender não apenas os eventos históricos, mas também os impactos psicológicos e emocionais da repressão. A literatura permite uma conexão profunda com os sentimentos de vítimas e resistores, fazendo com que os leitores não apenas aprendam sobre o que aconteceu, mas também sintam a dor, o medo e a coragem daqueles que viveram sob um regime opressor. Essa identificação emocional pode ser uma experiência transformadora, pois ela envolve a empatia, ajudando os leitores a entenderem as consequências da tirania na vida dos indivíduos e coletivos. Isso enriquece a análise histórica e proporciona uma aprendizagem mais completa e reflexiva.

Além disso, a literatura oferece um espaço para que as vozes que foram silenciadas durante o regime militar sejam ouvidas. Durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, muitos escritores e artistas enfrentaram censura, e suas obras foram proibidas ou modificadas. Contudo, a literatura também serviu como um campo de resistência, onde escritores e intelectuais, apesar da repressão, encontraram maneiras de expressar suas críticas ao regime, denunciar abusos e clamar por justiça. Por meio de metáforas, simbolismos e narrativas indiretas, esses autores conseguiram comunicar ao público a realidade brutal do governo militar, muitas vezes de maneira mais eficaz do que os documentos oficiais ou as narrativas históricas oficiais da época.

O estudo da literatura, portanto, permite que os alunos desenvolvam um pensamento crítico em relação à História, desafiando as narrativas dominantes e incentivando a análise das diversas camadas de um evento histórico. Ao ler romances, contos e poesias que abordam a Ditadura Civil-Militar brasileira, os estudantes podem questionar como os poderes autoritários manipulam a verdade e controlam as informações. A literatura, ao questionar o silêncio e a

¹³⁶ Clarice Lispector (1920-1977) foi um dos maiores nomes da literatura brasileira do Século XX. Com seu romance inovador e com sua linguagem altamente poética, sua obra se destacou diante dos modelos narrativos tradicionais. Seu primeiro livro, "Perto do Coração Selvagem", recebeu o Prêmio Graça Aranha. FRAZÃO, Dilva. Clarisse Lispector, **ebiografia**, 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/clarice_lispector/. Acesso em: 10 dez. 2024.

¹³⁷ Érico Veríssimo (1905-1975) foi um escritor brasileiro. "Olhai os Lírios do Campo" é sua obra-prima. Foi um dos melhores romancistas brasileiros. Fez parte do Segundo Tempo Modernista. Recebeu o "Prêmio Machado de Assis" pelo conjunto da obra e o "Prêmio Graça Aranha" com "Caminhos Cruzados".

Érico foi um dos primeiros escritores brasileiros a viver exclusivamente de literatura. Explorou vários gêneros literários, mas foi no romance que mostrou sua grande capacidade de criação. FRAZÃO, Dilva. Érico Veríssimo, **ebiografia**, 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/erico_verissimo/. Acesso em: 10 dez. 2024.

¹³⁸ Adélia Prado (1935) é uma escritora e poetisa brasileira. Recebeu da Câmara Brasileira do Livro, o Prêmio Jabuti de Literatura, com o livro "Coração Disparado", escrito em 1978. Consagrou-se como a voz mais feminina da poesia brasileira. FRAZÃO, Dilva. Adélia Prado, **ebiografia**, 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/adelia_prado/. Acesso em: 10 dez. 2024.

omissão, desafia a visão oficial da História, promovendo uma reflexão crítica sobre os mecanismos de opressão e a importância da memória histórica.

Uma das funções importantes da literatura como ponte para o passado é que ela transmite as emoções e as experiências de uma maneira que os relatos históricos muitas vezes não conseguem alcançar. Embora os livros de História possam relatar os fatos e explicar as causas e consequências de um regime autoritário, a literatura tem o poder de mostrar, por meio das experiências de seus personagens, como esses eventos afetam a vida cotidiana das pessoas. Os livros podem detalhar, por exemplo, como o medo constante da repressão, as prisões arbitrárias e a perda de liberdade moldam a vida de cidadãos comuns. Essa humanização da História é um aspecto que torna a literatura particularmente eficaz para despertar empatia nos leitores.

Além disso, ao fazer essa conexão emocional com o passado, a literatura contribui para a preservação da memória coletiva. Muitos eventos históricos, especialmente os relacionados a períodos de repressão e violência, correm o risco de ser esquecidos ou minimizados com o passar do tempo. A literatura, ao retratar as experiências dos oprimidos e das vítimas, garante que essas histórias não sejam apagadas pela historiografia oficial ou pela indiferença social. Através das narrativas literárias, os sobreviventes da Ditadura Civil-Militar brasileira, assim como aqueles que lutaram contra ela, continuam a ter suas vozes ouvidas e suas histórias contadas, mantendo viva a memória do sofrimento e da resistência.

A literatura é uma ferramenta essencial para entender e conectar as gerações com eventos históricos significativos, como a Ditadura Civil-Militar brasileira, ao proporcionar uma dimensão emocional e humana que complementa o estudo dos fatos históricos. Ela vai além da cronologia dos acontecimentos, levando os leitores a sentir e refletir sobre o impacto de tais eventos na vida das pessoas. Ao analisar obras que tratam da opressão, do medo, da resistência e da luta pela liberdade, os estudantes não só adquirem conhecimento histórico, mas também desenvolvem uma compreensão mais profunda dos dilemas humanos, das injustiças e da necessidade de garantir que as lições do passado não sejam esquecidas.

Além disso, as obras literárias frequentemente abordam o impacto social e psicológico de eventos históricos, proporcionando aos estudantes uma visão mais holística da História, que vai além das datas e dos acontecimentos políticos, para incluir os sentimentos e as vivências dos indivíduos, ampliando, dessa forma, o entendimento de que a História não é apenas feita de grandes eventos, mas também de vivências cotidianas. Uma das maiores contribuições da literatura para o ensino de História é a capacidade de transmitir o que os documentos históricos não conseguem expressar diretamente: as emoções, os dilemas e as experiências pessoais de

pessoas comuns. Romances, poesias e crônicas podem ajudar os alunos a se conectar com as figuras históricas, ampliando a empatia e a compreensão sobre períodos difíceis como a escravidão, as guerras ou as ditaduras.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) propõe que, por exemplo, no 9º ano, o ensino de História aborde a República brasileira até os dias atuais, incluindo os conflitos mundiais e nacionais do século XX, como as Guerras Mundiais, o nazismo, o fascismo e a Revolução Russa, e destaque a importância da ONU e dos Direitos Humanos, especialmente no contexto das diversidades identitárias¹³⁹. Cice Bittencourt¹⁴⁰ discute a importância de uma abordagem crítica e reflexiva no ensino de História, incluindo o período da Ditadura Civil-Militar brasileira. Ela enfatiza a necessidade de romper com modelos tradicionais que apenas transmitem fatos de forma linear e não questionadora, e propõe que a História seja abordada de maneira problematizadora, levando os estudantes a entenderem o contexto e as múltiplas dimensões dos acontecimentos. A BNCC sugere a abordagem do conteúdo de Ditadura Civil-Militar na última unidade temática do 9º Ano do Ensino Fundamental:

Unidade temática: Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; **Objetos de conhecimento:** “Os anos 1960: revolução cultural?”, “A ditadura civil-militar e os processos de resistência”; “As questões indígena e negra e a ditadura”; “O processo de redemocratização”; **Habilidades:** (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos; (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar; (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura; (EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.¹⁴¹

No caso da Ditadura Civil-Militar brasileira, Bittencourt critica as lacunas e os silenciamentos presentes nos currículos escolares sobre esse período. Defende, ainda, que é essencial promover um ensino que permita aos alunos refletirem sobre os abusos de poder, as violências e os traumas causados pelo regime, além de discutir a relevância de preservar a memória histórica. Portanto, o ensino da Ditadura Civil-Militar, deve ser feito de forma crítica

¹³⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2017. p. 419. Disponível em: <https://www.bncc.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

¹⁴⁰ BITTENCOURT, Cice Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

¹⁴¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2017. p. 430-431. Disponível em: <https://www.bncc.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

e contextualizada, de modo a engajar os estudantes na reflexão sobre a importância desse período para a construção da democracia no Brasil.

Ao incorporar a literatura no Ensino de História, os professores podem também incentivar o pensamento crítico dos alunos, convidando-os a comparar e refletir sobre diferentes narrativas e interpretações do passado. Enquanto os livros didáticos costumam apresentar uma versão única dos eventos, muitas vezes linear e simplificada, as obras literárias podem expor outras camadas da realidade, apresentando contradições, injustiças e ambiguidade. Por exemplo, ao estudar a Guerra do Paraguai¹⁴², além dos relatos históricos tradicionais, a leitura de obras literárias como *O Guarani*, de José de Alencar¹⁴³, pode trazer novas compreensões sobre a visão de nacionalismo, identidade e os dilemas enfrentados pelos personagens dessa época.

A literatura também desempenha um papel importante ao dar voz às minorias que muitas vezes são marginalizadas nos relatos históricos oficiais. Através de autores como Machado de Assis¹⁴⁴, Lima Barreto¹⁴⁵, Carolina Maria de Jesus¹⁴⁶, entre outros, os alunos podem conhecer

¹⁴² A Guerra do Paraguai, ou Guerra contra a Tríplice Aliança, foi o maior e mais letal conflito armado ocorrido na América Latina. Entre 1864 e 1870, Brasil, Argentina e Uruguai, formando a Tríplice Aliança, guerrearam contra o Paraguai liderado por Solano López. Assinado em 1865, o Tratado da Tríplice Aliança justificava uma guerra contra o governo autoritário de Solano López com a intenção de libertar o povo paraguaio - o que se mostrou uma falácia. Além disso, a propaganda bélica dos países aliados alegava que levaria a civilização liberal e o progresso ao Paraguai. De acordo com Ronald León Núñez, doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, o conflito representou na verdade um choque entre dois modelos de acumulação capitalista distintos: enquanto o Paraguai possuía uma economia estatizada, protecionista e politicamente independente, os outros governos da região tinham uma economia baseada no livre-comércio, com forte dependência do capital e do comércio europeu, em especial da Inglaterra. Esta financiou os países da Aliança e saiu beneficiada com as dívidas contraídas pelos países envolvidos. FUINI, Pedro. **A Guerra do Paraguai. Hoje na História**, 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/43329>. Acesso em: 05 dez. 2022.

¹⁴³ José de Alencar (José Martiniano de Alencar), advogado, jornalista, político, orador, romancista e teatrólogo, nasceu em Messejana (atual bairro de Fortaleza), CE, em 1º de maio de 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 1877. É o patrono da cadeira n.º 23, por escolha de Machado de Assis. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/biografia>. Acesso: 06 dez. 2024.

¹⁴⁴ Machado de Assis (Joaquim Maria Machado de Assis), jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 21 de junho de 1839, e faleceu também no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908. É o fundador da cadeira nº. 23 da Academia Brasileira de Letras. Velho amigo e admirador de José de Alencar, que morrera cerca de vinte anos antes da fundação da ABL, era natural que Machado escolhesse o nome do autor de *O Guarani* para seu patrono. Ocupou por mais de dez anos a presidência da Academia, que passou a ser chamada também de Casa de Machado de Assis. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁴⁵ Lima Barreto (1881-1922) foi um importante escritor brasileiro da fase Pré-Modernista da literatura. Sua obra está impregnada de fatos históricos e de uma perspectiva da sociedade carioca. Analisa os ambientes e os costumes do Rio de Janeiro e faz uma crítica à mentalidade burguesa da época.

Lima Barreto foi um escritor do seu tempo e de sua terra. Anotou, registrou, fixou e criticou asperamente quase todos os acontecimentos da República. Tornou-se uma espécie de “cronista” da antiga capital federal. FRAZÃO, Dilva. Lima Barreto, ebiografia, 2022. Disponível em: https://www.ebiografia.com/lima_barreto/. Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁴⁶ Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento-MG, em 14 de março de 1914, filha de negros que migraram para a cidade no início das atividades pecuárias na região. Oriunda de família muito humilde, a autora estudou pouco. No início de 1923, foi matriculada no colégio Allan Kardec – primeira escola espírita do Brasil –, na qual crianças pobres eram mantidas por pessoas influentes da sociedade. Lá estudou por dois anos, sustentada pela Sra.

as perspectivas de negros, mulheres e outros grupos sociais que foram historicamente silenciados. Isso contribui para um ensino mais inclusivo e plural, ajudando a construir uma história que reconhece a diversidade de experiências e que não se limita a uma narrativa única, frequentemente centrada nas elites políticas e econômicas.

Além de ampliar a compreensão sobre diferentes grupos sociais, a literatura ajuda a entender o funcionamento das mentalidades e das ideologias de um período histórico. Muitas obras literárias não apenas retratam a sociedade, mas também questionam suas estruturas, ideologias e injustiças. Por exemplo, ao ler *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos¹⁴⁷, os alunos podem discutir as condições de vida no Nordeste brasileiro e refletir sobre as causas das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que entendem o contexto da literatura como um instrumento de crítica social. A literatura, portanto, abre espaço para debates importantes sobre a formação da identidade nacional e as questões sociais e políticas que ainda reverberam na contemporaneidade.

A utilização da literatura no Ensino de História também facilita a formação de uma memória histórica mais complexa e crítica. Os alunos não apenas decoram fatos, mas são convidados a refletir sobre como esses fatos são lembrados e interpretados ao longo do tempo. O estudo de obras literárias como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha¹⁴⁸, permite compreender como a memória de eventos como a Guerra de Canudos¹⁴⁹ é construída e reconstruída ao longo

Maria Leite Monteiro de Barros, para quem a mãe de Carolina trabalhava como lavadeira. A publicação de *Quarto de despejo* deu-se em 1960, tendo o livro uma vendagem recorde de trinta mil exemplares, na primeira edição, chegando ao total de cem mil exemplares vendidos, na segunda e terceira edições. Além disso, foi traduzido para treze idiomas e distribuído em mais de quarenta países. A publicação e a tiragem dos exemplares demonstram o interesse do público e da mídia pelo ineditismo da narrativa. Carolina publicou ainda mais três livros: *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963). O volume *Diário de Bitita* (1982), publicação póstuma também oriunda de manuscritos em poder da autora, foi editado primeiramente em Paris, com o título *Journal de Bitita*, que teria recebido, a princípio, o título de *Um Brasil para brasileiros*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁴⁷ Graciliano Ramos (1892-1953) foi um dos maiores romancistas brasileiros. Foi considerado o mais importante ficcionista da Segunda Fase do Modernismo, ou Modernismo dos anos 30. Seus romances atingiram a maioria da literatura da Geração Regionalista. Embora tratem de problemas sociais do Nordeste brasileiro, apresentam uma visão crítica das relações humanas, que as tornam de interesse universal.

Seus livros foram traduzidos para vários países, e *Vidas Secas*, *São Bernardo e Memórias do Cárcere* foram levados para o cinema. Recebeu o Prêmio da Fundação William Faulkner, dos Estados Unidos, pela obra "Vidas Secas". FRAZÃO, Dilva. Graciliano Ramos, ebiografia, 2022. Disponível em: https://www.ebiografia.com/graciliano_ramos/. Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁴⁸ Euclides da Cunha (1866-1909) foi um escritor, jornalista e professor brasileiro, autor da obra "Os Sertões". Foi enviado como correspondente ao Sertão da Bahia, pelo jornal O Estado de São Paulo, para cobrir a guerra no município de Canudos. Seu livro, "Os Sertões", representa uma das principais realizações do "Pré-Modernismo", com uma literatura social voltada para os problemas concretos do país. A obra narra e analisa os acontecimentos da guerra. O autor foi eleito, em 21 de setembro de 1903, para a cadeira n.º 7 da Academia Brasileira de Letras. FRAZÃO, Dilva. Euclides da Cunha, ebiografia, 2023. Disponível em: https://www.ebiografia.com/euclides_cunha/. Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁴⁹ A Guerra de Canudos foi um conflito ocorrido entre 1896 e 1897 no sertão baiano. Foi um conflito armado entre o governo da recém-instaurada república brasileira e uma comunidade liderada por Antônio Conselheiro. Inserida em um contexto de grande insatisfação social e abandono governamental no Brasil pós-Proclamação da

das décadas, destacando o papel das narrativas na formação de nossa percepção do passado. A literatura oferece, assim, um exercício de memória e identidade, fundamental para a educação crítica e a construção de uma cidadania consciente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹⁵⁰ de 1996 tem como uma de suas principais preocupações assegurar o acesso à educação crítica, formando o aluno de maneira a desenvolvê-lo não apenas em termos cognitivos, mas também como cidadão consciente de seus direitos e responsabilidades. A LDB propõe uma educação que, além de preparar o aluno para o mercado de trabalho, visa promover sua inserção plena na sociedade, com ênfase na formação crítica e reflexiva. Para isso, destaca a importância de um currículo interdisciplinar que envolva diferentes áreas do conhecimento, como história e literatura, com o intuito de proporcionar uma visão ampla e integrada da realidade.

O ensino de história, por exemplo, permite que o aluno compreenda o contexto social, político e econômico, enquanto a literatura contribui para o desenvolvimento da empatia, da imaginação e da crítica. Essa abordagem interdisciplinar tem como objetivo não apenas a transmissão de conteúdos, mas a formação de indivíduos críticos e engajados, capazes de entender e intervir nas questões sociais, políticas e culturais que permeiam sua realidade. Assim, a LDB visa assegurar a cidadania de crianças, adolescentes e jovens adultos, oferecendo a eles as ferramentas necessárias para exercer seus direitos e responsabilidades de forma consciente e ativa.

Podemos observar a preocupação com o desenvolvimento de tais capacidades por todo o documento da legislação elaborada¹⁵¹, por exemplo, quando o Art. 22, expressa que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, ou, ainda, quando o Art. 26, parágrafo 1º, assevera que Art. 26 os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Logo após, o item I, do Art. 27, pontuando que os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes, com a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao

República, a guerra teve como causas principais a miséria no sertão, a concentração de terras, e a oposição religiosa e política ao novo regime. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-canudos.htm>. Acesso em: 06 dez. 2024.

¹⁵⁰ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

¹⁵¹ BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. p. 8-10.

bem comum e à ordem democrática. Encontramos ainda, ao analisar os objetivos da LDB, nos níveis de ensino fundamental e médio que:

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [...] II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. [...] Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: [...] III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; [...] Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: I – destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; II – adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes.¹⁵²

A relação entre história e literatura no ensino de História é fundamental para o desenvolvimento do saber histórico escolar, como sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)¹⁵³. A literatura, ao lado de outras fontes, permite uma compreensão mais rica e profunda dos contextos históricos, pois humaniza e dá voz às experiências dos indivíduos e grupos sociais, complementando as informações históricas com elementos emocionais e subjetivos. Ao utilizar a literatura no ensino de História, o professor pode explorar tanto os relatos de sujeitos históricos individuais quanto coletivos, tornando as questões históricas mais acessíveis e significativas para os alunos. Além disso, integrar a literatura ao ensino de História também é uma forma de reconhecer que a História é não apenas uma sequência de acontecimentos, mas também uma narrativa construída por pessoas que viveram e sofreram sob suas condições.

A literatura é uma ferramenta poderosa para fazer história de forma mais humana, oferecendo aos alunos uma chance de se conectar com o passado de uma maneira que os livros didáticos muitas vezes não conseguem alcançar. Ao combinar a objetividade da História com a subjetividade da literatura, o ensino se torna mais completo, mais criativo e, acima de tudo, mais significativo para os alunos. Embora a literatura seja uma ferramenta poderosa para a compreensão da História, ela apresenta desafios que precisam ser cuidadosamente considerados

¹⁵² BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. p. 11-13.

¹⁵³ BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ao ser utilizada como recurso pedagógico. A principal limitação está na natureza ficcional das obras literárias, que, embora baseadas em contextos históricos, podem distorcer ou simplificar os eventos que retratam. Os escritores, ao construir suas narrativas, frequentemente tomam liberdades criativas, o que pode resultar em uma representação imprecisa ou exagerada de certos aspectos históricos. Dessa forma, ao usar a literatura no ensino de História, é necessário fazer uma análise crítica, comparando as representações literárias com as fontes históricas e evitando que a ficção se sobreponha aos fatos.

Outro risco importante ao utilizar a literatura como apoio no ensino de História é o potencial anacronismo, isto é, aplicar categorias, valores ou interpretações do presente para analisar obras do passado. A literatura reflete as ideias e preocupações de sua época, mas isso não significa que seus conceitos sejam válidos ou aplicáveis a outros períodos históricos. A leitura de uma obra literária deve considerar o contexto histórico em que foi escrita, sem cair na tentação de reinterpretá-la de acordo com as visões contemporâneas. Esse cuidado é fundamental para evitar que se distorça a compreensão do passado, seja idealizando ou projetando conceitos anacrônicos sobre os eventos e personagens retratados.

Além disso, a subjetividade envolvida na interpretação literária pode ser tanto uma riqueza quanto uma limitação. Diferentes leitores podem extraír significados diferentes das mesmas obras, e isso pode gerar interpretações conflitantes ou tendenciosas. Quando a literatura é usada no ensino de História, é importante orientar os alunos a refletirem sobre essas interpretações, incentivando o pensamento crítico. É essencial destacar que, embora as obras literárias possam capturar a experiência humana de maneira profunda, elas não devem ser vistas como relatos imparciais dos eventos históricos, mas como representações de perspectivas individuais ou coletivas que devem ser analisadas no contexto de suas próprias limitações.

Para evitar a idealização ou a simplificação excessiva ao utilizar a literatura como suporte no ensino de História, é fundamental adotar uma abordagem equilibrada. O professor deve buscar o diálogo entre a obra literária e as fontes históricas, promovendo a discussão sobre como a ficção pode enriquecer o entendimento do passado, mas também reconhecendo suas limitações. A combinação de diferentes fontes, como documentos históricos, testemunhos e análises críticas, pode ajudar a contextualizar e validar a literatura, tornando-a um recurso mais seguro e eficaz para a compreensão da História sem cair em distorções ou idealizações.

Promover uma abordagem interdisciplinar que integre Literatura e História requer um planejamento cuidadoso, no qual as duas áreas não sejam tratadas de maneira isolada, mas como partes de um todo que se complementam. Isso pode ser feito por meio de projetos de leitura que envolvam obras literárias que se baseiam em contextos históricos específicos. Durante essas

leituras, os alunos devem ser incentivados a discutir não só os aspectos literários, mas também a situação histórica representada, promovendo um diálogo entre a ficção e a realidade histórica. Além disso, os professores podem estimular os alunos a realizarem atividades de escrita criativa, em que eles reescrevam eventos históricos sob a perspectiva de personagens fictícios ou históricos, ampliando sua capacidade de síntese e interpretação crítica.

José Morgado¹⁵⁴ sustenta que a estimulação para o exercício e reforço das competências no âmbito da comunicação na generalidade das situações do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, as situações de aprendizagem, devem ser estruturadas de forma a incentivar os processos de comunicação. Os projetos de leitura e escrita criativa podem ser uma excelente forma de estimular o pensamento crítico e a expressão pessoal dos estudantes, permitindo que eles se apropriem do conteúdo de forma mais ativa. Ao se envolverem com textos literários e, em seguida, expressarem suas próprias interpretações e reflexões por meio da escrita, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda do período histórico em questão. A prática de criar narrativas, crônicas ou até mesmo poesias a partir de eventos históricos, por exemplo, possibilita que os estudantes explorem diferentes perspectivas e dimensões de um mesmo acontecimento, tornando o aprendizado mais significativo e multidimensional.

Ademais, ao adotar uma abordagem interdisciplinar, os professores incentivam os alunos a compreenderem que o conhecimento não se limita às fronteiras de uma única disciplina, mas é interconectado. A História ganha vida por meio da Literatura, que ajuda a dar voz aos personagens e à humanidade dos eventos, enquanto a História oferece o contexto necessário para uma leitura mais crítica e fundamentada das obras literárias. Essa interação entre as duas áreas fortalece a aprendizagem e prepara os estudantes para pensar de maneira mais abrangente e integradora, promovendo um entendimento mais rico e complexo do passado e suas relações com o presente.

3.2 Entre o ficcional e o Histórico: a Ditadura em *Um Menino Chamado Vlado*

O enredo de *Um Menino Chamado Vlado*, obra da historiadora Márcia Camargos, desenvolve-se a partir da fusão de elementos ficcionais e históricos, criando uma narrativa intensa e reflexiva sobre o período da Ditadura Civil-Militar brasileira. O romance não se limita a contar a história de um personagem, mas busca, através de uma lente sensível, ilustrar a opressão e a violência daquele período. A obra apresenta uma perspectiva íntima e humanizada

¹⁵⁴ MORGADO, José. **A Relação Pedagógica:** diferenciação e inclusão. 2. ed. Lisboa: Presença, 2001.

de um momento histórico conturbado, colocando o leitor diante de questões complexas relacionadas ao autoritarismo, à repressão e às escolhas morais daqueles que viveram sob esse regime. Ao publicar a obra, a historiadora Márcia Camargos concede entrevista na qual dá detalhes acerca, sobretudo, da idealização da escrita da obra:

A ideia de escrever o livro surgiu quando eu vi uma exposição muito bonita no Centro Cultural Banco do Brasil e ao final dessa exposição que era sobre o golpe e a repressão havia as duas certidões de óbito do Vlado, uma expedida na época tendo como causa da morte o suicídio, pretexto suicídio e a outra recente dizendo que ele morreu por maus tratos, então fiquei muito emocionada porque aquilo mostrava né todo o percurso que a democracia brasileira realizou, aquilo assim era um documento vivo das conquistas de você conseguir contar a verdade e aí eu olhei para aquilo e eu falei ‘nossa, será que os adolescentes, as crianças, os jovens sabem ou conhecem essa história?’ tive a ideia de escrever o livro dirigido para este público, porque existem vários para os adultos, mas nada para esta faixa-etária, então eu procurei o Ivo Herzog e propus a ele, dei a minha ideia, ele bateu o martelo na hora e eu comecei a trabalhar e então, eu fiz esse livro que é um tema pesado e espinhoso, mas numa linguagem apropriada para este público, para essa faixa-etária que é a partir dos 10/12 anos até, enfim, até os mais velhos.¹⁵⁵

Na época do lançamento do livro, em 2015, o Instituto Vladimir Herzog (IVH) divulgou também, em seu site, o seguinte texto:

Escrito pela historiadora Marcia Camargos, “Um menino chamado Vlado” se inspira em episódios da vida de Vlado para explicar a crianças e jovens o que foi a ditadura militar brasileira

Como parte das atividades para relembrar os 40 anos do assassinato de Vladimir Herzog por agentes da ditadura, a historiadora Marcia Camargos lança o livro *Um menino chamado Vlado*, um resgate da vida do jornalista especialmente voltado para o público infantojuvenil.

Mesclando ficção e realidade, a obra parte de depoimentos feitos por familiares, colegas de escola, de militância e de profissão para resgatar a vida de Vladimir Herzog desde a sua infância na Itália, abordando também sua formação e suas atividades além do jornalismo.

Marcia Camargos conta como Vlado começou a escrever para o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1959, e mudou seu nome para Vladimir, por soar menos exótico. O relato prossegue no início da década de 1960, quando se casou com Clarice Herzog e, após o golpe militar de 1964, passaram uma temporada na Inglaterra e tiveram dois filhos, Ivo e André. Em 1968 a família voltou ao Brasil e em 1975, pouco antes de seu assassinato, Vladimir foi chamado para dirigir o jornalismo da TV Cultura.

O intuito do livro é explicar aos jovens e crianças o que foi a ditadura instalada em 1964, bem como os movimentos de oposição e resistência ao regime, tendo

¹⁵⁵ TV CÂMARA SÃO PAULO. **Capítulo à Parte “Um Menino Chamado Vlado”**. YouTube, 9 dez. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NZcKOI1IYJE>. Acesso em: 12 dez. 2024.

como fio condutor a história de Herzog, com formato e linguagem próprios para o público infantojuvenil.¹⁵⁶

Neste contexto, o Instituto anunciou o lançamento do livro com a finalidade de dar sequência ao seu trabalho de preservação da memória de Vladimir Herzog. Com essa ação, buscou-se não apenas celebrar o legado de Vlado, mas também sensibilizar as novas gerações sobre a relevância de compreender e refletir sobre a história da Ditadura Civil-Militar brasileira. Manter viva essa memória é crucial para evitar que os erros do passado se repitam, promovendo uma consciência crítica sobre os direitos humanos, a liberdade de expressão e o respeito à democracia. Ao atingir o público jovem, o Instituto almeja criar um espaço para o debate e a aprendizagem sobre um período tão doloroso da história do país, garantindo que as lições desse passado sejam transmitidas de forma significativa para os desafios e realidades atuais. Assim, o lançamento do livro não só presta homenagem a Vladimir Herzog, mas também reafirma um compromisso contínuo com a educação e a preservação da memória histórica no Brasil. Como destacou Pedro Pio Fontineles Filho¹⁵⁷, é de suma importância pensar o livro ficcional-histórico como uma aliada importante no ensino de história.

Para compreender a trajetória de Vladimir Herzog, é essencial contextualizar os eventos históricos que levaram sua família a deixar a Iugoslávia (hoje Croácia) e buscar refúgio no Brasil. Nos anos 1940, a Europa estava sob o domínio nazista, e os Balcãs não escaparam da violência e da perseguição. A família Herzog, de origem judaica, viveu o medo constante de ser capturada, deportada ou exterminada. Antes de fugir de Banja Luka, onde o governo fascista de Ante Pavelić implementava políticas antisemitas severas, a insegurança tomou conta da vida dos Herzog. Com o avanço das forças nazistas, a perseguição aos judeus se intensificou, tornando inevitável a decisão de abandonar sua cidade natal.

Várias famílias tinham partido, abandonado tudo o que possuíam. Amigos bem-informados aconselharam que fizessem o mesmo, pois logo viria uma ordem para que fossem levados para um campo de concentração. Assim, mesmo com o coração pesado, Zora percebeu que não tinha saída. Permanecer significaria assinar a própria sentença de morte. Aliás, diante da relutância do marido, que hesitava em abandonar seus pais, contrários à ideia de fugir, ela não vacilou: - Se você não for, eu vou sozinha, pois pretendo salvar meu filho! Na manhã seguinte, o tio Poli, a tia Frieda e a pequena Lea foram para Zagreb e, de lá, para uma zona livre da influência alemã. Depois, Vlado e seus pais fariam a mesma viagem. - Zig havia reunido todo dinheiro que sobrou para

¹⁵⁶ IVH lança biografia de Vlado para público infantojuvenil. **Instituto Vladimir Herzog**. 22 out. 2015. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/ivh-lanca-biografia-de-vlado-para-publico-infantojuvenil/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

¹⁵⁷ FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Nos saberes de Clio e de Arconte: História, Literatura e Ensino. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, [S. l.], v. 18, n. 35, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/7801>. Acesso em: 03 dez. 2024. p.136.

comprar os serviços de um oficial alemão que cobrava os olhos da cara para fazer aquela arriscada travessia.¹⁵⁸

A história de Vladimir Herzog é marcada pela tragédia e pela luta. Nascido em Osijek (antigo Reino da Iugoslávia, hoje Croácia), ele viveu em Banja Luka até agosto de 1941, quando sua família se mudou para a Itália, fugindo da ocupação nazista. A situação na Itália não era completamente segura, pois o país estava envolvido na Segunda Guerra Mundial e, em algumas regiões, a presença do fascismo ainda era forte. No entanto, para a família Herzog, a Itália oferecia uma chance de sobrevivência, longe da opressão implacável do governo croata aliado a Hitler. Em território italiano, os Herzog experimentaram um misto de alívio e incerteza. A vida como refugiados era difícil, marcada pela instabilidade e pelo medo constante das represálias, mas ao menos estavam longe do cerco iminente de deportações e massacres nas mãos do regime fascista. Durante o período em que permaneceram na Itália, as dificuldades e os traumas da guerra continuaram presentes, mas a fuga proporcionou à família uma distância temporária da violência direta.

Ao revistarem a mochila de Zora, confiscaram quase toda a reserva de açúcar em tabletes que tinha guardado para dar ao filho. Mas ele nem ligou, pois, quando soube que dali a pouco iria andar de barco, ficou todo feliz. Era a primeira vez, em muito tempo, que os pais de Vlado notavam uma expressão de alegria no rosto do menino. Então, fizeram a travessia da baía em uma canoa, até alcançarem o território ocupado pelos italianos [...] nessa fase, Vlado tinha crescido pouco, mas foi obrigado a amadurecer pelas contingências da fuga. Sentia-se mais forte por dentro e por fora, pois os italianos tratavam as crianças com muito carinho. No seu novo lar foram bem acolhidos, sendo que o próprio pastor convocou a população a tratar bem os refugiados: - Eles tiveram que deixar suas pátrias, suas casas, seus pais, disse o pastor diante da igreja lotada de fiéis, fazendo o pai de Vlado chorar ao pensar nos pais, que ficaram para trás. - São pessoas iguais a nós, ou talvez melhores. Todos temos que ajudá-los da melhor maneira possível, cada um segundo suas possibilidades, recomendou.¹⁵⁹

Embora a mudança para a Itália tenha representado uma oportunidade temporária de alívio, a família Herzog passou a vislumbrar a possibilidade de uma nova vida. A verdadeira esperança de um futuro mais seguro e promissor surgiu quando decidiram emigrar para o Brasil. A mudança para o país sul-americano significava um novo começo, uma chance de recomeçar longe da Europa devastada pela guerra e pela intolerância. Na época, o Brasil era visto como um destino repleto de novas oportunidades, um lugar onde as cicatrizes da guerra poderiam

¹⁵⁸ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 31-32.

¹⁵⁹ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 58.

começar a se curar e onde a família poderia, finalmente, viver sem o constante medo da perseguição. Ao chegarem ao Brasil, os Herzog, como muitos outros imigrantes, enfrentaram o desafio de se adaptar a uma cultura e sociedade diferentes. Contudo, o Brasil oferecia a promessa de um futuro mais seguro, distante dos horrores da guerra e das tensões de uma Europa marcada pelo conflito.

Imagen 3: Ilustração de Mirella Spinelli da família Herzog.



Fonte/Reprodução: Instituto Vladimir Herzog.

O impacto dessa mudança foi profundo para Vladimir Herzog, que cresceu em um ambiente de reconstrução e superação, alimentado pela esperança de um futuro melhor. O Brasil se tornaria, assim, não apenas o novo lar da família Herzog, mas o palco onde Vladimir, ainda jovem, começaria a traçar sua trajetória de luta por liberdade, justiça e pelos direitos humanos, com uma sensibilidade forjada pelas dificuldades e traumas vividos em sua infância e juventude na Europa. A experiência de exílio e a adaptação a uma nova cultura despertaram em Herzog um forte senso de solidariedade e resistência, moldando sua visão crítica das desigualdades sociais e políticas, que o levariam, anos depois, a se engajar ativamente na luta contra a ditadura militar brasileira.

Na capa do livro, ilustrada por Mirella Spinelli, vemos o menino Vlado, aos nove anos, segurando um pássaro – símbolo claro de liberdade e esperança. Após uma infância marcada por perseguições devido à sua origem judaica e aos horrores da Segunda Guerra Mundial, Vlado encontra no Brasil um refúgio. O pássaro em suas mãos não representa apenas a liberdade que

ele vivenciou ao chegar aos "trópicos", como descreve Márcia Camargos, mas também a promessa de uma nova vida, longe dos traumas do passado. Ao mostrar o Brasil como um espaço de renovação, a autora sugere que, com a chegada de Vlado, o pássaro – símbolo de liberdade – finalmente é libertado, assim como ele, que encontra no novo país um ambiente acolhedor e repleto de oportunidades.

Imagen 4: Capa do livro *Um Menino Chamado Vlado*, ilustração de Mirella Spinelli.



Fonte/Reprodução: Instituto Vladimir Herzog.

O livro *Um Menino Chamado Vlado* tem início com Felipe, um adolescente que enfrenta a tarefa de realizar um trabalho escolar sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. Sem saber como começar, ele busca auxílio em seu pai, Mário, para obter informações e orientações. O diálogo entre eles não apenas marca o começo da pesquisa de Felipe, mas também cria uma conexão entre as gerações, já que Mário, que viveu durante o regime, começa a dividir suas memórias e pensamentos sobre aquele período. Sem saber por onde começar, ele faz várias perguntas ao seu pai, Mário:

- Por que a TV e os jornais falam tanto sobre o aniversário do golpe? O que é uma ditadura? O que os militares fizeram? Quem foi Vladimir Herzog? O que é anistia ampla, geral e irrestrita? O que. Seu pai, que viveu o fim da ditadura, concorda em contar-lhe algumas coisas sobre esse período: - O que exatamente você precisa saber? -Tudo! responde Felipe, e ainda diz que procurou na internet, mas não sabia como começar.¹⁶⁰

¹⁶⁰ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 7.

O pai foi conversando com o filho e tentando encontrar uma maneira de explicar a história da Ditadura Civil-Militar brasileira, sabendo que era um tema complexo e difícil de resumir em um trabalho escolar. Precisava de um “fio condutor” para narrar essa história. Lembrou que o menino tinha mencionado o nome de Vladimir Herzog, e perguntou se ele sabia quem era, ao que Felipe respondeu que não, apenas que sabia que ele estava de algum modo ligado à Ditadura Civil-Militar brasileira. Então, Mário teve uma ótima ideia: “Vou te contar a história de um menino chamado Vlado”¹⁶¹. No começo, Felipe achou a ideia estranha e até ficou impaciente com o pai, dizendo que seu trabalho era sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, não sobre a história de um menino, mas aos poucos ele foi compreendendo e ficou muito interessado na trajetória de Vlado.

Vlado, o protagonista da obra, é um personagem simbólico. O nome do personagem remete diretamente a Vladimir Herzog, jornalista e militante político que foi torturado e morto pela Ditadura Civil-Militar brasileira, se tornando um personagem da resistência contra o regime. Camargos, ao criar um personagem com esse nome (um nome nada ficcional, uma vez que foi o verdadeiro nome de Vladimir Herzog) não apenas rememora a figura histórica de Herzog, mas também torna o personagem um símbolo das muitas vítimas do regime. Vlado não é um herói convencional, mas um reflexo das vidas destruídas pelo autoritarismo, representando a dor e o sacrifício de muitos.

Para não perder o fio da narrativa, Mário continuou a contar que, de Vlado a Aldo e de Aldo a Vladimir, com uma pequena passagem por Vittorio, o menino aprendeu muito cedo algumas regras básicas de sobrevivência diante dos mais fortes. E foi com essa sabedoria intuitiva que escapou das garras do fascismo na Europa. Mas toda a sua capacidade de driblar o medo e a violência dos opressores não foi suficiente para escapar da perseguição da ditadura militar brasileira.¹⁶²

Um aspecto marcante da construção do enredo é a forma como a autora utiliza a perspectiva de uma criança para contar a história. Vlado é apresentado como um menino que, aos poucos, vai se deparando com a dura realidade política e social de seu tempo. Essa escolha narrativa confere à obra uma certa ingenuidade inicial, contrastando com a brutalidade do regime militar. A visão de mundo de Vlado é, portanto, construída de forma progressiva, à medida que ele vai tomando consciência das injustiças ao seu redor, criando uma forte conexão emocional com o leitor.

¹⁶¹ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 8-9.

¹⁶² CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 16.

O contexto familiar de Vlado também desempenha um papel crucial na formação de sua identidade e na construção do enredo. A figura de seus pais, principalmente o vínculo com a mãe, é explorada para evidenciar a influência da família na formação de valores e crenças do personagem. Ao mesmo tempo, a trama retrata a resistência silenciosa que muitas famílias enfrentaram durante o regime, sendo testemunhas de prisões, desaparecimentos e torturas. Essa dinâmica familiar coloca Vlado em uma posição de constante tensão, onde ele precisa lidar com a ausência e os dilemas morais impostos pela Ditadura Civil-Militar brasileira.

À medida que a história de Vlado avança, o personagem se distancia da infância ingênuas para se tornar mais consciente das questões políticas que afetam sua vida. A transição da infância para a juventude de Vlado é marcada por momentos de tomada de consciência, onde ele começa a entender a opressão em sua sociedade e a se posicionar contra as injustiças. O enredo vai, então, revelando como ele se conecta com o movimento de resistência, e como seu crescimento pessoal está intimamente ligado à sua transformação em um militante político. Essa evolução de Vlado reflete, em muitos aspectos, a luta de muitos jovens daquela época.

Na classe composta apenas de meninos, com cerca de 40 alunos, formou uma espécie de trio com David Lerner e Ruy Ohtake. Em companhia deste último, filho de imigrantes japoneses, caminhava todas as manhãs, já que eram quase vizinhos. Da rua da Paz, residência de Ruy, até o Ginásio, não dava mais do que 15 minutos e, por isso, nem valia a pena tomar o bonde. Este eles pegavam para ir ao centro da cidade, e Vlado se indignava ao ver pessoas se equilibrando nos estribos por falta de lugar, pois os bondes estavam sempre lotados, sobretudo a hora do *rush*.¹⁶³

Em *Um Menino Chamado Vlado*, a violência da Ditadura Civil-Militar brasileira é retratada de maneira explícita e simbólica. Camargos não apenas descreve os atos de repressão, mas também explora o impacto psicológico que esses eventos têm sobre os indivíduos e as famílias. A tortura, o medo e a perseguição são elementos constantes na trama, e a figura de Vlado se torna uma metáfora do sofrimento coletivo vivido pelos brasileiros sob o regime militar. A obra não se limita a uma abordagem histórica, mas enfatiza as consequências emocionais e sociais da repressão, tornando-se uma representação do trauma gerado pela Ditadura Civil-Militar brasileira. É possível notar os sentimentos negativos em relação ao cenário incerto da Ditadura Civil-Militar brasileira que pôs fim à democracia no país ao passo em que Vlado e Clarice busca refúgio na Inglaterra e, a preocupação com a inserção do real em meio à ficção escrita por Márcia Camargos.

¹⁶³ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 44.

A Constituição havia sido rasgada e, junto com ela, qualquer ideia de cidadania ou de respeito aos direitos humanos. O clima se tornava cada dia mais pesado, então os dois resolveram passar uma temporada em Londres. Deram a notícia aos pais, sem, no entanto, contar toda a verdade, para não preocupar Zora e Zig, acontece que o DOPS tinha feito uma lista de pessoas que eram consideradas ameaça a “Revolução”, como chamavam o golpe militar e Vlado fazia parte dela. - O que é DOPS? indagou Felipe. - É a sigla do Departamento de Ordem Política e Social, com o qual não se brincava. Foi um órgão criado em 1924, e muito usado principalmente durante o Estado Novo, na época de Getúlio Vargas, e durante a Ditadura Militar de 1964. Servia para controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime.”¹⁶⁴

A construção do enredo também explora a busca incessante pela verdade, um tema central em muitas obras sobre o regime civil-militar. Vlado, como muitos jovens daquela época, busca compreender o que aconteceu com seu país e com aqueles que sofreram nas mãos do regime. A memória histórica, nesse sentido, é uma força que motiva o personagem a questionar o que lhe é imposto, ao mesmo tempo que ele se depara com as dificuldades de encontrar respostas no contexto de censura e manipulação da informação. A obra traz à tona a importância da preservação da memória e da verdade, fundamentais para a reconstrução da identidade de um país traumatizado. Esse impulso de busca pela verdade e justiça, embora não diretamente ligado, pode ser comparado com a postura de figuras como Carlos Marighella, que também se opôs ao regime e lutou contra a repressão, acreditando na importância de revelar a verdade das opressões que o país enfrentava. Ambos, de formas diferentes, buscavam entender e expor as mazelas de um Brasil sob Ditadura Civil-Militar, refletindo a urgência de enfrentar os fantasmas do passado para transformar o futuro.

- Na Europa, havia recebido uma bolsa de estudos da BBC para o curso, mediante uma carta da TV Cultura, que se comprometeu a contratá-lo no regresso. Promessa feita, promessa descumprida. Seus comentários na rádio de Londres certamente soaram mal aos ouvidos da polícia política da ditadura. Essas forças mantinham arquivos detalhados sobre os cidadãos suspeitos” em geral, jornalistas, intelectuais e artistas. Bastavam alguma observação mal colocada, um artigo crítico, que a pessoa recebia o rótulo de “elemento perigoso”, subversivo, que se opunha ao governo. Aliás, você sabe quem era o “inimigo público número um”, assim chamado pelos serviços secretos da repressão?” sem esperar respostas, Mário explicou: - Era o guerrilheiro Carlos Marighella, um baiano nascido em Salvador em 1911. [...] Carlos foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime. Militante de esquerda, deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, fundou o grupo armado, a Ação Libertadora Nacional (ALN). Em setembro do ano seguinte, a organização participaria do sequestro do embaixador norteamericano Charles Elbrick, solto em troca de vários presos políticos. [...] Foi morto a tiros por agentes do DOPS, em uma ação coordenada pelo temido delegado

¹⁶⁴ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 62.

Sérgio Paranhos Fleury. Todo mundo daquela época se lembrava das fotos nos jornais, mostrando o homem ferido mortalmente dentro de um fusquinha. Distribuíram a imagem pelo Brasil inteiro para amedrontar e inibir ações semelhantes [...] Vlado, recém desembarcado no Brasil em janeiro de 1969, guardou o diploma no fundo da gaveta para sobreviver como pudesse. Afinal, agora era pai de família, com dois filhos para sustentar e o aluguel do apartamento na rua Isabel de Castela, na Vila Beatriz, para pagar no fim do mês.¹⁶⁵

O retorno de Vladimir Herzog e sua esposa, Clarice, do exílio em Londres para o Brasil marcou uma tentativa de recomeço. Após anos afastados devido à repressão da Ditadura Militar, o casal desejava reconstruir suas vidas e colaborar com o fortalecimento da democracia em um Brasil que, embora apresentasse sinais de "abertura política", ainda se via envolto em forte censura e vigilância. A decisão de voltar não foi fácil, pois a repressão permanecia sólida e a ameaça de perseguição seguia presente. Mesmo com uma aparente suavização do regime, o risco de retaliação política ainda pairava sobre aqueles que haviam se oposto ao governo militar. Vlado, com sua postura ativa como jornalista e intelectual, sabia que sua presença no país poderia atrair a atenção das autoridades, mas o desejo de contribuir para a reconstrução democrática o impulsionou a enfrentar essa realidade. Dessa forma, o retorno ao Brasil não significava apenas um novo começo, mas também um ato de coragem e resistência diante da repressão que ainda persistia.

Imagen 5: Ilustração de Mirella Spinelli na qual a família Herzog se reúne após o retorno do casal ao Brasil.



Fonte/Reprodução: Instituto Vladimir Herzog.

¹⁶⁵ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 69-72.

Na obra *Um Menino Chamado Vlado*, o enredo não apenas narra a trajetória de um personagem, mas também questiona o legado da Ditadura Civil-Militar brasileira e a perda da infância de muitos jovens que viveram naquele período. O desfecho da obra não oferece soluções fáceis ou finais felizes, mas sim um reconhecimento de que o impacto da Ditadura Civil-Militar brasileira foi profundo e duradouro. Ao transformar Vlado em um personagem fictício que carrega a história real de uma geração, Camargos oferece ao leitor uma reflexão sobre como o regime militar roubou não só a vida de muitas pessoas, mas também a possibilidade de um futuro sem medo e repressão.

A obra vai além da simples biografia de Herzog e se propõe a entender a sua trajetória, mergulhando nas circunstâncias que envolvem sua prisão e morte sob tortura em 1975 com a versão oficial afirmando suicídio, mas amplamente contestada por sua família e colegas, que denunciaram tortura até a morte. A Ditadura Civil-Militar brasileira, marcada por repressão e censura, serve como pano de fundo para a reconstrução da vida de Vlado, que, ao lado de outros jovens, representa a resistência da classe intelectual frente ao autoritarismo crescente. Márcia Camargos, ao tratar da Ditadura Civil-Militar brasileira, busca humanizar a narrativa histórica, ao invés de apenas apresentar dados políticos e militares. Ela utiliza o caso de Vlado Herzog como uma janela para mostrar o drama de muitas outras pessoas que foram vítimas da violência estatal durante esse período. Herzog, que era judeu e atuava como jornalista e diretor de jornalismo da TV Cultura, foi preso e torturado até a morte por sua suposta ligação com a oposição ao regime. A obra revela o sofrimento não só da vítima, mas também das famílias e da sociedade como um todo, que ficou à mercê de um regime que agia de maneira violenta e sem escrúpulos.

Recebeu um tapa na cara: - Judeu filho da puta! disse um deles. - E aí, seu comunista, agora você vai cantar! Fizeram com que se sentasse na cadeira de madeira e começaram a fazer perguntas. Trêmulo, Vlado negava cada uma delas. Ou melhor, fingia nada saber, pois havia decidido, ainda em casa, refutar qualquer tipo de acusação. - Não sei do que estão falando, repetia, a cada nova pergunta. - Acha que acreditamos que você não está ligado ao partido. Que não quer trazer o comunismo e transformar o Brasil numa filial da União Soviética? Vlado levantou a cabeça para manter a sua versão final, viu os olhos de um deles brilharem de ódio e não entendia o porquê o tratavam daquela maneira, como se ele fosse um inimigo. Nesse momento, notou que não usavam uniforme. - Entendo, disse o mais forte e truculento. - Você é daqueles teimosos que precisam ser convencidos, falou, mexendo no bigode que cobria parte de seu rosto redondo marcado por cicatriz de varíola. [...] - Aí, de repente, tudo ficou escuro. O clima mudou da água para o vinho. Outros homens entraram às pressas, dava pra sentir o nervosismo no ar. A sombras multiplicadas que Vlado mal conseguia enxergar por causa das pálpebras inchadas, sumiram numa nuvem de fumaça. Só que antes de perder totalmente

a consciência, ainda pôde escutar o eco de algumas frases ao longe. Chegavam aos seus ouvidos de um lugar muito distante, talvez de outra dimensão, mas percebeu que elas vinham de pessoas que pareciam confusas, irritadas e um pouco surpresas: - Seu idiota, o que você fez?! - Imbecis, incompetentes, vocês deveriam ter parado a tempo. - Sacode mais, ele tem que acordar! - Vamos, façam alguma coisa! - Drogado! Com o choque do balde água fria jogada sobre seu rosto, Vlado entreabriu os olhos. Mas sua reação durou menos de um segundo. Sem ânimo, encarou o túnel que representava uma viagem sem volta. Mesmo que quisesse, agora não tinha mais escolha, sua vida acabava ali, naquele lugar estranho, longe de casa e das pessoas que mais amava. [...] Mal amanheceu o dia, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, replicava uma nota assinada pelo comandante do DOI-Codi, coronel Aldir Santos Maciel, dirigida ao chefe da Segunda Seção do Estado-Maior do II Exército, coronel José de Barros Paes, que informava: "Participo-vos que cerca das 16:30 horas de hoje (25 de outubro de 1975), foi encontrado o corpo de Vladimir Herzog, *enforcado na grade* do xadrez especial nº 1, *usando para tanto a cinta do macacão* que usava". Como se não bastasse, a nota fabricada indo ainda mais longe na mentira concluía: "Tudo levava a crer que foi levado ao *tresloucado* gesto por ter se conscientizado da sua situação e estar arrependido da sua militância".¹⁶⁶

A trajetória de Vlado Herzog é simbólica, pois ele não era apenas um simples cidadão, mas um profissional dedicado à missão de informar, o que torna sua morte ainda mais impactante, especialmente porque ele dava voz à realidade dos mais oprimidos, revelando uma versão da história diferente da narrada pelo governo. Um exemplo disso foi sua cobertura do "milagre econômico", promovido pelo regime do general Emílio Garrastazu Médici, no contexto do Plano Nacional de Desenvolvimento conduzido pelo Ministro da Fazenda, Delfim Neto. O regime militar tinha como objetivo principal silenciar aqueles que exerciam o direito à liberdade de expressão e à crítica política. O contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira, com suas práticas de censura, prisões arbitrárias e torturas, serve como pano de fundo para a tragédia que se abateu sobre Vlado. Sua história revela, de forma intensa, os efeitos da repressão sobre os indivíduos e como a liberdade de imprensa e os direitos humanos foram sistematicamente violados durante esse período.

- Vlado, procurava, então, mostrar o outro lado da moeda. Levou a voz dos oprimidos para o noticiário. A verdade da pobreza, do analfabetismo e da péssima situação da educação e da saúde públicas ia aparecendo na telinha daquela tv educativa, cujos índices de audiência subiam visivelmente. Esse viés realista contrastava com a imagem de povo feliz, rico e alienado que a ditadura procurava mostrar. E, naturalmente, aquilo tudo desagradava os donos do poder. A face mais escura dessa época, porém, ainda ficava escondida nos porões de celas mal iluminadas, onde se prendia e torturava quem ousasse levantar a voz contra os desmandos do governo. A essa altura, a equipe de jornalismo teve a ousadia de inventar um telejornal muito especial. Acharam que, como não podiam fazer algo do tipo "Hora da verdade",

¹⁶⁶ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 91-95.

mostrando o que acontecia detrás das cortinas e dentro das prisões políticas, fariam a “Hora da notícia”. Assim, Vlado tornou-se editor do programa que denunciava, ao vivo, como nunca se vira antes, confrontos reais como invasões da polícia, ações de despejo e o desespero de favelados. Então cerco foi se fechando e o governo começou a pedir que demitisse jornalistas da TV Cultura. Em seguida, chegou uma ordem expressa para evitar notícias sobre uma epidemia de meningite. Os editores protestaram, acharam um absurdo pois a população precisava ser avisada para se precaver. Um deles, inconformado, desafiou ordens do próprio governador de São Paulo, Laudo Natel, pondo a programação no ar.¹⁶⁷

No livro, a historiadora também investiga o contexto social e político da época, buscando compreender como a sociedade brasileira se organizava diante da imposição de um regime de exceção. As narrativas de famílias que perderam seus entes queridos, como a de Herzog, revelam o abalo emocional e psicológico causado pela violência política. O livro de Márcia Camargos não se limita apenas a contar a história de Vlado, mas também a analisar o impacto da Ditadura Civil-Militar brasileira nas relações sociais, políticas e familiares, oferecendo uma visão holística do sofrimento causado pelo regime.

O retrato de Vlado Herzog apresentado em *Um Menino Chamado Vlado* é uma tentativa de mostrar o ser humano por trás da figura pública e martirizada pela Ditadura Civil-Militar brasileira. Ao usar uma narrativa que mistura elementos de história, memória e emoção, a historiadora busca evidenciar a crueldade do regime e sua capacidade de desumanizar. Ao mesmo tempo, ela destaca o poder da resistência silenciosa de muitas pessoas, que, como Vlado, não se curvaram ao autoritarismo, mesmo diante da ameaça constante de morte e violência.

Dentro desse contexto, o livro se torna um documento histórico que não apenas recorda os eventos do passado, mas também traz uma reflexão sobre a importância da memória coletiva. A história de Herzog é uma das muitas que ainda precisam ser contadas, e Márcia Camargos contribui para que esses relatos não caiam no esquecimento. Ditadura Civil-Militar brasileira é um período sombrio da história brasileira, e o caso de Vlado Herzog revela a profunda violação dos direitos humanos que caracterizou esse momento.

A obra de Márcia Camargos, ao revisitar a história da morte de Vlado Herzog, traz à tona uma reflexão poderosa sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias das vítimas da Ditadura Civil-Militar brasileira, que lutaram para que a memória de seus entes queridos fosse preservada e reconhecida. Após as mortes causadas pela repressão, essas famílias se viram diante de um sistema que impunha o silêncio, o esquecimento e a desinformação sobre os

¹⁶⁷ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 74.

abusos cometidos pelo regime militar. O processo de enfrentamento desse silêncio oficial, caracterizado pela negação de culpabilidade do Estado e pela falta de respostas, foi um dos maiores desafios dessas famílias, que buscaram, por meio da luta, dar voz às vítimas e promover a justiça.

- Mas a história ainda não terminou, disse o pai. - Bom, ele morreu, fizeram a missa de sétimo dia, o que mais tem para contar? - Toda a luta da família e de alguns setores da sociedade para que o governo reconhecesse a morte dele como assassinato e não suicídio. E a batalha pela vitória da democracia. - E demorou muito? - Sim, disse Mário. - Porque o governo não ia admitir a própria culpa assim tão facilmente. Mas, depois do ato ecumênico, o próprio Geisel, para salvar as aparências, enquadrou o general Ednardo d'Avila de Mello, exigindo a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a causa da morte de Vlado e reestabelecer a ordem que tinha sido abalada com aquele acontecimento, que aparentemente havia saído do controle. E as pessoas ficavam calmas. Era como se tivessem passado em um teste. O culto apresentou um divisor de águas. O povo ganhou a batalha, mas sabia que a guerra continuava. Mário contou que embora abalada, Dona Zora continuou a guerreira que sempre foi. Enfrentou corajosamente a visita de uns agentes, que apareceram em sua casa em busca de documentos sobre Vlado. Ela desconfiava que seu apartamento havia sido grampeado, com escutas espalhadas pela sala, por isso, quando batia o desespero, ela ia na vizinha, onde se sentia um pouco mais segura para desabafar.¹⁶⁸

A morte de Vlado Herzog, em 1975, simboliza um episódio emblemático dessa repressão, mas também representa a dor coletiva de uma nação que viu milhares de seus filhos e filhas serem vítimas de desaparecimentos forçados, torturas e assassinatos, muitas vezes sem nunca ter um reconhecimento formal ou uma explicação sobre os fatos. Ao focar na busca incessante das famílias por justiça, a autora não apenas narra o sofrimento individual, mas também expõe a resistência contra a normalização da violência e o apagamento da memória histórica. A luta das famílias se tornou um símbolo de resistência ao regime e de busca pela verdade, ao mesmo tempo em que destaca a importância de se reconhecer essas mortes não como meros incidentes, mas como abusos graves contra os direitos humanos, que necessitam ser nomeados e lembrados.

- Mataram o Vlado! disse, e tentou abafar os gritos, para não despertar as crianças, que dormiam. Aquilo parecia um dos piores pesadelos. Mas ela se lembrou de que precisava avisar Dona Zora. De fato, havia muitas medidas a serem tomada. A notícia se espalhava, provocando medo e muita, muita revolta entre os amigos jornalistas. Para todos eles, estava claro que Vlado não se suicidara. Mesmo porque a foto do suposto “suicídio” divulgada pelos órgãos de repreensão era totalmente ridícula. Ela mostrava Herzog dependurado por um cinto amarrado a uma barra de ferro da grade de um vitrô, numa cela do DOI-Codi, no II Exército. Seria até engraçada se não fosse

¹⁶⁸ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 107-108.

trágica. Antes de mais nada, todo mundo sabe que se retiram cintos e gravatas dos prisioneiros justamente para evitar qualquer ato deste tipo. Até os cordões dos tênis e sapatos eram confiscados. Depois, como alguém consegue se enforcar com os pés tocando o chão? [...] *Shibata, que mais tarde seria convocado a depor, teve a coragem de afirmar que foi chamado para ver presos algumas vezes, mas apenas para cuidar de micoses e resfriados, e que nunca se deparara com sinais evidentes de tortura, como fraturas ou ferimentos. Foi ele que assinou o atestado de óbito de Vlado, sem sequer ver o corpo, conforme noticiou-se depois. Por causa de pessoas como Harry Shibata, a sociedade quase foi convencida de que Herzog se matara. Porém, entre os familiares entrava em marcha uma longa luta para provar que ele tinha sido assassinado. [...] Redigiram um comunicado à imprensa questionando a versão do suicídio e pedindo esclarecimento sobre o ocorrido. Teria iniciado, ali, a penosa campanha para divulgar a morte e denunciar a farsa. A ideia pegou feito faísca num campo ressecado. Pela primeira vez desde o AI-5, o caso de um prisioneiro morto sob tortura era estampado com destaque pelos jornais. Isso ajudou para que centenas de pessoas, entre jornalistas, artistas, políticos, religiosos, estudantes ou cidadãos comuns comparecessem ao velório, no Hospital Albert Einstein. [...] Nem os rabinos engoliram a versão inventada pela polícia, pois quando os membros da Chevra Kadisha preparavam o corpo segundo os rituais judaicos, o rabino Henry Sobel viu as marcas, provas do crime. “Não havia dúvida de que ele foi torturado e assassinado- diria, mandando enterrá-lo no centro do cemitério e assim desmentindo a versão oficial do suicídio”. A repressão tinha pressa em se livrar daquele cadáver incômodo. Achavam que, assim que o enterrassem, estariam calando as vozes da multidão. Não poderiam estar mais enganados. Ao final da cerimônia, veio a convocação para uma assembleia extraordinária no Sindicato. À saída, abraçando os familiares, todos os amigos tinham a certeza de que aquele não se tratava de um fim. A luta estava apenas começando.*¹⁶⁹

Um Menino Chamado Vlado é uma forma de resistência à tentativa de apagamento da memória histórica da Ditadura Civil-Militar brasileira. Ao recontar a vida e a morte de Vlado Herzog, Márcia Camargos contribui para a construção de uma narrativa mais justa e humana sobre esse período. A obra é, ao mesmo tempo, um tributo a todas as vítimas do regime civil-militar e um alerta para as futuras gerações sobre os perigos da intolerância, da repressão e da perda de direitos fundamentais, em particular, sobre os abusos cometidos pelo regime contra jornalistas e intelectuais. Embora a história de Vlado Herzog seja baseada em fatos, a autora adota uma narrativa ficcionalizada que busca dar voz e profundidade emocional à figura do jornalista e aos aspectos da sua vida que muitas vezes são negligenciados nos relatos históricos. A ficção, nesse contexto, não se limita a inventar ou distorcer, mas amplifica a dor, o sofrimento e a resistência presentes nas histórias de vítimas da repressão.

¹⁶⁹ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 98-100.

A escolha pela ficção permite à autora reconstruir o drama vivido por Vlado Herzog e por sua família de forma mais sensível e empática. Ao invés de seguir estritamente uma abordagem acadêmica e factual, Camargos se apropria da narrativa ficcional para explorar aspectos psicológicos e emocionais das personagens envolvidas, como os dilemas internos da mãe de Vlado e a dor de sua esposa. Isso proporciona ao leitor uma experiência mais visceral da realidade da Ditadura Civil-Militar brasileira, humanizando os personagens e, ao mesmo tempo, expondo a violência do regime de uma maneira mais acessível e impactante.

A ficção também possibilita que a autora jogue com as lacunas e os silêncios históricos, elementos inevitáveis quando se trata de um período marcado pela censura e pelo apagamento da memória, muitas vezes ocultadas por regimes autoritários, como menciona Ricoeur¹⁷⁰. Muitos dos detalhes da morte de Vlado Herzog nunca foram totalmente esclarecidos, e a obra de Camargos preenche essas lacunas com uma recriação ficcional do que poderia ter ocorrido, permitindo que o leitor se conecte com a dor e o mistério que cercam esse evento. A liberdade criativa na ficção, então, se torna uma forma de ressaltar a complexidade dos acontecimentos que, na realidade, permaneceram muitas vezes obscuros ou silenciados.

Em *Um Menino Chamado Vlado*, a autora também utiliza a ficção para trazer à tona a memória das vítimas indiretas da Ditadura Civil-Militar brasileira, como as famílias dos desaparecidos e mortos. Embora a história de Vlado seja central, a obra abre espaço para as experiências de outros personagens que também vivenciaram a repressão de diferentes maneiras. A exemplo disso, o estudante Edson Luís de Lima Souto, morto em conflito com a Polícia Militar no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Como consequência, declarou-se uma greve nacional de estudantes, com manifestações em várias cidades, igualmente reprimidas pela polícia.¹⁷¹ A ficção, ao criar e explorar essas personagens, não apenas preserva memórias individuais, mas constrói um retrato coletivo das vítimas da Ditadura Civil-Militar brasileira, destacando a diversidade de experiências e a universalidade da dor causada pelo regime.

¹⁷⁰ RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento**. Tradução de Alain François Etchegoyen, Bernardo Rego e Carlos José Figueiredo. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁷¹ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 58.

Imagen 6: Ilustração de Mirella Spinelli sobre o conflito entre o estudante Edson Luís e a Polícia Militar que resultou na morte do estudante.



Fonte/Reprodução: Instituto Vladimir Herzog.

A narrativa ficcionalizada serve ainda como uma forma de resistência contra o esquecimento, oferecendo uma versão alternativa à oficial, que muitas vezes tenta minimizar ou justificar os abusos do período militar. Camargos, ao se afastar da crueza de uma exposição histórica estrita, nos proporciona uma reflexão mais profunda sobre a natureza do autoritarismo e seus efeitos de longo prazo na sociedade brasileira. Dessa forma, a ficção atua como um veículo de preservação da memória, mantendo viva a história e evitando que a opressão seja reduzida a números e fatos desumanizados.

Ao adotar a ficção, a autora conecta a história de Vladimir Herzog com questões contemporâneas, como direitos humanos, liberdade de expressão e censura. A narrativa, ao reviver o passado da Ditadura Civil-Militar brasileira, permite que os leitores reflitam sobre os desafios atuais enfrentados pela liberdade de imprensa e a repressão a jornalistas e ativistas. Assim, a ficção não apenas preserva a memória histórica de Herzog, mas também a torna relevante para os dias de hoje, ressaltando a importância de proteger os direitos fundamentais e a democracia diante das ameaças contínuas à liberdade de expressão. A ficção funciona como uma conexão entre o passado e o futuro, possibilitando que as novas gerações entendam o impacto da Ditadura Civil-Militar brasileira não apenas por meio de registros e testemunhos, mas por meio de uma narrativa cativante que evoca emoções e reflexões.

Ao retratar a vida de Herzog, Márcia Camargos também coloca em questão a memória coletiva da sociedade brasileira, que muitas vezes se mostra fragmentada e conflitante. A ficção, nesse caso, é uma maneira de restaurar e reconstruir essas memórias, tornando o passado mais

acessível e significativo. Ao preencher as lacunas deixadas pela história oficial, a autora proporciona um espaço para que as vítimas e suas famílias sejam reconhecidas e suas histórias sejam compartilhadas, ajudando a reconciliar o Brasil com sua história dolorosa e muitas vezes negligenciada.

Bom, não tinha escapatória. Inclusive, para intimidar, deixaram um jornalista policial, chamado Paulo Nunes, de plantão na casa deles. Mas, naquela noite, tanto Vlado quanto Clarisse não conseguiram dormir. Passaram o tempo todo conversando sobre o ocorrido e os próximos passos. Ele resolveu que negaria pertencer ao Partido Comunista. Se fizesse isso, acabaria com a equipe tão afinada que ele conseguiu montar na TV. Imagine, um chefe de jornalismo se declarando comunista? Era só o que precisavam para demitir todo mundo de uma só penada. Nesse ponto, Clarice argumentou que o Markun confessara, sob tortura, que ele era do Partido. Mas Vlado resolveu não ceder. Tinha se esforçado muito para construir aquele time nada o faria colocar em risco o sonho de levar adiante o seu projeto. “Pois eu acho que deveríamos ter seguido o conselho dos nossos amigos e mudado para interior” – Clarisse argumentou. – Mas Vlado herdara a determinação de Dona Zora. A força da mão salvara das garras do nazismo. Agora, trabalhava ao contrário, pois a obstinação de Vlado colocava a vida dele em perigo. Nesse momento, por um breve instante, imagens muito antigas passaram num flash por sua cabeça. Viu-se expulso da própria casa, da maneira mais violenta e injusta, sem ter feito nada de mal a ninguém. Sua família representava o elo fraco e, mesmo tendo a razão do seu lado, acabou chutada a pontapés do próprio lar, deixando para trás os pertences de uma vida inteira de trabalho e sacrifício. Pensando bem, agora não era muito diferente.¹⁷²

Utilizando a ficção para narrar a história de Vlado Herzog, Márcia Camargos também exerce um papel fundamental no processo de reparação histórica, que vai além da simples documentação dos fatos. A ficção possibilita que a memória das vítimas da Ditadura Civil-Militar brasileira seja preservada de maneira mais emocional, íntima e sensível, garantindo que as atrocidades cometidas durante esse período não sejam esquecidas, mas sim integradas à compreensão mais profunda da sociedade brasileira sobre o que ocorreu no passado e suas consequências para o presente e o futuro.

A obra *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, tem um impacto significativo na compreensão do regime militar brasileiro ao fornecer uma visão sensível e detalhada de um dos momentos mais traumáticos da história do país. Através da história de Vlado Herzog, jornalista brutalmente torturado e morto durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, a autora não só recupera um episódio específico da repressão, mas também coloca em evidência a violência sistemática e os mecanismos de controle impostos pelo regime militar. O livro

¹⁷² CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 88-89.

contribui para o entendimento do regime ao humanizar as vítimas, principalmente as que sofreram por sua atuação intelectual e política.

Ao focar na figura de Vlado Herzog, a obra proporciona uma reflexão sobre a atuação da mídia e da imprensa durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Herzog, que era jornalista, se tornou uma das principais vítimas da censura e das repressões contra aqueles que se opunham ao regime. A morte de Herzog não apenas simboliza o assassinato de um indivíduo, mas também representa o silenciamento da liberdade de expressão, elemento central da repressão militar. A autora, ao relatar sua história, revela como a imprensa foi controlada e como jornalistas foram alvos de tortura, ameaças e morte, deixando uma marca profunda no campo da comunicação no Brasil.

Além disso, a obra oferece uma perspectiva crítica sobre o impacto da repressão sobre as famílias das vítimas. A dor de Herzog é compartilhada por sua mãe, esposa e filhos, e esse sofrimento se torna um reflexo do impacto devastador que a Ditadura Civil-Militar brasileira teve nas vidas pessoais de tantas pessoas. A narrativa de Márcia Camargos permite compreender que a repressão não se limitava apenas à prisão ou morte dos opositores, mas também afligia aqueles que ficavam para trás, sem respostas, muitas vezes desamparados e sem justiça. Isso amplia a visão sobre os danos causados pela Ditadura Civil-Militar brasileira, que atingiam as famílias de uma maneira mais profunda e duradoura.

A abordagem adotada por Camargos também contribui para uma compreensão mais ampla das táticas de manipulação e controle do regime militar. Ao explorar as nuances da vida de Vlado, a obra revela as pressões e os mecanismos de controle psicológico a que ele e outras pessoas eram submetidos, seja por meio de intimidações diretas ou pela disseminação do medo em toda a sociedade. Ao se apropriar da ficção, a autora não só detalha a experiência de Herzog de forma emotiva e íntima, mas também oferece uma crítica sobre como a Ditadura Civil-Militar brasileira criou um ambiente de desconfiança, onde a repressão era muitas vezes invisível, mas sempre presente.

Outro aspecto relevante da obra é a forma como ela faz parte do processo de reconstrução da memória histórica do Brasil. O impacto do livro vai além da simples narração de eventos passados; ele oferece um espaço para a reflexão sobre o legado da Ditadura Civil-Militar brasileira. Muitos dos crimes cometidos durante esse período ficaram impunes por décadas, e a obra de Camargos contribui para a recuperação dessas memórias. Ao recontar a história de Vlado Herzog, Márcia Camargos participa ativamente da luta pelo direito à memória e à verdade, elementos essenciais para o processo de justiça e reconciliação no Brasil.

Além disso, *Um Menino Chamado Vlado* oferece um contraponto às narrativas oficiais que minimizam ou distorcem os abusos cometidos pelo regime. Ao contar a história de Herzog de maneira pessoal e profundamente humana, a autora expõe a face cruel da Ditadura Civil-Militar brasileira, que muitas vezes é abafada por versões oficialistas que buscavam despoliticizar ou justificar os atos de repressão. A obra ajuda a superar o esquecimento e a negar a ideia de que os atos de violência praticados pelo regime militar eram, de alguma forma, aceitáveis ou necessários para a "ordem" do país. Dessa forma, o livro reafirma a necessidade de se olhar para o passado com honestidade.

Em um contexto mais amplo, a obra também funciona como um alerta para as gerações futuras sobre os perigos da intolerância e da repressão, elementos que ainda podem ser observados em algumas formas de autoritarismo no presente. O impacto de *Um Menino Chamado Vlado* vai além da história de um indivíduo, pois coloca em questão o funcionamento de regimes autoritários em geral e as consequências devastadoras de políticas que não respeitam a liberdade individual e os direitos humanos. Ao iluminar os mecanismos de controle e violência da Ditadura Civil-Militar brasileira, a obra serve como um instrumento pedagógico e de reflexão.

A conexão da obra com o processo de justiça de transição também é fundamental. Embora a Ditadura Civil-Militar brasileira tenha chegado ao fim em 1985, o Brasil demorou décadas para confrontar as questões ligadas às violações de direitos humanos ocorridas nesse período. O livro de Camargos faz parte desse movimento de conscientização e reivindicação de justiça, principalmente em relação aos crimes cometidos contra jornalistas e intelectuais. Ao apresentar a história de Vlado Herzog, a obra coloca em destaque a importância de se buscar respostas e justiça, mesmo quando o regime já não está mais no poder.

A obra também tem um impacto relevante para o campo da historiografia, pois desvia-se de uma abordagem puramente analítica e incorpora elementos de narração e emoção, permitindo que o leitor compreenda não apenas os fatos, mas também as suas consequências humanas. Ao fazer isso, Márcia Camargos contribui para uma historiografia mais rica, que reconhece a complexidade das vítimas do regime e a importância de se tratar a história com sensibilidade. Essa abordagem é essencial para o entendimento de um período tão traumático, já que a história não pode ser reduzida a meros dados e eventos, mas deve ser compreendida também em suas dimensões emocionais e humanas.

O impacto de *Um Menino Chamado Vlado* também pode ser observado no modo como ele reforça a importância do jornalismo na manutenção da democracia. Herzog, como jornalista, acreditava na função do jornalismo como um instrumento de verdade e liberdade. Sua morte,

portanto, não representa apenas a perda de uma vida, mas também a destruição de um ideal democrático, onde a informação e o livre debate são fundamentais. Camargos, ao narrar sua trajetória, mostra como o regime militar tentou calar essas vozes, e a obra acaba por reafirmar a relevância da liberdade de imprensa e a importância de se proteger os direitos civis.

Outro ponto que amplia a compreensão sobre o regime militar é a crítica indireta que a obra faz à polarização política que caracteriza muitos momentos da história brasileira. A figura de Vlado Herzog, que era um homem comum, mas também um intelectual e um cidadão comprometido com a verdade, mostra como a repressão não escolhia apenas adversários políticos explícitos, mas também pessoas de diversos perfis sociais. Isso revela a profundidade e a amplitude da violência do regime militar, que visava controlar e silenciar qualquer forma de oposição, independentemente da ideologia ou posição política de quem a expressasse. Observamos isso no diálogo entre Mário e Felipe:

- Desde aquele já matavam as pessoas na cadeia? perguntou Felipe, que volta e meia tomava conhecimento de presos mortos por policiais, algo que se tornava cada dia mais comum no país inteiro. - Sim, matavam. Mas os presos de que falo eram diferentes, respondeu Mário. - Como assim? perguntou Felipe. - Eram presos políticos. Não eram ladrões, nem bandidos ou criminosos. Apenas tinha ideias diferentes das dos generais que ocupavam a presidência da República e, por isso, eram chamados de subversivos, respondeu Mário. - Não podiam estar fazendo passeatas contra o governo? Tornou a indagar o garoto. - De jeito nenhum, falou o pai, - Herzog foi preso justamente por isso.¹⁷³

Em última análise, *Um Menino Chamado Vlado* tem um papel fundamental na educação e no fortalecimento da memória histórica brasileira. Sua contribuição para o entendimento do regime militar é inestimável, pois traz à tona as histórias pessoais e as vivências de quem sofreu diretamente com a repressão. Além disso, a obra também provoca questionamentos essenciais sobre os valores democráticos e os direitos humanos, mantendo viva a memória de um período de grande sofrimento, ao mesmo tempo em que promove uma reflexão crítica e necessária sobre o Brasil contemporâneo.

¹⁷³ CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 11.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor de História, em certa medida, é reflexo de suas leituras e discussões realizadas durante o período de formação do seu saber docente. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores de História, no tocante à literatura, está na complexidade oriunda das dimensões teóricas – não somente a teoria ligada à literatura, mas também aquela que se refere à própria área. Isso é plenamente compreensível do ponto de vista da historicidade de toda e qualquer ciência ou forma de conhecimento.¹⁷⁴

A presente monografia teve como objetivo refletir sobre o ensino da História da Ditadura Civil-Militar no Brasil a partir da análise da obra *Um Menino Chamado Vlado*, de Márcia Camargos, propondo uma abordagem que integra a literatura ao ensino histórico. O período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) foi marcado por uma repressão sistemática e uma série de violências que afetaram profundamente a sociedade brasileira. A obra de Camargos oferece uma forma de representar esse contexto de maneira sensível e acessível, especialmente para o público jovem, contribuindo assim para a construção de uma memória histórica crítica e reflexiva.

A utilização da literatura como instrumento pedagógico no ensino de História tem se mostrado cada vez mais relevante. Ao transformar eventos históricos em narrativas pessoais e emocionais, a literatura tem o poder de humanizar o passado, permitindo que os alunos compreendam melhor as experiências vividas por indivíduos que passaram por situações extremas. *Um Menino Chamado Vlado* é um exemplo claro disso, pois, ao narrar a história de Vlado, jovem militante que foi torturado e morto pelo regime militar, a autora não apenas traz à tona os fatos históricos, mas também os sentimentos, os medos e as esperanças de um indivíduo que se viu envolvido nos conflitos da época.

O ensino de História, tradicionalmente centrado na transmissão de fatos e datas, muitas vezes falha em proporcionar uma compreensão mais profunda dos impactos que esses acontecimentos tiveram na vida das pessoas. Nesse sentido, a literatura oferece uma perspectiva alternativa, ao dar voz às vítimas do regime, como no caso de Vlado, cujas histórias pessoais acabam sendo silenciadas ou distorcidas nos relatos oficiais. Ao utilizar a obra de Camargos no contexto educacional, os professores podem levar os alunos a refletirem sobre os horrores da

¹⁷⁴ FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Linguagens de Clio: práticas pedagógicas entre a literatura e os quadrinhos no ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 5, nº 9, p. 285-308 – 2016, p. 292. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/242>. Acesso em: 01 jan. 2025.

Ditadura Civil-Militar brasileira e sobre como essas experiências ainda reverberam no Brasil contemporâneo.

Além disso, o uso de *Um Menino Chamado Vlado* no ensino de História pode contribuir para a construção de uma memória histórica coletiva, uma vez que permite que os estudantes se aproximem de um episódio doloroso da história do país de uma forma mais empática e consciente. A literatura, ao se entrelaçar com a História, facilita o acesso a um conhecimento mais completo e multifacetado sobre o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, resgatando aspectos que muitas vezes são omitidos ou minimizados nos livros didáticos convencionais. Esse tipo de abordagem contribui para uma visão mais crítica e questionadora sobre o passado e suas repercussões no presente.

Outro aspecto importante que a obra de Camargos aborda é a questão da memória e do esquecimento. A Ditadura Civil-Militar brasileira foi marcada pela censura e pela repressão ao direito à memória, e muitas histórias de resistência e sofrimento foram silenciadas ao longo dos anos. A literatura, como evidenciado por *Um Menino Chamado Vlado*, exerce um papel crucial na preservação dessas memórias e no combate ao esquecimento. Ao contar histórias como a de Vlado, a autora não só resgata um evento histórico específico, mas também destaca a importância da lembrança e da reflexão sobre os erros do passado.

O papel das memórias, mesmo que no uso da historiografia do Tempo Presente, são fundamentais pois, darão condições necessárias para que determinados discursos ou determinadas classes façam o uso do passado para legitimar suas falas e ações. É importante destacar a importância do fenômeno de combate a perspectiva tirânica de um determinado elemento do tempo, assim como no que diz respeito a nossa relação com o tempo, (...) devemos restaurar alguma forma de comunicação entre o presente, passado e futuro, sem admitir a tirania de qualquer (...) precisamos estabelecer a ponte entre experiência e horizonte de expectativa (...).¹⁷⁵

O ensino de História a partir da literatura também oferece uma oportunidade de promover a educação para a cidadania, ao sensibilizar os alunos para temas como os direitos humanos, a liberdade e a justiça social. *Um Menino Chamado Vlado* não é apenas uma obra sobre o passado, mas também uma reflexão sobre o presente e as lições que a história pode ensinar para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao abordar a Ditadura Civil-Militar brasileira e seus impactos, a obra convida os estudantes a pensar criticamente sobre a atualidade, sobre a importância de preservar as liberdades individuais e de defender os direitos fundamentais dos cidadãos.

¹⁷⁵ HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História**, [s.l.], n. 148, p. 9-34, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952>. Acesso em: 03 dez. 2024.

Além de proporcionar uma reflexão sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, a obra de Camargos também abre espaço para discussões sobre a ética e a moralidade na política. Através da história de Vlado, os leitores podem perceber a gravidade das escolhas feitas por aqueles que estavam no poder durante o regime militar, e como essas escolhas afetaram vidas de forma irreparável. Esse tipo de reflexão é essencial para o ensino de História, pois permite que os estudantes compreendam os dilemas éticos enfrentados em momentos de crise política, e como esses dilemas podem se repetir ao longo da história.

A utilização de obras literárias como *Um Menino Chamado Vlado* também apresenta desafios para os educadores. É necessário que os professores estejam preparados para mediar discussões sobre temas delicados, como a violência e a repressão, e para ajudar os alunos a fazerem conexões entre a ficção e o contexto histórico real. Além disso, o uso da literatura no ensino de História exige um esforço atento de contextualização, para que os alunos entendam a obra não apenas como uma narrativa fictícia, mas também como um reflexo de realidades históricas e sociais concretas.

No entanto, os benefícios de integrar literatura e História no processo educativo são imensos. Ao utilizar *Um Menino Chamado Vlado* nas aulas de História, os educadores têm a oportunidade de aproximar os alunos de uma das fases mais sombrias da história do Brasil de forma mais acessível e envolvente. A literatura tem a capacidade de despertar emoções, o que facilita o entendimento e a internalização de conceitos históricos de maneira profunda e significativa. Ao tornar o aprendizado mais dinâmico e humanizado, a literatura contribui para a formação de um cidadão mais crítico e reflexivo.

Por meio dessa obra, é possível que os alunos se sintam mais conectados ao passado, compreendendo a complexidade dos eventos que marcaram a Ditadura Civil-Militar brasileira e a importância de preservá-los na memória coletiva. O ensino de História, ao incorporar a literatura, não se limita a um mero exercício de transmissão de conhecimentos, mas se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência histórica dos estudantes. Ao empregar uma abordagem pedagógica que integra essas duas áreas, os educadores podem oferecer uma experiência de aprendizado mais rica e significativa.

Em suma, o estudo da Ditadura Civil-Militar brasileira a partir da obra de Márcia Camargos representa uma proposta inovadora para o ensino de História, ao associar a literatura à reflexão crítica sobre o passado. Essa combinação de elementos ficcionais e históricos oferece uma forma mais completa e acessível de compreender os eventos que marcaram o Brasil no século XX, e oferece aos estudantes uma oportunidade única de vivenciar a História de maneira mais envolvente e transformadora. Ao integrar esses dois campos do conhecimento, a educação

histórica se torna não apenas uma ferramenta de transmissão de fatos, mas um meio de fomentar o pensamento crítico e a reflexão sobre os valores fundamentais da democracia.

Portanto, é possível concluir que o uso da literatura no ensino de História, especialmente no que diz respeito a períodos traumáticos como a Ditadura Civil-Militar brasileira, é uma estratégia pedagógica eficaz que contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de refletir sobre o passado e suas implicações para o presente e o futuro. O trabalho de Márcia Camargos, ao iluminar a trajetória de Vlado, é um exemplo de como a literatura pode ser uma poderosa aliada na construção de um ensino de História mais humanizado, envolvente e reflexivo.

5 – REFERÊNCIAS E FONTES

5.1 Referências bibliográficas:

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação:** análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Niterói: EdUFF, 2000.

BARONE, Ricardo Stazzacappa.; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.; MATTOS, Fernando Augusto Mansor. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão**, IE/Unicamp, n. 251, 2015.

BARROSO, Luis Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. **Revista de direito administrativo**, v. 235, p. 1-36, 2004.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** Jundiaí: Paco, 2017.

BENTIVOGLIO, Julio. Enredamentos narrativos da ditadura militar no Brasil: Do esquecimento e trauma individualizado ao passado cristalizado. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima. História e Trauma: **Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 161-182.

BITTENCOURT, Cice Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2010.

BORDIEU, Pierre. **As Regras da Arte:** gênese e estrutura do campo literário. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, Helena Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba. Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Lígia (Coord.). **Aprender e ensinar com textos.** São Paulo: Cortez, 1997.

BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos Fundamentais na Constituição de 1988:** Conteúdo Jurídico das Expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 38.

CARR, Edward Hallett. **O que é a História?** Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** as artes de fazer. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de.; SORJ, Bernardo. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90.

CUNHA, Daize da Silva. **Filhos desta raça não devem nascer:** história e Memória sobre a Ditadura (1964-1985) na série de reportagens “As crianças e a Tortura”. 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: São Leopoldo, **XXIV Simposio Nacional de História.** 2007.

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades**, v. 7, n. 3, p. 249-274, 2015.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Lisboa: Editora Presença, Lda. 1989.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 45-67, jan./abr. 2020.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **A letra e o tempo: a escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura**. Teresina: EDUFPI, 2017.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Linguagens de Clio: práticas pedagógicas entre a literatura e os quadrinhos no ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 285-308 – 2016, p. 292. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/242>. Acesso em: 01 jan. 2025.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Nos saberes de Clio e de Arconte: História, Literatura e Ensino. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 133-148. 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/7801>. Acesso em: 03 dez. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. **Revista de História**, [s.l.], n. 148, p. 9-34, 2003.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70. Entrevista de Francesco Maniello, 1986.

LIMA, Luiz Octavio de. **Os anos de chumbo**: A militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

LOPES, Fábio Henrique. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira. Apontamentos de uma pesquisa. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 23, n. 35, p. 145-167, 2016.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço plural**, v. 13, n. 27, 2012.

MORGADO, José. **A Relação Pedagógica**: diferenciação e inclusão. 2. ed. Lisboa: Presença, 2001

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 203-225, 2018.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 03, p. 562-571, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCfj8rLN/>. Acesso em: 04 dez. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales**: A Inovação na História. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

REINATO, Eduardo José. Primeiros apontamentos no entendimento da relação entre história e literatura. **Estudos**, Goiânia, v. 5, n. 1-2, p. 43-60, jan./jun. 1998. p. 59.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento**. Tradução de Alain François Etchegoyen, Bernardo Rego e Carlos José Figueiredo. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do "sim, senhor"**: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969). 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8373>. Acesso em: 03 dez. 2024.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: UnB, 1988.

VIEIRA, Martha Victor. Ensino de História e Interdisciplinaridade. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 32, n. 2, p. 309–321, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/12171>. Acesso em: 10 dez. 2024.

5.2 Fontes:

CAMARGOS, Márcia. **Um Menino Chamado Vlado**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BIBLIOTECA PROFESSOR PAULO DE CARVALHO MATTOS. Tipos de Revisão de Literatura. Botucatu: Faculdade de Ciências Agronômicas, UNESP, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2024.

FAUSTO, Boris. A História nos ensina a viver, **fHist**, Terceiro Festival de História, Braga, 2015. Disponível em: https://www.festivaldehistoria.com.br/fhist_pt1/html/mat_6/. Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão da Verdade**, v. 1. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.bncc.mec.gov.br/>. p. 419. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

FARIA, Adriano; MEDEIROS, Tiago. Dedo de Prosa: 40 anos da votação da Emenda Dante de Oliveira. **ConeXão Senado, Rádio Senado**.2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2024/04/25/dedo-de-prosa-40-anos-da-votacao-da-emenda-dante-de-oliveira>. Acesso em: 07 dez. 2024.

FERNANDES, Fernanda. O ensino da Ditadura Civil-Militar nas escolas. **MultiRio**, Rio de Janeiro, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14688-o-ensino-da-ditadura-civil-militar-nas-escolas>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SILVA, Leonardo Fetter da. Um conselho de Direitos Humanos em plena Ditadura? **História da Ditadura**, 2021. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/umconselhodedireitoshumanosemprenadaditadura>. Acesso em: 03 dez. 2024.

TV CÂMARA SÃO PAULO. **Capítulo à Parte “Um Menino Chamado Vlado”**. YouTube, 9 dez. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NZcKOI1IjYE>. Acesso em: 12 dez. 2024.